

PROT-OVT

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

2.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Dezembro

2012



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
de Lisboa e Vale do Tejo



Ficha Técnica

Coordenação

Eduardo Brito Henriques

Fernanda do Carmo

Elaboração

Linda Irene Pereira

Marta Luís

Colaboração

Carlos Pina

João Afonso

Leonor Cintra



ÍNDICE

Introdução.....	6
1. Monitorização e Avaliação do Processo de Implementação do PROT OVT	9
1.1. Estruturas e Modelos de interlocução para a Implementação do PROT	9
1.2. Articulação e interação entre os IGT e o PROT	12
1.2.1. Adequação dos PDM e PEOT ao PROT	12
1.2.1.1. Adaptação dos PDM	12
1.2.1.2. Adaptação dos PEOT	14
1.3.1. Revisões dos PDM.....	15
1.3.2. Dinâmicas de Planeamento	21
1.4. Atividades no âmbito da Comissão Temática do Turismo.....	27
1.4.1. Dinamização da identificação das Áreas de Vocação Turística	27
1.4.2. Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento Turístico.....	31
1.4.3. Apreciação de Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer	37
1.5. Questões Frequentes	38
2. Monitorização e Avaliação do Desempenho do PROT.....	41
2.1. Indicadores de Monitorização.....	42
2.2. Programa de Execução	48
2.3. Avaliação e Controle Ambiental	50
2.3.1. Objetivos e Metodologia	51



2.3.2.	Medidas de Avaliação e Controle	52
2.3.3.	Notas conclusivas e propostas de sequência.....	54
3.	Conclusões	61
4.	Anexos	64

Índice de Anexos

Anexo 1 - Quadro de referência para a identificação das AVT	64
Anexo 2 – Indicadores de Monitorização do PROT OVT.....	67
Anexo 3 – Monitorização do Programa de Execução.....	98
Anexo 4- Diretrizes de Planeamento e Gestão e Monitorização do PROT OVT	125
Anexo 5 – Novos indicadores de monitorização resultantes da Avaliação e Controle Ambiental.....	158
Anexo 6 – Quadro de Referência Estratégico da AAE do PROT OVT	161
Anexo 7 – Rede viária da região – concretização das ligações viárias estruturantes do Modelo Territorial do PROT OVT.....	174

Índice de Figuras

Figura 1 - Tempo de vigência dos PDM da área da CCDR LVT - Fevereiro de 2012 ..	17
Figura 2 - Ponto de situação da Revisão dos PDM da área da CCDR LVT - Fevereiro de 2012	18
Figura 3 - Tempos nos processos de Revisão dos PDM da área de intervenção da CCDR LVT - Fevereiro de 2012.....	18
Figura 4 - Movimentos nos processos de Revisão dos PDM da área de intervenção da CCDR LVT - Fevereiro de 2012.....	19



Figura 5 – Ponto de situação da revisão dos PDM na RLVT – novembro 2012.....	20
Figura 6 - Alterações e Planos publicados entre 2001 e 2011 (%).....	24
Figura 7 - Alterações e Planos publicados entre 2001 e 2011, por NUTSIII.....	25
Figura 8 - Alterações e Planos publicados entre 2001 e 2011, por concelho.....	26
Figura 9 - Esquema da monitorização e avaliação do desempenho do PROT.....	41

Índice de Quadros

Quadro 1 - Alterações e Planos publicados entre 2001 e 2011	23
Quadro 2 – Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento.....	35
Quadro 3 - Sistematização das Questões Frequentes (2012).....	38
Quadro 4 – Dinâmica da população no OVT	43
Quadro 5 - Dados globais da monitorização do Programa de Execução.....	49
Quadro 6 - Quadro de Governança para Ação identificado no RA.....	57
Quadro 7 – Indicadores-chave de Contexto	73
Quadro 8– Diretrizes de Planeamento e Gestão do PROT OVT, por Fator Crítico para a Decisão.....	125
Quadro 9– Diretrizes de Monitorização	155
Quadro 10 - Proposta de novos indicadores de monitorização resultantes da Avaliação e Controle Ambiental	158
Quadro 11 – QRE por FCD.....	161

Introdução

O 2º Relatório de Monitorização e Avaliação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT) reporta-se ao ano de 2012¹ e visa relatar a atividade desenvolvida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) e pelas demais entidades que integram a Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão (EMAG) que acompanha a operacionalização do plano, através da respetiva Comissão de Acompanhamento e das Comissões Temática.

Este documento dá sequência ao 1º Relatório apresentado à Comissão de Acompanhamento na reunião de 12 de dezembro de 2011, o qual mereceu aceitação geral e foi considerado de grande importância para o acompanhamento sistemático e para a promoção de uma gestão mais participada e colaborativa da implementação do plano, envolvendo as várias entidades regionais e locais.

Em 2012 deu-se sequência ao trabalho de monitorização e avaliação do PROT OVT, atendendo às prioridades que resultaram das conclusões do exercício efetuado no ano transato e tendo por referência as tarefas constantes do programa de atividades definido com a Comissão de Acompanhamento. Assim:

Aprofundou-se o debate das matérias do foro da Comissão Temática do Turismo, em particular as questões associadas à identificação das Áreas de Vocação Turística (AVT) e ao enquadramento dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT), tendo em vista orientar as revisões e as alterações dos Planos Diretores Municipais (PDM) neste domínio, tal como previsto na RCM nº 64-A/2009, de 6 de agosto, que aprovou o PROT OVT. Assim: foi definida e aplicada uma metodologia de trabalho para a monitorização sistemática do limiar de camas turísticas, envolvendo a CCDR LVT, o Turismo de Portugal, as Comunidades Intermunicipais e, a partir destas, as Câmaras Municipais; foi dinamizada a elaboração de estudos conjuntos para a definição de AVT ao nível supramunicipal e foram fixadas as bases dos termos de referência desses

¹ Em rigor, o relatório reporta-se ao período de 01 de janeiro a 30 de novembro de 2012, data em que é disponibilizado à Comissão de Acompanhamento para contributos e posterior redação final, até ao fim do ano.

estudos²; e foi efetuada a análise de dois projetos configuráveis como Núcleos de Desenvolvimento Económico – Turismo e Lazer.

Dinamizou-se o Núcleo Base da EMAG tendo em vista estabelecer metodologias e compromissos de revisão dos PDM. Neste âmbito foram estabelecidos cronogramas de acompanhamento com a generalidade das câmaras municipais do Oeste e Vale do Tejo, firmando compromissos entre estas, a CCDR LVT e as demais entidades que participam no acompanhamento destes planos. Foi igualmente estabelecida uma metodologia e uma rotina de registo e divulgação de informação sobre o ponto de situação e evolução dos processos de revisão dos PDM (disponível no *Site* da CCDR LVT).

Relativamente aos instrumentos de monitorização do desempenho do PROT - Sistema de Indicadores, Programa de Execução e Declaração Ambiental – evoluiu-se da fase de definição metodologias e de preparação das ferramentas de reporte e registo para a fase de aplicação prática de recolha de informação, construção de indicadores e introdução dos mesmos no sistema de informação disponibilizado através do Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo, criado no final de 2010.

No que se reporta ao Programa de Execução foi mantida a metodologia de trabalho desenvolvida em 2011, baseada numa articulação direta com as entidades financiadoras ou responsáveis pelo controlo urbanístico / funcional dos projetos listados como prioritários. Em 2011 centrámo-nos, essencialmente, nos projetos e ações, da primeira prioridade - horizonte 2008-2010 - e em 2012 centrámo-nos no acumulado da primeira e da segunda prioridade - horizonte 2008-2013.

No que concerne à Declaração Ambiental, na sequência da definição das bases metodológicas gerais apresentadas no relatório de 2011, desenvolveu-se uma metodologia aplicada de índole propositiva e exploratória uma vez que os trabalhos de seguimento da avaliação estratégica de planos e programas em Portugal são ainda muito incipientes. Neste ponto consideramos que as conclusões desta fase exploratória nos permitem reportar o controlo ambiental, nos termos e para os efeitos do DL 232/2007, de 15 de junho e apresentar um programa de ação e seguimento consentâneo com a fase de operacionalização do plano.

² também passíveis de aplicação ao nível municipal, no âmbito de cada PDM



Neste segundo ano de reporte, importa reiterar a importância da existência de uma estrutura formal de acompanhamento da operacionalização do PROT OVT para a melhoria do conhecimento sobre os conteúdos do próprio plano, sobre a sua efetiva concretização e sobre as dúvidas, obstáculos e ineficiências que se colocam à execução das suas orientações.

1. Monitorização e Avaliação do Processo de Implementação do PROT OVT

1.1. Estruturas e Modelos de interlocução para a Implementação do PROT

A monitorização do PROT OVT é um instrumento fundamental para assegurar a eficácia do processo de planeamento e promover o envolvimento dos parceiros interessados ao longo de todo o período de vigência do Plano, no sentido da concretização dos seus objetivos de desenvolvimento territorial.

Esta afirmação de princípio foi debatida durante a elaboração do PROT OVT e plenamente assumida no conteúdo do plano, com a proposta de criação de uma estrutura de acompanhamento da operacionalização do Plano, designada por Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão (EMAG) que aproveitou a experiência das entidades e atores envolvidos na elaboração do plano e que, como se pode ler na RCM nº 64-A/2009, de 6 de agosto, "...visa assegurar a execução do PROT OVT em condições de alcançar os objetivos e resultados previstos no plano, num processo de participação e concertação estratégica de base territorial entre as administrações central e local e os agentes associativos económicos, sociais e culturais"

A tónica colocada no processo de governança do PROT OVT, ao longo de todo o horizonte temporal da sua vigência, decorreu da atenção dada às exigências de natureza técnica e processual que se colocam à implementação desta figura de plano no contexto do sistema de gestão territorial, uma vez que se trata de um plano de natureza estratégica que integra as dimensões territoriais das várias políticas setoriais com relevância para o desenvolvimento regional e que, a partir da territorialização das políticas nacionais, estabelece o referencial para o planeamento municipal. A ideia subjacente à criação da EMAG foi, assim, a da promoção ativa de um processo participado e colaborativo de articulação de políticas e de planos e de interlocução das respetivas entidades responsáveis, no quadro do estabelecido no regime jurídico vigente.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), nos seus artigos 21º e 22º, determina que o Estado e as autarquias locais têm o dever de promover de forma articulada entre si a política de ordenamento do território, no respeito pelas respetivas atribuições e no cumprimento dos limites materiais de cada entidade, garantindo a definição, em função das estruturas orgânicas e funcionais, de um modelo de interlocução que permita uma interação coerente em matéria de gestão territorial e estabelece, ainda, que a coordenação das políticas regionais consagradas nos planos regionais de ordenamento do território incumbe às comissões de coordenação e desenvolvimento regional e que a coordenação das políticas municipais consagradas nos planos intermunicipais e municipais de ordenamento do território incumbe às associações de municípios e às câmaras.

Este entendimento está também inscrito e desenvolvido no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) quando este estabelece, nas suas orientações específicas em matéria de planos regionais, que “o PROT, enquanto instrumento de planeamento de âmbito regional, tem um papel fundamental na coordenação das políticas setoriais pelo que a concertação de interesses e objetivos é um fator crítico de sucesso. Esta concertação deverá envolver diretamente as autarquias locais dado que é em sede de planeamento municipal que se concretizarão grande parte das opções do PROT. Deste modo a elaboração do PROT deverá constituir uma oportunidade para criar um fórum de carácter intersectorial e interinstitucional, através do qual a concertação seja assumida desde a fase inicial como um processo contínuo do qual deverá resultar a cointegração de políticas setoriais e territoriais aplicadas à região”.

A EMAG integra uma Comissão de Acompanhamento da execução do PROT OVT, de natureza consultiva, constituída, com os devidos ajustamentos, pelos elementos que acompanharam a elaboração do plano em vigor (nessa fase integrados na designada comissão mista de coordenação) e que, nessa qualidade, participaram formalmente na produção dos seus conteúdos, dando contributos e emitindo pareceres. Atualmente esta comissão é presidida pela Direção Geral do Território.

Para além desta comissão de natureza consultiva, a EMAG integra uma Estrutura de Gestão flexível que aglutina um conjunto de estruturas de geometria variável que são chamadas a trabalhar em função das matérias e das necessidades em cada momento. Destas estruturas fazem parte: o Núcleo Base, integrando a CCDD LVT e as três comunidades intermunicipais; e as várias Comissões Temáticas que integram estas

entidades e outras específicas em razão da matéria em apreço. Da Estrutura de Gestão faz também parte o Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

A existência da EMAG permitiu fazer um acompanhamento continuado do PROT OVT e produzir os relatórios de monitorização e avaliação de 2011 e de 2012, sendo visível que sem o esforço conjugado de um grupo alargado de entidades responsáveis pela aplicação de políticas setoriais e locais não teria sido possível concretizar o carregamento da bateria de indicadores estatísticos nem tão pouco efetuar a avaliação do grau de concretização do programa de execução.

Não obstante, numa análise relativa, verifica-se que os resultados e, sobretudo, o método de trabalho evidenciam algumas fragilidades que teremos de corrigir no futuro. Naturalmente, que a situação conjuntural atual, onde se aliam dinâmicas de reestruturação da administração, com alterações de referencial estratégico das políticas setoriais ou alterações de prioridades de atuação e de ritmos de realização de ações e projetos, por parte das entidades públicas e também dos agentes privados, introduz algum atrito nos modelos de trabalho. Neste contexto, importa, sobretudo, salvaguardar o modelo de governação da operacionalização do PROT OVT, o qual assume ainda maior relevância em contextos de incerteza e forte mutabilidade e introduzir as alterações e ajustamentos necessários para garantir a funcionalidade da estrutura e para melhorar o seu desempenho.

A publicação recente da orgânica das CCDR (DL nº 228/2012, de 25 de outubro) veio reiterar a necessidade de coordenação das políticas regionais, atribuindo a estas entidades a responsabilidade de promoverem e garantirem uma adequada articulação intersectorial entre os serviços desconcentrados de âmbito regional, em termos de concertação estratégica e de planeamento das intervenções de natureza ambiental, económica e social numa ótica de desenvolvimento regional, reforçando, simultaneamente o Conselho de Coordenação Intersectorial.

Este Conselho é um órgão composto por representantes dos serviços desconcentrados da administração central do Estado, dos serviços periféricos da sua administração direta e indireta e das Comunidades Intermunicipais, com competências de articulação de políticas e de planos e de coordenação intersectorial, das quais relevam, pela sua relação direta com a figura dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, as de: i) acompanhar a elaboração e a execução das políticas públicas

nacionais desconcentradas; ii) promover o planeamento estratégico, tendo em vista o desenvolvimento regional integrado.

Neste enquadramento, a CCDR LVT propõe-se, em 2013, desenvolver um processo de aproximação entre a EMAG e o Conselho de Coordenação Intersectorial previsto na sua lei orgânica, em estreita articulação com as várias entidades envolvidas e associando as comunidades intermunicipais, em conformidade com as competências que venham exercer no quadro do futuro regime jurídico do associativismo autárquico.

1.2. Articulação e interação entre os IGT e o PROT

1.2.1. Adequação dos PDM e PEOT ao PROT

1.2.1.1. Adaptação dos PDM

No âmbito da Monitorização e Avaliação do PROT OVT, foram analisados os processos de **adaptação dos PDM ao PROT**, no sentido de aferir o **real ponto de situação**, uma vez que, após a publicitação do Aviso (extrato) n.º 7164/2010 de 9 de Abril que publicou a listagem dos municípios que procederam à adaptação (integral ou parcial) e a listagem dos municípios que não procederam à adaptação dos seus planos diretores municipais, foram ainda publicadas algumas alterações de PDM por adaptação ao PROT OVT.

Da análise efetuada aos **33 municípios** abrangidos pelo PROT OVT importa destacar o seguinte:

- A **Golegã não apresentava incompatibilidades** com o PROT, nas três matérias consideradas mais relevantes: litoral, edificação em solo rural e turismo
- Dos 32 municípios com incompatibilidades patentes, apenas **3 não procederam a alteração por adaptação: Nazaré, Torres Vedras e Entroncamento, encontrando-se suspensas as disposições regulamentares destes PDM**, identificadas no Anexo II da RCM n.º 64-A/2009, de 6 de Agosto.
- Os restantes **29 municípios procederam à alteração parcial ou total** do respetivo PDM

Relativamente a cada uma das tipologias de incompatibilidades identificadas e para o universo dos 33 municípios, importa registar o seguinte:

Litoral:

- Dos 7 municípios abrangidos pela orla costeira, **2 não se adaptaram** ao PROT OVT (Nazaré e Torres Vedras) encontrando-se **suspensas as disposições** identificadas no Anexo II da RCM n.º 64-A/2009 e **5 procederam à alteração por adaptação, não sendo atualmente permitidas edificações fora das áreas urbanas e urbanizáveis** que correspondem a aglomerados urbanos existentes na faixa costeira dos 500 m, exceto infra -estruturas e equipamentos coletivos de reconhecido interesse público que devam localizar -se nessa faixa e as infra -estruturas e equipamentos balneares e marítimos previstos em POOC e desde que não se verifiquem situações de risco.

Edificação de habitação em solo rural

- Os PDM da **Golegã e Torres Vedras não apresentavam incompatibilidade** com as normas do PROT OVT nesta matéria
- Os municípios da **Nazaré e Entroncamento** não procederam à adaptação dos seus PDM ao PROT pelo que **as disposições** identificadas no Anexo II da RCM n.º 64-A/2009 **estão suspensas.**
- Os restantes **29 municípios procederam à alteração por adaptação**, por forma a **interditar edificações dispersas ou isoladas destinadas a habitação**, em áreas classificadas como solo rural, com exceção dos aglomerados rurais delimitados, **se a área mínima do prédio não for igual ou superior a 4 ha.** No âmbito dos processos de alteração dos PDM alguns municípios foram mais rigorosos e incluíram outros requisitos constantes nas diretrizes 1.1 e 1.2 do item «qualificação do solo rural» constante do ponto 3.1 das Normas Específicas de Ordenamento do Território

Turismo:

- Os PDM de **Alcanena, Golegã e Vila Nova da Barquinha não apresentavam incompatibilidade** com as normas do PROT OVT nesta matéria
- No âmbito dos processos de alteração dos PDM das **Caldas da Rainha e Constância foi dirimida a incompatibilidade** com o PROT no setor do turismo, identificada no Anexo II da RCM n.º 64-A/2009, de 6 de Agosto. No

caso das Caldas da Rainha a disposição não foi considerada suspensa e no PDM de Constância foi alterada a redação do artigo 23.º de modo a clarificar que trata de espaços de recreio e lazer não estando prevista a instalação de empreendimentos turísticos.

- **14 PDM têm suspensas as disposições regulamentares que permitiam a edificação de empreendimentos turísticos fora das áreas urbanas e urbanizáveis que correspondem a aglomerados urbanos existentes** (com exceção do turismo em espaço rural, do turismo de habitação, do turismo da natureza, dos parques de campismo e caravanismo e dos hotéis rurais) – Alenquer, Azambuja, Bombarral, Cartaxo, Coruche, Entroncamento, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Salvaterra de Magoa, Tomar, T. Novas e T. Vedras,
- **14 PDM, após a adaptação operada, só permitem a edificação de empreendimentos turísticos de tipologias TER, TH, TN, PCC e Hi** – Abrantes, Alcobaca, Almeirim, Alpiarça, Arruda dos Vinhos, Benavente, Cadaval, Chamusca, Ourém, Ferreira do Zêzere, Rio Maior, Santarém, Sardoal, S. M. Agraço
- **Apenas um município** está a desenvolver o procedimento de **alteração do PDM para incorporação das normas e modelo do setor do turismo** - Torres Vedras
- Em suma, atualmente, no Oeste e Vale do Tejo, o licenciamento de empreendimentos turísticos (exceto TER, TH, TN, PCC e Hi) só é possível de acontecer nos perímetros urbanos, nas área de PU ou PP entrados em vigor antes do PROT OVT ou na pendência do seu regime transitório ou, ainda, quando tenham sido objeto de informação prévia, declaração de impacte ambiental ou autorização em data anterior ao PROT OVT

1.2.1.2. Adaptação dos PEOT

A RCM n.º 64-A/2009 identificou **incompatibilidades dos PEOT** com o PROT, explicitando as disposições regulamentares consideradas incompatíveis do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode (POACB), do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros (POPNSAC) e do Plano de

Ordenamento da Orla Costeira de Alcobaça-Mafra (POOCAM). Sobre estes PEOT sublinha-se o seguinte:

- O **POPNSAC** foi entretanto **revisto** (RCM n.º 51/2010, de 12 de Agosto) **remetendo para os planos municipais de ordenamento do território os parâmetros a aplicar à edificabilidade**
- No âmbito dos processos de alteração dos IGT por adaptação ao PROT, verificou-se que **as disposições do POACB** identificadas no Anexo II da RCM n.º 64-A/2009, de 6 de Agosto, **não correspondiam a situações de incompatibilidade com o PROT, pelo que as mesmas se mantêm em vigor.**
- O **POOC Alcobaça – Mafra** iniciou a sua **revisão** em Agosto de 2010 (RCM n.º 57/2010, D.R. nº156 IS, 12/8/2010), **sem que tenha procedido à alteração das disposições consideradas incompatíveis com o PROT OVT** (listadas no Anexo II da RCM n.º 64-A/ 2009, de 6 de Agosto), pelo que as mesmas **se encontram suspensas.**

1.3.1. Revisões dos PDM

Nas conclusões do 1º Relatório de Monitorização e na programação de atividades a realizar em 2012, ficou expressa a necessidade de dinamizar o funcionamento do designado Núcleo Base para estabelecer metodologias e compromissos de revisão dos PDM num horizonte temporal próximo. Razões que se prendem com a própria desatualização dos planos em vigor e, naturalmente, razões que decorrem da imperiosidade de dar cabal cumprimento ao PROT OVT, traduzindo as suas opções, orientações e diretrizes nas estratégias, nos zonamentos e nos regulamentos dos PDM, colocam como prioritários quer para os municípios, quer para a CCDR LVT, quer para as demais entidades sectoriais, os trabalhos de promoção e apoio à conclusão generalizada da revisão dos PDM.

De modo a dar sequência a esta preocupação / recomendação, a CCDR promoveu a realização de uma reunião do Núcleo Base da EMAG com o objetivo de debater e refletir sobre o acompanhamento e dinamização da revisão dos PDM do OVT. Não obstante o Núcleo Base ser constituído pela CCDR e pelas três Comunidades Intermunicipais, sendo o tema central da reunião seria a revisão dos PDM, as CM do OVT foram convidadas a participar na reunião que se realizou a 16/04/2012 e que teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Ponto de situação da revisão dos PDM
2. Temas relevantes para as revisões em curso
 - a. Reserva Ecológica Nacional
 - b. Cartografia
 - c. Integração dos conceitos e tipologias de turismo previstas no PROT OVT
3. Estratégias de atuação e programação de trabalhos

Relativamente ao ponto de situação, foram apresentados alguns dados, referentes a fevereiro de 2012 que traduziam: o tempo de vigência dos PDM na Região de Lisboa e Vale do Tejo (Figura 1); o ponto de situação da revisão dos PDM (Figura 2); os tempos nos processos de revisão dos PDM (Figura 3) e os movimentos nos processos de revisão (Figura 4). Estas avaliações seguem as fases de elaboração/revisão definidas na Norma 01/OT, do Manual de Gestão, disponível no site da CCDR LVT³.

Focando a análise, das figuras abaixo, no Oeste e Vale do Tejo, e tendo presente que se referem a **fevereiro de 2012**, podemos destacar:

- Na NUTS III **Oeste** – i) dos 12 concelhos, 10 PDM vigoram há mais de 10 anos (Caldas da Rainha foi publicado em 2002 e Torres Vedras foi revisto em 2007); ii) dos 9 PDM em revisão, 8 encontravam-se na fase de Estudos de Caracterização (exceção de Arruda dos Vinhos que apresentou à CA a 1ª proposta); iii) dos 9 PDM em revisão, 7 iniciaram o processo há mais de 7 anos, com exceção das Caldas da Rainha (2002) e Lourinhã (2007); iv) dos 9 PDM em revisão, 5 não têm registado movimentos há mais de 1 ano (Alenquer, Nazaré, Cadaval, Bombarral e Caldas da Rainha);
- Na NUTS III **Médio Tejo** – i) dos 11 concelhos, 10 PDM vigoram há mais de 10 anos (Ourém foi publicado em 2002); ii) dos 11 PDM em revisão, 10 encontravam-se na fase de Estudos de Caracterização (exceção de

³ Fases da Revisão do PDM de acordo com o Manual de Gestão da CCDR-LVT:

1. Deliberação
2. Elaboração do Plano e Acompanhamento
 - 2A. Constituição da CA > 1ª reunião da CA para apresentação e definição de metodologia de acompanhamento
 - 2B. CM elabora Estudos de Caracterização e proposta definição AA > 2ª reunião da CA para CM apresentar estudos e CA apreciar
 - 2C. CM elabora 1ª Proposta de Plano e RA > 3ª reunião da CA para CM apresentar estudos e CA apreciar
 - 2D. se for o caso, CM retifica Proposta de Plano e RA > 4ª reunião da CA para CM apresentar estudos e CA apreciar
 - 2E. CA prepara parecer final > última reunião da CA para aprovação do parecer
3. Concertação Final
4. Discussão Pública
5. Versão Final do Plano
6. Aprovação pela Assembleia Municipal

Constância que a CM estava a retificar a proposta); iii) dos 11 PDM em revisão, 10 iniciaram o processo há mais de 7 anos, com exceção de Ourém (2006); iv) dos 11 PDM em revisão, 4 não têm registado movimentos há mais de 1 ano (Entroncamento, Tomar, Sardoal e Abrantes);

- Na NUTS III **Lezíria do Tejo** – i) dos 11 concelhos, todos vigoram há mais de 10 anos, sendo que o PDM de Almeirim vigora há mais de 18 anos (já teve cinco alterações e iniciou a revisão em 2000); ii) dos 11 PDM em revisão, 10 encontravam-se na fase de Estudos de Caracterização (exceção de Benavente que apresentou proposta à CA); iii) dos 11 PDM em revisão, 8 iniciaram o processo há mais de 7 anos, com exceção de Golegã (2010), Salvaterra de Magos (2005) e Rio Maior (2005); iv) dos 11 PDM em revisão, 2 não têm registado movimentos há mais de 2 anos (Santarém e Alpiarça).

Entretanto, com o intuito de monitorizar de forma mais rigorosa a evolução dos processos de revisão dos PDM da região, têm sido elaborados, trimestralmente, Pontos de Situação. Reporta-se neste Relatório o ponto de situação efetuado em novembro 2012, expresso na Figura 5, que corresponde a uma atualização da Figura 2.

Figura 1 - Tempo de vigência dos PDM da área da CCDR LVT - Fevereiro de 2012

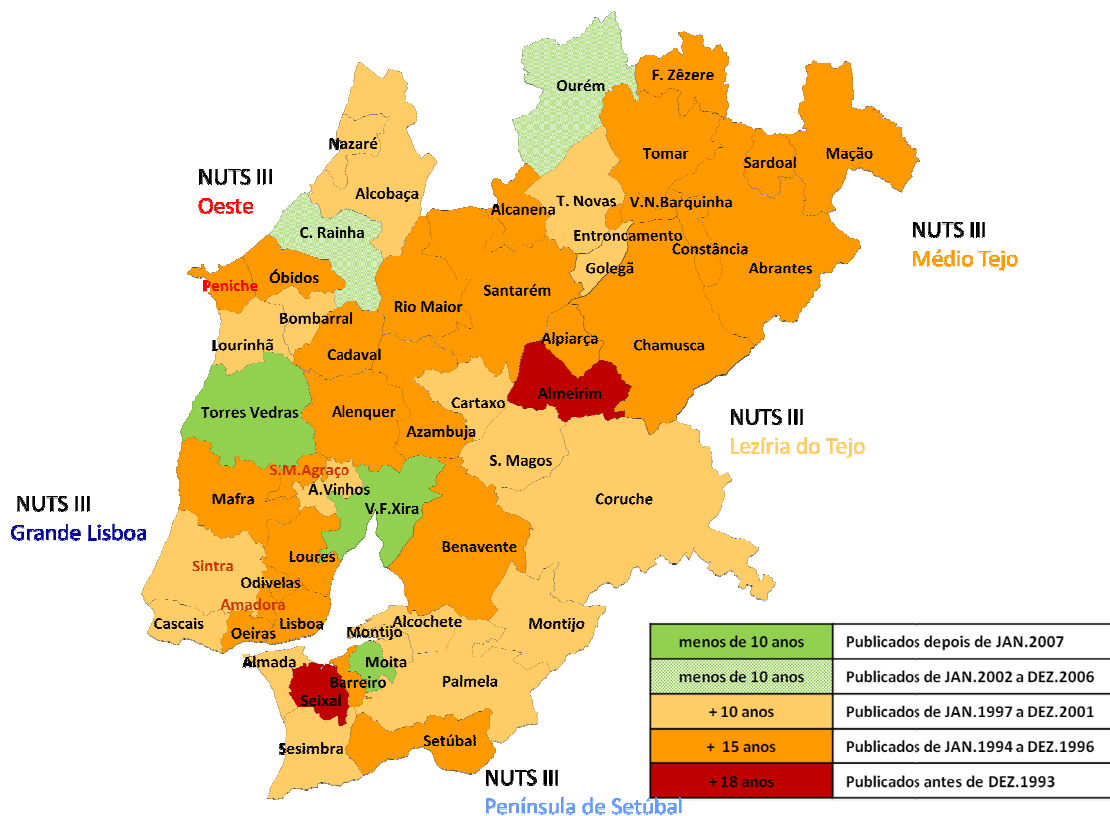


Figura 2 - Ponto de situação da Revisão dos PDM da área da CCDR LVT - Fevereiro de 2012

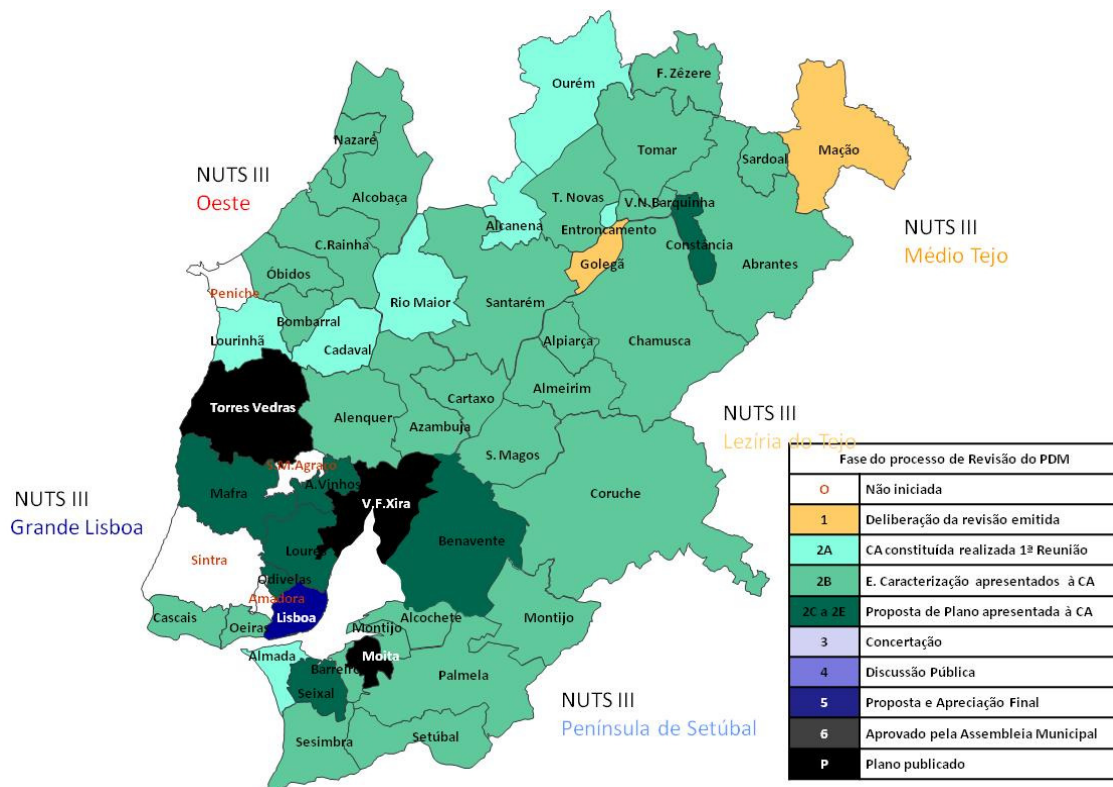


Figura 3 - Tempos nos processos de Revisão dos PDM da área de intervenção da CCDR LVT - Fevereiro de 2012

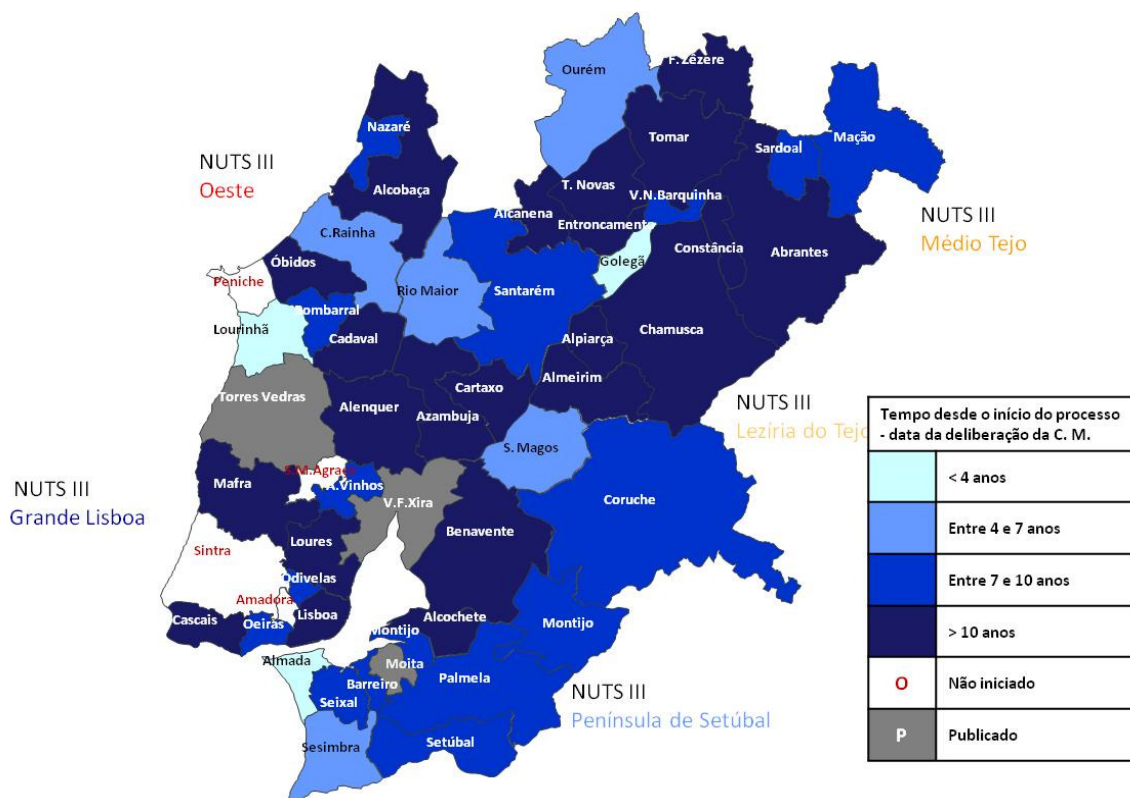
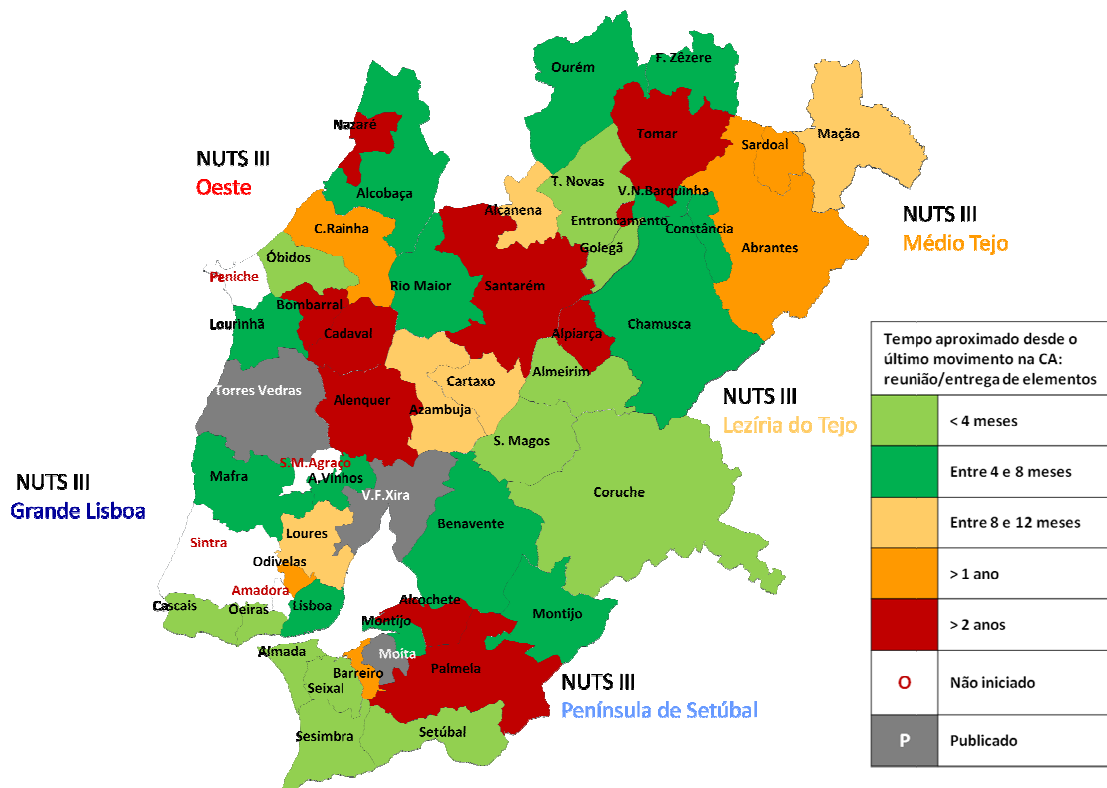


Figura 4 - Movimentos nos processos de Revisão dos PDM da área de intervenção da CCDR LVT - Fevereiro de 2012



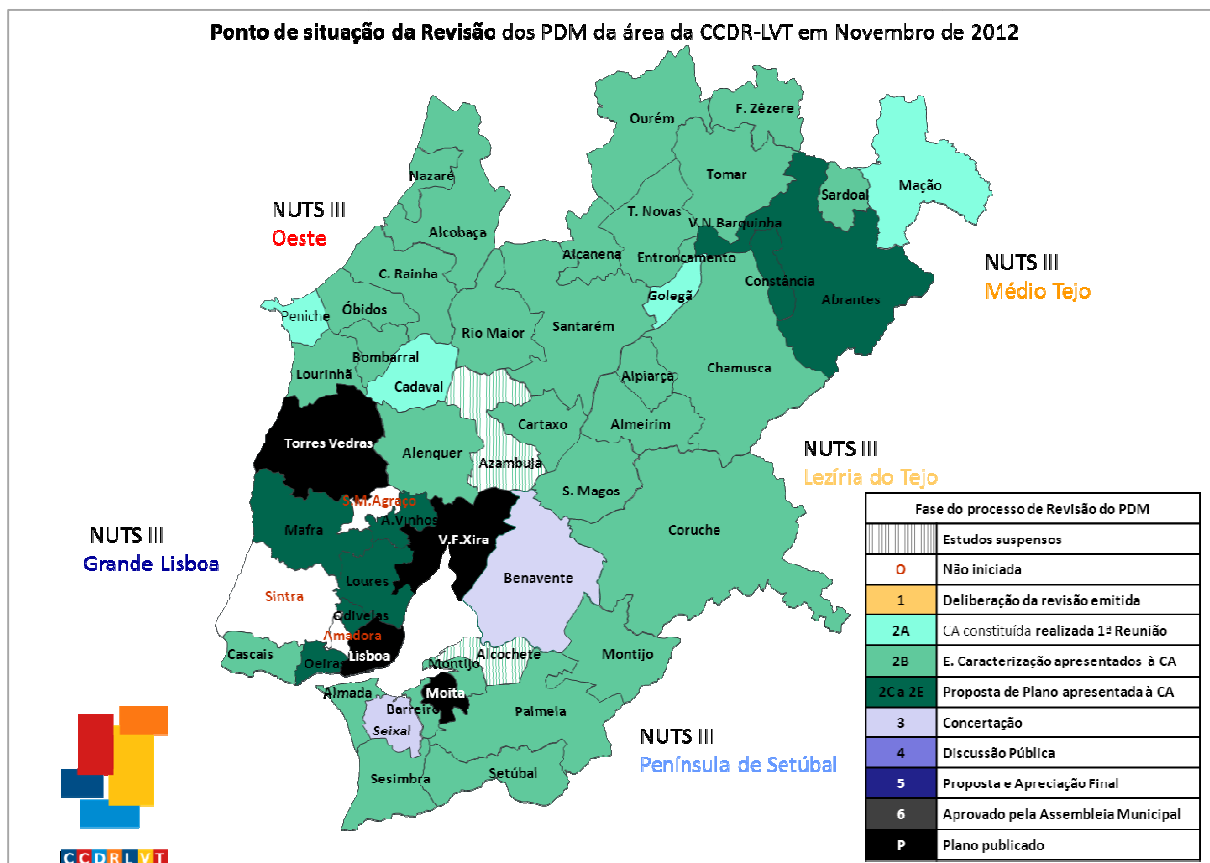
Relativamente à **evolução dos processos** de revisão dos PDM no Oeste e Vale do Tejo, **nos últimos meses, de fevereiro a novembro de 2012**, podemos destacar:

- Na NUTS III **Oeste** – i) a CM de Peniche, em junho, deliberou iniciar a revisão do PDM, estando em fase de composição da CA, após publicação do Aviso de constituição; ii) a CM da Lourinhã apresentou os Estudos de Caracterização e Diagnóstico (ECD), que foram já apreciados pela CA iii) a CM das Caldas da Rainha, em setembro, apresentou novos ECD.
- Na NUTS III **Médio Tejo** – i) a CM Abrantes, em julho, apresentou a 1ª proposta de PDM revisto; ii) a CM de Entroncamento, em março, apresentou o Relatório de Fatores Críticos (RFC), que foi objeto de apreciação pelas entidades da CA; iii) as CM Ourém e Alcanena, no início do ano, apresentaram os ECD, que foram apreciados pela CA; iv) a CM de Ferreira do Zêzere, em setembro, apresentou os ECD

revisos; v) a constituição de nova CA da revisão do PDM de Tomar;
vi) a CM de V. N. Barquinha, em abril, apresentou a primeira proposta de plano, que foi apreciada pela CA;

- Na NUTS III **Lezíria do Tejo** – i) a fase de concertação do PDM de Benavente; ii) a CM de Rio Maior, em abril, disponibilizou os ECD que foram apreciados pela CA; iii) a CM Chamusca, em maio, apresentou nova versão dos ECD e RFCD, que foram apreciados pela CA; iv) a CM de Azambuja suspendeu os trabalhos de revisão do PDM; v) em setembro realizou-se a 1ª reunião da CA do PDM da Golegã; vi) a constituição da nova CA da revisão do PDM de Alpiarça;

Figura 5 – Ponto de situação da revisão dos PDM na RLVT – novembro 2012



Tendo em vista a dinamização dos processos de revisão dos PDM, foram estabelecidos cronogramas de acompanhamento para a generalidade dos PDM em revisão, que firmaram os compromissos da CCDR e das entidades que participam no acompanhamento.

Estão a ser desenvolvidos documentos técnicos de apoio ao acompanhamento das revisões dos PDM, designadamente: um “Guião” de apoio à apreciação das propostas de revisão dos PDM no âmbito de competências da CCDR (Decretos regulamentares n.º9, 10 e 11 de 2009, RJIGT, PROT e REN), tendo em vista a uniformização de interpretações e das abordagens efetuadas; e documentos técnicos de apoio, relacionados com a aplicação do PROT OVT, sobre as temáticas do turismo e avaliação ambiental estratégica – aplicação das diretrizes de seguimento por parte dos PDM.

Por outro lado, a CCDR, em articulação com o TdP e as Comunidades Intermunicipais, desenvolveu os procedimentos necessários à identificação e regulamentação de áreas de vocação turística, de modo a promover a integração desta temática nas revisões dos PDM (este aspeto está detalhado no ponto 1.4).

1.3.2. Dinâmicas de Planeamento

O adequado exercício das atribuições da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), que conjugam a elaboração e a prossecução da implementação dos Planos Regionais de Ordenamento do Território e o acompanhamento da elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, implica um conhecimento rigoroso e oportuno das dinâmicas de planeamento territorial no espaço regional, designadamente dos fundamentos e fins dessas dinâmicas, das suas interações no contexto do sistema de gestão territorial e dos resultados práticos da sua concretização. Interessa, em particular, conhecer os objetivos que guiaram em cada contexto os exercícios de planeamento desenvolvidos, as formas legais e operativas como foram concretizados e os resultados registados, tendo em vista responder a um conjunto de questões importantes para uma melhoria de processos, procedimentos e condutas.

Tendo presente estes princípios a CCDR LVT iniciou em 2012 um trabalho de tratamento da informação de que é detentora, tendo em vista o aprofundamento e sistematização do conhecimento sobre as dinâmicas de planeamento territorial na sua área de intervenção, protagonizadas pelas elaborações/revisões de Planos de

Urbanização e de Pormenor, e pelas alterações⁴ de Planos Diretores Municipais, de Planos de Urbanização e de Planos de Pormenor.

O objetivo central do trabalho “Dinâmicas de Planeamento Territorial na RLVT, 2001 - 2011” é caracterizar e analisar os exercícios de planeamento territorial concluídos após a entrada em aplicação do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), segundo o seu enquadramento e relacionamento com os demais instrumentos de gestão territorial ou com outros regimes territoriais específicos relevantes, os fundamentos e fins a alcançar, as formas e os mecanismos legais adotados para a sua operacionalização e o respetivo grau de execução física.

Os objetivos complementares são:

- Produzir indicadores relativos à dinâmica de planeamento territorial e ao estado do ordenamento do território;
- Criar e validar metodologias e rotinas de recolha e reporte sistemático de informação;
- Contribuir para a formação de referenciais técnicos de análise de instrumentos de planeamento.

Num primeiro momento, a recolha e tratamento da informação centra-se no período de 2001 a 2011, todavia, em paralelo será carregada, de modo sistemático, a informação referente aos Planos publicados após aquele momento, permitindo que anualmente a CCDR apresente pequenos relatórios sobre as dinâmicas de planeamento na Região.

Em termos metodológicos foi concebida uma base de dados em Access estruturada em três grupos de variáveis, que se afiguram sintetizar a informação relevante para a caracterização das dinâmicas de planeamento e, por associação, das dinâmicas das expetativas de desenvolvimento territorial e das realizações no terreno:

- a) as relações do instrumento que concretiza a dinâmica com o instrumento ou regime que define o quadro de referência;
- b) os fins a alcançar e os mecanismos a utilizar;
- c) a concretização de operações urbanísticas, no plano dos atos de controlo urbanístico e no plano da execução física.

⁴ Não inclui alterações de regime simplificado, de pormenor, retificações nem suspensões.

Apesar de ainda não se encontrar concluído o preenchimento da base de dados, é já possível apresentar alguns resultados preliminares. Sendo **a dinâmica de planeamento um aspeto essencial da monitorização do PROT**, considera-se relevante apresentar desde já um conjunto de conclusões, que apesar de focadas no OVT, englobam a totalidade da RLVT (objeto de estudo), permitindo estabelecer comparações relativas entre as sub-regiões que integram o âmbito territorial de atuação da CCDR LVT:

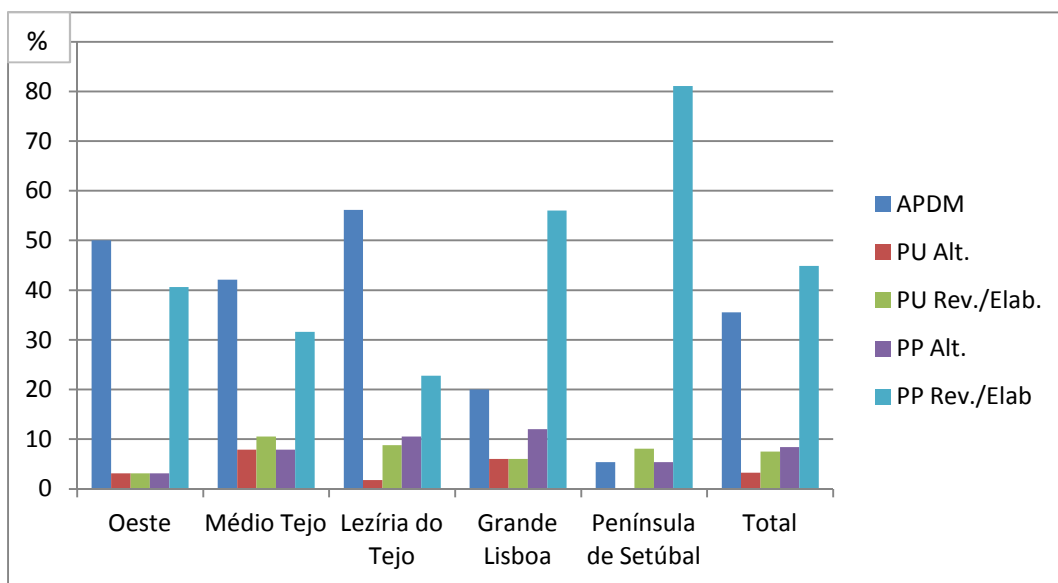
- Entre 2001 e 2011 foram publicados, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 214 Planos de Urbanização e de Pormenor (Alterações e Elaboração/Revisão) e Alterações a Planos Diretores Municipais, sendo que 59% se referem ao Oeste e Vale do Tejo.
- A Elaboração/Revisão de Planos de Pormenor (96) e as Alterações de Planos Diretores Municipais (76), concentrando 80% do total de publicações, foram as figuras mais utilizadas. Estes resultados vêm também confirmar a menor valorização do Plano de Urbanização enquanto instrumento de planeamento e de estruturação urbanística.

Quadro 1 - Alterações e Planos publicados entre 2001 e 2011

NUTS III	APDM	PU		PP		Total
		Alt.	Rev./Elab.	Alt.	Rev./Elab.	
Oeste	16	1	1	1	13	32
Médio Tejo	16	3	4	3	12	38
Lezíria do Tejo	32	1	5	6	13	57
Grande Lisboa	10	3	3	6	28	50
Península de Setúbal	2	0	3	2	30	37
Total	76	8	16	18	96	214

Fonte: SNIT, DGT (tratamento próprio)

Figura 6 - Alterações e Planos publicados entre 2001 e 2011 (%)

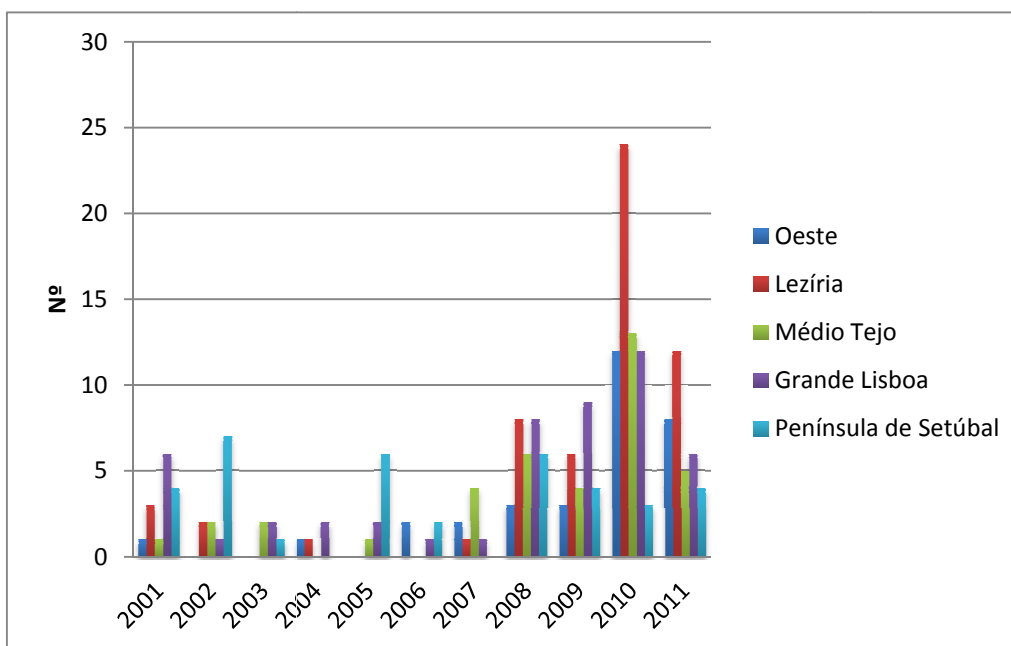


Fonte: SNIT, DGT (tratamento próprio)

Em termos de distribuição intrarregional é possível identificar duas tendências entre as cinco NUTSIII:

- **Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo** – maior relevância das Alterações dos Planos Diretores Municipais, muito por força da publicação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo e, conseqüentemente, das alterações por adaptação dos Planos Diretores Municipais produzidas no final da década de 2000.
- **Grande Lisboa e Península de Setúbal** – predomínio da Elaboração/Revisão dos Planos de Pormenor, facto mais significativo na margem sul da Área Metropolitana de Lisboa;

Figura 7 - Alterações e Planos publicados entre 2001 e 2011, por NUTSIII



Fonte: SNIT, DGT (tratamento próprio)

Centrando-nos agora na distribuição anual do número de PMOT publicados, verifica-se um forte crescimento no final da década de 2000, refletindo:

- a alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial introduzida em 2007, que atribuiu aos municípios competência para aprovação e publicação das Alterações e das Elaboraões/Revisões dos PMOT;
- a dinâmica de planeamento associada às Alterações dos Planos Diretores Municipais por Adaptação ao PROT OVT e à elaboração dos Planos de Urbanização e de Pormenor abrangidos pelo Regime Transitório deste mesmo Plano Regional, facto com incidência nas NUTSIII do Oeste e Vale do Tejo nos anos de 2010 e de 2011.

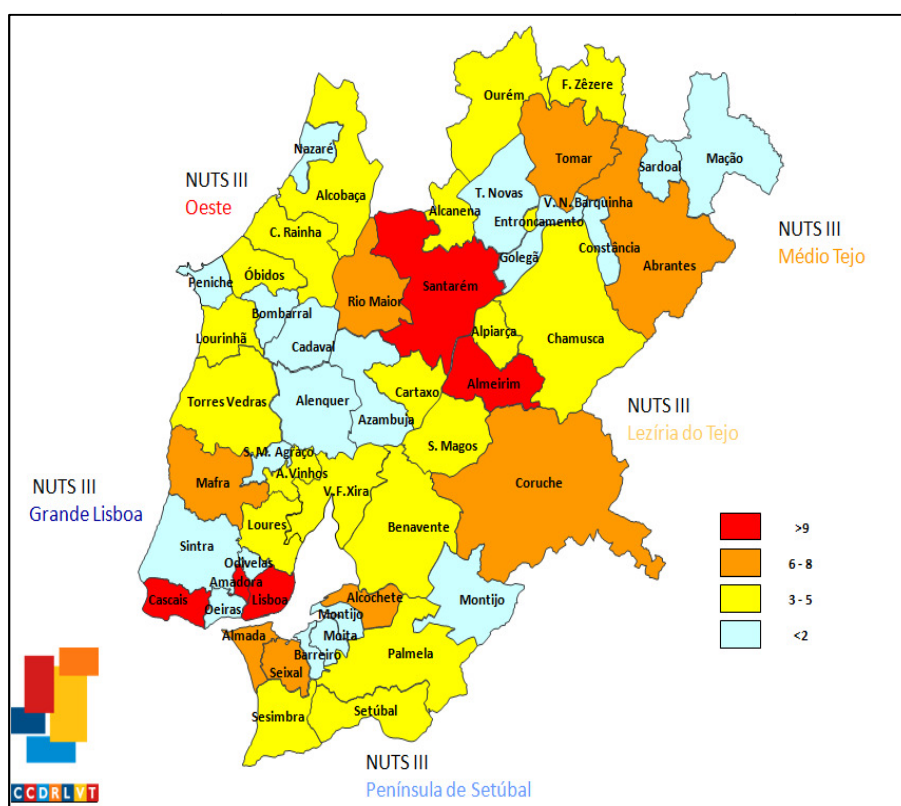
Por último, os dados já disponíveis permitem efetuar uma primeira representação cartográfica da distribuição por concelho das Alterações e Elaboraões/Revisões de PMOT publicadas entre 2001 e 2011, a partir da qual se identificam como principais padrões:

- **Santarém e Almeirim a par de Lisboa, Cascais e Amadora, constituem os municípios com maior dinâmica na elaboração/alteração de PMOT.** No que respeita aos dois municípios da Lezíria do Tejo, a relevância demonstrada não resulta da entrada em vigor do PROT OVT, e mais especificamente do seu

regime transitório, uma vez que não foi publicado qualquer Plano de Urbanização ou de Pormenor enquadrado no referido regime;

- **Dezanove municípios (13 do OVT e 6 da AML) apresentam uma reduzida dinâmica de alteração ou elaboração de PMOT.** As alterações na ocupação do solo que venham a ser identificadas nestes concelhos resultam, ou resultaram, no essencial, da implementação dos Planos Diretores Municipais em vigor. Este será, igualmente, um aspeto a aferir no cruzamento com a informação obtida a partir dos ortofotomapas.

Figura 8 - Alterações e Planos publicados entre 2001 e 2011, por concelho



Fonte: SNIT, DGT (tratamento próprio)

1.4. Atividades no âmbito da Comissão Temática do Turismo

1.4.1. Dinamização da identificação das Áreas de Vocação Turística

O PROT OVT definiu um modelo de desenvolvimento turístico com várias vertentes, no qual assume grande relevância a figura dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico, caracterizados como conjuntos turísticos (*resorts*) não localizados territorialmente nos PDM, sujeitos de avaliação e seleção no âmbito de procedimentos promovidos pelos municípios.

Para a concretização dos NDT, é condição obrigatória a prévia identificação e regulamentação, em PDM, das áreas de vocação turística onde estes podem localizar-se, identificadas pelas suas características específicas e capacidade de acolhimento da função turística, num quadro de aproveitamento e valorização de recursos territoriais e de sustentabilidade geral, fundamentada com base numa Avaliação Ambiental Estratégica.

A regulamentação das AVT terá de abordar as matérias da vocação do solo e da compatibilidade funcional entre a função turística e outras funções, incluindo incompatibilidades de uso, definir critérios específicos de localização dos NDT e respetivos limiares de alojamento, estabelecer as obrigações de planeamento sequente, em sede de PU ou PP, bem como estabelecer os referenciais para a contratualização entre a CM e o promotor, no que se refere à elaboração do plano e à execução do projeto, incluindo o estabelecimento de regras de caducidade do contrato e de reversão da qualificação do solo em caso de incumprimento contratual.

Tendo em vista valorizar o modelo de desenvolvimento turístico proposto, acelerando a sua aplicação, e, simultaneamente, travar iniciativas avulsas de localização de empreendimentos turísticos à luz dos PDM que continuariam em vigor, planos na generalidade com mais de uma década e sem um conteúdo dispositivo que permita valorizar as diversas iniciativas privadas numa perspetiva articulada de desenvolvimento turístico dos municípios, e da região como um todo, a RCM n.º 64-A/2009, que aprovou o PROT OVT, determinou o seguinte:

- Declarou incompatíveis com o PROT OVT, nos termos do seu n.º 7 alínea b), as disposições constantes dos Planos Diretores Municipais e também dos Planos Especiais de Ordenamento do Território que admitam a construção de *“Empreendimentos turísticos fora das áreas urbanas e urbanizáveis que*

correspondem a aglomerados urbanos existentes, com exceção do turismo em espaço rural e do turismo de habitação”. E determinou que as disposições dos planos em vigor fossem objeto de alteração por adaptação, no prazo de 90 dias, ou, não o sendo, ficassem suspensas automaticamente, findo esse período.

- *Estabeleceu, nos termos do seu nº 14, que “para efeitos de incorporação do modelo e das normas orientadoras do PROT OVT para o setor do turismo, nomeadamente a identificação das áreas de vocação turística e respetivo regime de incompatibilidades ou a regulamentação do número máximo de camas e demais regras, parâmetros e índices a adotar pelos empreendimentos turísticos, os municípios podem iniciar de imediato um procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal em vigor, independentemente do procedimento de alteração ou revisão a encetar” para a incorporação geral das orientações do PROT OVT.*
- *Indicou, nos termos do seu nº 15, que “para efeitos dos procedimentos de alteração referidos no número anterior, os municípios podem associar-se em processos de estudo, planeamento e concertação supramunicipal no que se refere à identificação das áreas de vocação turística e respetiva avaliação ambiental, visando-se garantir celeridade, integração e coerência global dos processos, sem prejuízo da necessária individualização das propostas de alteração para a formalização dos procedimentos indispensáveis previstos” no RJIGT.*

No momento atual, não é possível a viabilização de empreendimentos turísticos fora dos aglomerados urbanos, salvo situações muito particulares salvaguardadas no processo de alteração por adaptação dos PDM, salvo projetos enquadrados em PU ou PP, aprovados anteriormente à entrada em vigor do PROT OVT ou aprovados no âmbito do seu regime transitório e salvo projetos com atos administrativos anteriores ao PROT OVT e ainda válidos, sendo apenas admitidas, no solo rural, as figuras de unidade de turismo em espaço rural ou turismo de habitação.

Nas conclusões do 1º Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT (2011), na parte referente à programação das **ações prioritárias a desenvolver em 2012**, ficou explícita a necessidade de aprofundamento das matérias do foro da Comissão Temática do Turismo, em particular as questões associadas à **identificação de AVT e**

à **regulamentação dos NDT**, tendo em vista facilitar a alteração dos PDM neste âmbito.

Por outro lado, as dificuldades inerentes à inovação que foi introduzida pelo PROT OVT no tratamento das matérias relativas aos empreendimentos turísticos colocam esta temática no conjunto das que podem ser identificadas como críticas para a conclusão célere dos processos de revisão dos PDM, Por esse motivo, ficou ainda expressa, no Relatório, a necessidade de **dinamizar o funcionamento do Núcleo Base para estabelecer metodologias e compromissos de revisão dos PDM num horizonte temporal próximo**.

Tendo em conta as prioridades definidas, a CCDR LVT sistematizou algumas reflexões em torno desta matéria e apresentou ao Núcleo Base (em reunião realizada a 11/04/2012 e alargada à participação de todos os municípios do OVT) uma proposta com alternativas de atuação para o processo de identificação e regulamentação de AVT (conforme se explicita de seguida).

A proposta assentou nos seguintes pressupostos e alternativas:

O processo de identificação e regulamentação de AVT está numa fase muito embrionária e confinada ao processo de revisão do reduzido número de PDM que se encontram em fases mais adiantadas, não sendo previsível que a curto prazo a matéria do turismo seja cabalmente regulamentada na globalidade da região.

Embora a dinâmica de localização de empreendimentos turísticos esteja em retração, face à data da entrada em vigor do PROT OVT, sabendo-se, à partida, que as matérias do turismo exigem aprofundamento técnico em várias temáticas (ordenamento do território, proteção e valorização ambiental, agricultura, floresta, contratualização jurídica, etc) e tempo de análise e concertação de posições entre os vários interlocutores, importa não protelar a ação, trabalhando atempadamente e de forma integrada a regulamentação das AVT e dos NDT, no sentido de encontrar soluções que possam ser veiculadas e acolhidas a curto prazo pelos PDM. De facto, não se afigura razoável ter de vir a travar-se a realização de investimentos importantes para o desenvolvimento da região por razões do exclusivo foro administrativo provocadas pela omissão de regulação por parte da administração.

Configuraram-se assim, duas alternativas possíveis de adotar para o processo de identificação e regulamentação das áreas de vocação turística nos PDM:

1. Identificar e regulamentar as áreas de vocação turística **em cada município separadamente**, nos termos e tempos da revisão do respetivo PDM, deixando que cada equipa percorra isoladamente o caminho da definição de soluções para o seu território, com os custos inerentes a um trabalho desenvolvido caso a caso e com o peso procedimental que podemos, desde já, perspetivar no seio de cada comissão de acompanhamento dos PDM;
2. Identificar e regulamentar as áreas de vocação turística **no âmbito de procedimentos mais integrados e mais abrangentes, de nível supramunicipal**, de preferência na unidade geográfica da CIM, dando seguimento ao caminho apontado pelo PROT OVT e assegurando: a lógica e a coerência das propostas; uma maior congruência na avaliação ambiental e uma maior uniformidade dos critérios gerais, sem prejuízo da autonomia de cada município para introduzir especificações e para integrar estas matérias no seu PDM, no tempo e mediante o procedimento legal que considerar mais adequado.

Neste contexto, a CCDR LVT propôs-se dar seguimento às orientações do PROT OVT e, no quadro dos compromissos de governação da implementação do plano assumidos, perante a EMAG, no 1º relatório de monitorização e avaliação, dinamizar o processo de estudo e concertação supramunicipal da identificação e regulamentação de AVT e de estabelecimento de critérios de localização dos NDT.

Para o efeito a CCDR LVT levou à reunião do núcleo base da EMAG, realizada a 11/04/2012, a seguinte proposta:

- As CIM conduzem o processo de identificação e regulamentação das AVT e de estabelecimento de critérios de localização dos NDT em cada sub-região, contextualizando a situação atual e identificando o interesse em realizar um trabalho integrado e abrangente. Em favor desta proposta, atente-se que foram as CIM que conduziram o processo, já concluído, de distribuição do limiar de camas pelos municípios da respetiva área e são elas que vão apoiar a monitorização da execução desse limiar por sub-região;
- A CCDR dinamiza e participa na elaboração dos termos de referência dos estudos base e nos estudos de planeamento e de avaliação ambiental a



desenvolver por cada uma das CIM, associando neste processo o Turismo de Portugal e outras entidades setoriais de relevância nomeadamente as do setor agrícola e florestal;

- A CCDR apoia a preparação de candidaturas a financiamento dos estudos a realizar, através dos programas Operacionais Regionais do Centro e do Alentejo.
- A Comissão Temática do Turismo acompanha a elaboração dos estudos a elaborar pelas CIM no âmbito da EMAG;

Esta proposta foi também apresentada e debatida na Comissão Temática do Turismo em reunião realizada a 30/05/2012. Nessa sequência as Comunidades Intermunicipais do **Oeste e Médio Tejo ponderaram e optaram pela primeira alternativa** de identificação das AVT, informando a CCDR da sua decisão. A Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (**CIMLT**) **optou por seguir a segunda alternativa**, estabeleceu os contactos necessários com o PO Alentejo, elaborou o Caderno de Encargos para a elaboração do estudo conjunto de identificação das AVT e solicitou apoio à CCDR LVT e Turismo de Portugal (TdP). Nesse seguimento a CCDR LVT elaborou um documento orientador que estabelece o **quadro de referência para a identificação das AVT (Anexo 1)**, nomeadamente os requisitos para a identificação das AVT e para a definição de regras de instalação de NDT e vertentes de trabalho a desenvolver. Este documento foi apresentado e debatido em reunião, com a CIMLT e TdP, realizada a 19/10/2012 e poderá ser utilizado como referência pelas equipas de revisão dos PDM.

1.4.2. Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento Turístico

Clarificação sobre tipologias de empreendimentos turísticos a considerar na monitorização / contabilização do LCA

O PROT OVT no capítulo referente ao turismo e lazer, contempla um limiar de capacidade de alojamento turístico que constitui uma referência para o acréscimo de oferta de áreas de solo com fins turísticos e de residência de lazer a estabelecer nos PDM e aplica-se a:

- a) Áreas Turísticas Emergentes a Estruturar, excluindo as áreas edificadas e as áreas com projetos já licenciados;
- b) Constituição de Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT);
- c) Constituição de Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer (NDE TL);
- d) Ampliação de perímetros urbanos dos Núcleos de Turismo e Lazer (NTL).

A capacidade de alojamento turístico dentro das áreas urbanas em vigor e das tipologias de TER, TN, TH, Hi e Parques de Campismo e Caravanismo, não integra os limiares de crescimento.

Para efeitos de gestão, o PROT estabelece ainda que, para o cálculo do limiar da capacidade de alojamento turístico são considerados todos os empreendimentos licenciados após a sua entrada em vigor (1 de Novembro de 2009), assegurando, desta forma, a universalidade e a simultaneidade da aplicação das suas orientações e diretrizes neste matéria (aplica-se em todos os municípios a partir da mesma data) e garantindo a real e imediata eficácia da gestão do limiar.

Considerando a relevância e complexidade das questões relacionadas com o turismo e lazer e particularmente com a distribuição da capacidade de alojamento, esta matéria tem merecido especial atenção no âmbito da monitorização e avaliação do PROT. De tal modo que, foi acordado um **modelo de contabilização das camas turísticas** centrado no Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no Turismo de Portugal e nas CIM / Câmaras Municipais, tendo em vista a criação de uma base de dados de registo e validação das camas licenciadas após 01 de Novembro de 2009 que suportará toda a monitorização e gestão dos limiares gerais estabelecidos e permitirá responder ao quadro de flexibilidade previsto no PROT.

Não obstante, neste período transitório, enquanto os vários conceitos constantes do PROT OVT, não forem transpostos para os PDM em vigor, importa adotar uma correspondência entre aqueles conceitos e os que serviram de base aos empreendimentos turísticos entretanto licenciados, de modo a **clarificar quais as tipologias de empreendimentos turísticos que deverão ser considerados na contabilização do limiar da capacidade de alojamento (LCA)**.

Assim, considerando que:

- O regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (D.L. n.º 39/2008, de 7 de março) define que os empreendimentos turísticos podem ser integrados num dos seguintes tipos:
 - a) Estabelecimentos hoteleiros;
 - b) Aldeamentos turísticos;
 - c) Apartamentos turísticos;
 - d) Conjuntos turísticos (resorts);
 - e) Empreendimentos de turismo de habitação;
 - f) Empreendimentos de turismo no espaço rural;
 - g) Parques de campismo e de caravanismo;
 - h) Empreendimentos de turismo da natureza.
- Foram consideradas incompatíveis com o PROT as disposições dos PDM e PEOT que admitam a construção de empreendimentos ou estabelecimentos turísticos fora das áreas urbanas e urbanizáveis que correspondem a aglomerados urbanos existentes, com exceção das tipologias de TER, TN, TH, Hi e Parques de Campismo e Caravanismo.
- Os empreendimentos turísticos admitidos nas tipologias definidas no PROT OVT e dedutíveis no LCA são:
 - I) NDT – conjuntos turísticos (*resorts*);
 - II) NDE-TL - A dimensão e tipologia do alojamento devem ser aferidas em função da natureza e valências de cada projeto, até ao limite da sua possível configuração como NDT;
 - III) T – Conjuntos turísticos (*resorts*), aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos e estabelecimentos hoteleiros;
 - IV) NTL - Conjuntos turísticos (*resorts*), aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos e estabelecimentos hoteleiros
- O PROT define que, para o LCA não é contabilizada a capacidade de alojamento turístico dentro das áreas urbanas em vigor e das tipologias de TER, TN, TH, Hi e Parques de Campismo e Caravanismo.

Face ao exposto, considera-se que, **para a monitorização do LCA deverão ser considerados todos os empreendimentos turísticos fora das áreas urbanas e urbanizáveis** que correspondem a aglomerados urbanos existentes, **licenciados após 01/11/2009, enquadráveis nas tipologias de aldeamentos turísticos,**

apartamentos turísticos, conjuntos turísticos (resorts) e estabelecimentos hoteleiros, desde que mantenham relação funcional (gestão conjunta), territorial (contiguidade territorial ou inserido na mesma área de intervenção) com alguma das tipologias anteriores.

A partir da integração dos conceito de NTL nas revisões / alterações dos PDM, e sempre que haja recurso à majoração da eventual expansão do perímetro urbano destes aglomerados, para acolher especificamente empreendimentos turísticos, metade das camas turísticas que lhe venham a ser afetas serão considerados na monitorização do LCA nos termos do definido nas diretriz 2 dos NTL das normas específicas de caráter setorial – turismo e lazer do PROT OVT.

Metodologia de contabilização de camas turísticas

A metodologia acordada consiste numa sistematização anual de informação relativa a empreendimentos turísticos, admitidos nas tipologias definidas no PROT OVT e dedutíveis no LCA, que mereceram parecer favorável durante o período de monitorização em causa, sendo também divulgada a totalidade de camas licenciadas desde 01/11/2009.

Nesta metodologia, o Turismo de Portugal (TdP) sistematiza a informação e envia ao ORLVT, que por sua vez remete às CIM, que se articulam com as CM. Esta informação é devolvida ao ORLVT que tem a função de a trabalhar e divulgar.

Neste primeiro ano de monitorização, os ficheiros remetidos às CIM contêm informação sistematizada pelo Turismo de Portugal relativa a empreendimentos turísticos que mereceram parecer favorável desde 2007, isto de modo a poder englobar eventuais empreendimentos que tenham sido licenciados pelas CM após 01 de novembro de 2009. Apesar deste recuo temporal (até 2007), podem ter sido licenciados pelas CM (após 01/11/2009) empreendimentos turísticos que tenham merecido parecer favorável por parte do TdP anterior a 2007, por esta razão, os ficheiros remetidos devem funcionar como referência, devendo as CM verificar a eventual existência de outros empreendimentos cujo licenciamento tenha ocorrido após esta data e que não estejam indicados nos ficheiros remetidos.

Alguns Resultados

A informação recolhida pelo ORLVT em colaboração com o Turismo de Portugal IP e com as Comunidades Intermunicipais, relativa a empreendimentos turísticos, encontra-se sistematizada no Quadro 2 (período compreendido entre 01/11/2007 e outubro de 2012).

Da leitura deste quadro, pode concluir-se que, no período em análise **houve projetos turísticos que tiveram desenvolvimento, todavia, o saldo das “camas turísticas distribuídas” a partir do LCA mantém-se inalterado**, uma vez que:

- Os empreendimentos turísticos entretanto licenciados não se enquadram nas tipologias que se considerou deduzirem no LCA;
- Os empreendimentos turísticos que se enquadram nas tipologias que deduzem no LCA foram licenciados antes de 01/11/2009;
- O processo de licenciamento de empreendimentos turísticos, que se enquadram nas tipologias que deduzem no LCA, ainda se encontra em curso.

Quadro 2 – Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento

Oeste						
Concelhos	Total	Camas em reserva (25% do LCA)	Camas distribuídas (75% do LCA)	Camas com parecer favorável do TdP após 01/11/2007	Camas licenciadas pela CM após 1/11/2009	Saldo
Alcobaça	16717	5999	10718			10718
Alenquer	7473	452	7021			7021
Arruda dos Vinhos	2282	452	1830			1830
Bombarral	2824	452	2372			2372
Cadaval	3666	452	3214	1788	Sem dados/resposta	3214
Caldas da Rainha	10793	1197	9596			9596
Lourinhã	5199	1197	4002			4002
Nazaré	10777	5999	4778			4778
Óbidos	13323	5999	7324	6582	Sem dados/resposta	7324
Peniche	7098	1197	5901			5901
Sobral de Monte Agraço	1840	452	1388	236	Não licenciados	1388
Torres Vedras	18366	1255	17111	2793	Não licenciados	17111
Total	100358	25103	75255	11399	228	75255

Médio Tejo						
Concelhos	Total	Camas em reserva (25% do LCA)	Camas distribuídas (75% do LCA)	Camas com parecer favorável do TdP após 01/11/2007	Camas licenciadas pela CM após 1/11/2009	Saldo
Abrantes	3818	955	2863			2863
Alcanena	1008	252	756			756
Constância	414	414	**5			
Entroncamento	881	220	661			661
Ferreira do Zêzere	853	213	640			640
Ourém	17722	4430	13292			13292
Sardoal	339	85	254			254
Tomar	4136	1034	3102			3102
Torres Novas	2169	542	1627			1627
Vila Nova da Barquinha	471	118	353	568	Licenciado antes de 01/11/2009 (junho 2009)	353
Mação ⁶	1189	297	892			892
Total	33000	8560	24440	568	0	24440
Lezíria do Tejo						
Concelhos	Total	Camas em reserva (50% do LCA)	Camas distribuídas (50% do LCA)	Camas com parecer favorável do TdP após 01/11/2007	Camas licenciadas pela CM após 1/11/2009	Saldo
Azambuja	2604	1302	1302			1302
Almeirim	622	311	311			311
Alpiarça	1894	947	947			947
Benavente	3492	1746	1746	1218	Licenciamento caducado e / ou sem alvará emitido	1746
Cartaxo	2180	1090	1090			1090
Chamusca	2242	1121	1121			1121
Coruche	5036	2518	2518	884	Não Licenciado	2518
Golegã	464	232	232			232
Rio Maior	2870	1435	1435			1435
Salvaterra de Magos	1722	861	861			861
Santarém	9512	4756	4756	44	Não licenciado	4756
Total	32638	16319	16319	2386	0	16319

⁵ Em virtude do PDM já estar na fase de recolha de pareceres sobre Proposta, as camas adstritas ao Município de Constância foram contempladas unicamente na bolsa virtual

⁶ Apesar de Mação não integrar o âmbito territorial do PROT OVT, foi considerado na distribuição do LCA efetuado pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

A monitorização entretanto efetuada ao LCA, embora reportando-se a um intervalo temporal reduzido, permite-nos desde já constatar uma diminuição significativa das intenções de investimento em empreendimentos turísticos do tipo *resort*, situação que decorre da atual conjuntura económica e do conseqüente decréscimo da procura desta tipologia de empreendimentos.

Esta quebra nas intenções de investimentos, reflete-se na fraca dinâmica dos processos de alteração dos PDM para acolher estas tipologias turísticas no quadro das orientações definidas pelo PROT OVT.

1.4.3. Apreciação de Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer

O PROT OVT apresenta um conjunto de conceitos e tipologias de espaços para enquadrar as apostas estratégicas no sector do turismo e lazer. Para além de outras tipologias de espaço, o PROT define o conceito de Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer (NDE TL), que pretende integrar projetos considerados de interesse regional, a submeter a avaliação da EMAG.

Durante o ano de 2011 foi preparada pela CCDR LVT uma “ficha tipo”, reformulada e validada pelas entidades que integram a CTT (em reunião de 08/11/2011), que integra os critérios a adotar na apreciação dos projetos candidatos a NDE TL (esta ficha integrou o 1.º Relatório de monitorização do PROT OVT – Anexo 5). A CTT, ficou assim habilitada a apreciar projetos estruturantes, apresentados por promotores e câmaras municipais, tendo em vista o seu reconhecimento como NDE TL.

No final de 2011 foram apresentados à CTT (na 2.ª parte da reunião de 08/11/2011) dois projetos “candidatos” a obter o reconhecimento de NDE-TL: um deles propunha a instalação de uma componente hoteleira de apoio a um equipamento existente relacionado com atividades hípicas; o outro centrava-se na construção de um parque temático e integrava também uma componente hoteleira.

A comissão analisou as propostas com base no preenchimento da “ficha tipo” e, em reunião realizada a 16/01/2012, deliberou que os dois projetos mereciam a classificação de NDE-TL por terem enquadramento no conceito definido no PROT OVT. e contribuir para a concretização das opções estratégicas de

desenvolvimento da região no domínio da competitividade, inovação e internacionalização e valorização territorial. Na deliberação ficaram também expressos alguns condicionalismos ao desenvolvimento das propostas, cuja resolução ultrapassa as competências da CTT.

A classificação como NDE-TL atribuída pela EMAG nos termos do PROT OVT tem a validade de 2 anos, sujeito a reavaliação em função da monitorização elaborada em sede de EMAG-CTT. Durante este período deve ser concluída a elaboração do PP, que irá consagrar o projeto em termos de IGT.

1.5. Questões Frequentes

No decorrer do ano de 2012 foram colocadas à CCDR LVT, algumas questões e / ou dúvidas na interpretação das disposições do PROT. As matérias suscitadas relacionam-se essencialmente com as temáticas do turismo e lazer. Sistematizam-se de seguida (Quadro 3) as principais questões colocadas, bem como a ponderação que mereceram por parte da CCDR LVT.

Quadro 3 - Sistematização das Questões Frequentes (2012)

Questões / Dúvidas	Respostas / Clarificações
<ul style="list-style-type: none">▪ A implementação de qualquer “unidade turística” de todas as tipologias enunciadas no PROT OVT, está dependente de prévia regulamentação nos PMOT?	<ul style="list-style-type: none">▪ Até à revisão / alteração dos PDM: O licenciamento de empreendimentos turísticos (exceto TER, TH, TN, PCC e Hi) só é possível de acontecer nos perímetros urbanos, nas área de PU ou PP entrados em vigor antes do PROT OVT ou na pendência do seu regime transitório ou, ainda, quando tenham sido objeto de informação prévia, declaração de impacte ambiental ou autorização em data anterior ao PROT▪ Na revisão dos PDM Todas as tipologias de espaços turísticos previstas no PROT e enquadráveis na estratégia municipal carecem de regulamentação no PDM
<ul style="list-style-type: none">▪ Como representar em sede de planta de ordenamento as áreas vocacionadas para a instalação de unidades turísticas?	<p>As AVT integram áreas suficientemente alargadas de modo a permitir uma oferta diversificada de solo e garantir o enquadramento e valorização paisagística dos empreendimentos, dentro das quais se poderão localizar os NDT, enquanto atividade compatível com as categorias de uso do solo dominantes definidas em PDM.</p> <p>As AVT constituem perímetros que não afetam a</p>

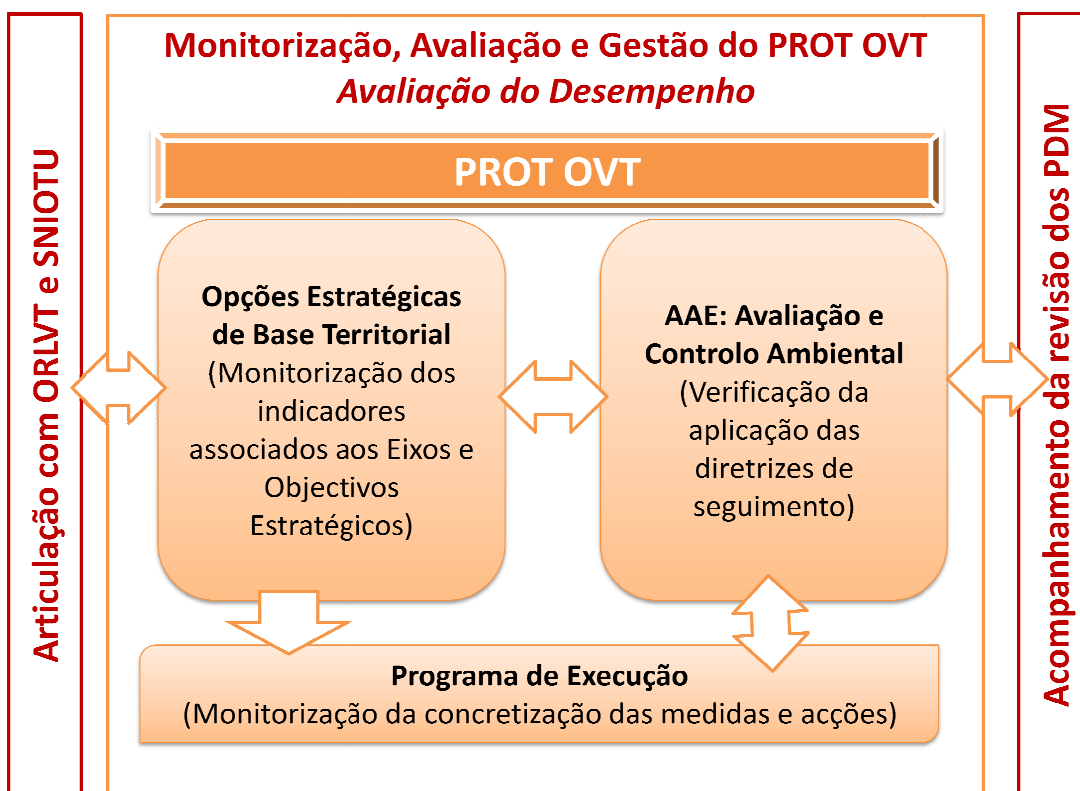
Questões / Dúvidas	Respostas / Clarificações
	classificação e qualificação do solo rural, visando garantir boas condições à localização e desenvolvimento de conjuntos turísticos (resort), excluindo ocupações e usos incompatíveis, nomeadamente instalações pecuárias, explorações de inertes, depósitos de combustíveis, áreas industriais e logísticas, aterros sanitários, parques de sucata, indústrias isoladas ou outras ocupações que ponham em causa a qualidade ambiental ou paisagística da zona)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Se pretendemos assinalar quintas para aproveitamento turístico, com componente residencial associada, como representar em PDM? 	<p>Ou se conformam com o disposto para as tipologias de TER, TH e Hi, ou deverão ser integradas nas AVT</p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Se pretendermos valorizar, em termos turísticos determinado aglomerado e a envolvente for integrada em REN, como representar em PDM? 	<p>As condicionantes legais, designadamente associadas a riscos de inundação, não são ultrapassadas pelo facto do aglomerado ser considerado um Núcleo de Turismo e Lazer. As vocações dos territórios e os condicionalismos físicos devem ser analisados nos PMOT.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Que definições ao nível da regulação dos NDT e AVT devem constar no regulamento do PDM? 	<p>Cada CM deverá ponderar no âmbito da estratégia municipal e das vocações e condicionalismos do seu território. O estudo conjunto proposto para a identificação das AVT visava fornecer o suporte técnico às propostas municipais. De qualquer forma, a matéria merece detalhe no âmbito da monitorização do PROT</p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Como conciliar as orientações do PROT, com a possibilidade de cartografar na planta de ordenamento, os Espaços de Uso Especial Destinados ao Turismo? 	<p>Os “Espaços de Uso Especial Destinados ao Turismo” são definidos no DR. 11/2009, enquanto categorias funcionais de solo urbano -aglomerados urbanos, os quais têm que cumprir os restantes requisitos que integram o Decreto Regulamentar.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para a monitorização das camas turísticas licenciadas após 1/11/2009 face ao limiar da capacidade de alojamento definido no PROT OVT, questiona-se se os Alojamentos Locais entram para os limiares ou não (tendo presente que alguns Alojamentos Locais foram 	<p>Considera-se que o AL não é contabilizado para efeitos de aferição dos limiares de camas turísticas estabelecidos no PROT OVT, pois, de acordo com o DL 39/2008 <i>“Consideram -se estabelecimentos de alojamento local as moradias, apartamentos e estabelecimentos de hospedagem que, dispondo de autorização de utilização, prestem serviços de alojamento temporário, mediante remuneração, mas <u>não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos</u>”</i>. Ora o PROT OVT estabelece nas Normas Orientadoras relativas ao Turismo e Lazer: orientação nº5 e diretriz nº 2, do ponto -</p>

Questões / Dúvidas	Respostas / Clarificações
recentemente reconvertidos nos termos do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março)?	Limiar de crescimento da capacidade de alojamento – que para efeitos do limiar são contabilizados empreendimentos turísticos em áreas de T, NDT, NDE e NTL

2. Monitorização e Avaliação do Desempenho do PROT

Na perspetiva da **monitorização e avaliação do desempenho do PROT OVT**, considerou-se fundamental avaliar: I) a concretização e adequabilidade dos eixos e objetivos estratégicos do plano, através da definição de indicadores de monitorização; II) a aplicação das diretrizes de seguimento constantes da Declaração Ambiental (AAE) e; III) a concretização das medidas e ações previstas no Programa de Execução (Figura 9).

Figura 9 - Esquema da monitorização e avaliação do desempenho do PROT



2.1. Indicadores de Monitorização

Neste ponto apresenta-se uma análise global dos indicadores-chave de contexto do OVT face ao Continente, bem como uma leitura global dos indicadores por eixo estratégico, cuja informação estatística e notas metodológicas se encontram disponíveis no Anexo 2.

A informação estatística disponibilizada reporta dois períodos temporais distintos: o período de referência (a situação de referência é, sempre que possível, o ano de 2008, por ser o ano anterior à entrada em vigor do PROT OVT) e o último ano disponível. A informação é retratada ao nível de NUTSIII por se entender que assim se permite uma análise abrangente que admite verificar as diferenças entre as sub-regiões e fazer comparações mais fiáveis com as metas definidas para o OVT.

Indicadores-chave de contexto

Tendo já sido publicados os dados definitivos dos Censos 2011, importa sublinhar as dinâmicas populacionais registadas no Oeste e Vale do Tejo na última década, destacando-se o seguinte: i) o Oeste e Vale do Tejo registou um acréscimo populacional de 3.11%; ii) o Oeste foi a NUTS III que obteve um crescimento mais acentuado, de 7.04%; iii) na NUTS III do Médio Tejo verifica-se um decréscimo populacional, na ordem dos 2%. Em termos de densidade populacional a NUTSIII do Oeste é a que apresenta valores mais elevados (163.3) e a Lezíria do Tejo valores mais reduzidos (57.9).

O território do OVT apresenta uma dinâmica de crescimento populacional superior à média nacional. O Oeste continua a ser a sub-região mais atrativa no contexto da região e do país, registando valores de crescimento populacional bastante acima da média nacional (2%). Por outro lado o Médio Tejo revela sinais de envelhecimento e fraca capacidade de atração populacional.

Quadro 4 – Dinâmica da população no OVT

Região	População residente (nº)	Taxa de variação da população residente (2001- 2011) (%)	Densidade Populacional (N.º/ km ²)
OVT	830.654	3,11	94,4
Oeste	362.540	7,04	163,3
Médio Tejo	220.661	-2,04	95,7
Lezíria do Tejo	247.453	2,75	57,9

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Quanto aos indicadores de contexto definidos e apresentados no Quadro 7 a análise efetuada permite-nos retirar algumas notas.

Ao nível dos Índices de Desenvolvimento Regional, o Oeste e Vale do Tejo demonstra uma performance abaixo da registada para o Continente, excetuando-se o domínio da Coesão, onde são registados valores superiores ao nacional.

Em termos económicos, a sub-região regista um PIB *per capita*, em média, inferior em cerca de 20% ao registado no Continente.

Quanto à demografia, constata-se no OVT uma população bastante envelhecida, destacando-se, neste aspeto, o Médio Tejo, sendo que a esperança média de vida não difere substancialmente dos valores registados no país.

Ao nível das qualificações da população, salienta-se a baixa frequência do ensino superior verificada na sub-região, que se situa em cerca de 36% do registado no Continente. No ensino secundário, existe também uma menor frequência, face à média do Continente, todavia a disparidade é bastante menor, com exceção do Médio Tejo, onde a frequência do secundário é superior à registada nacionalmente.

Mais de 95% da população que habita a região encontra-se servida por sistemas de abastecimento de água, à semelhança do que acontece no resto do país. Relativamente à drenagem de águas residuais e às estações de tratamento, registam-se ainda fortes disparidades entre as NUTSIII do OVT. No último ano reportado, regista-se que o Oeste apresenta valores de cobertura superiores aos do Continente, por oposição ao Médio Tejo e à Lezíria que registam valores abaixo dessa referência.

No património natural verifica-se que os valores registados se mantêm praticamente inalterados no período em análise e também se pautam por registarem valores inferiores à referência continental.

Indicadores de Monitorização do PROT OVT

A análise dos indicadores é efetuada por Eixo estratégico, pretendendo-se aferir o comportamento do OVT relativamente às metas definidas para 2020.

Refira-se que para os indicadores onde apenas há dados para o ano de referência (nomeadamente dados do Recenseamento Geral da População e Habitação, do Recenseamento Agrícola e baseados nos Padrões de Ocupação do Solo) não se faz apreciação dos mesmos, já que não é possível retratar uma tendência de comportamento regional.

Eixo 1 - Ganhar a Aposta da Inovação, Competitividade e Internacionalização

A estrutura do VAB revela uma região com uma especialização económica centrada nos serviços nas três NUTSIII, apresentando uma diminuição do VAB relativo ao setor primário em todas as unidades.

A produtividade revela tendências intrarregionais díspares, crescendo no Oeste, porém com tendência de manutenção nas outras duas regiões.

Há um comportamento positivo ao nível da competitividade e internacionalização da economia que regista aumentos significativos em todo o OVT no período em apreciação.

A iniciativa empresarial revela que, se por um lado, há um ligeiro aumento do número de novas empresas, a capacidade das mesmas de subsistirem tem vindo a diminuir substancialmente, já que apenas cerca de 50% das empresas continua ativa nos dois anos subsequentes à sua criação. Nos sectores de alta e média alta tecnologia, salienta-se a tendência contraditória na Lezíria do Tejo relativamente às congéneres, já que regista uma diminuição dos nascimentos de empresas neste sector.

O emprego em serviços intensivos em conhecimento está bastante aquém do previsto para as metas definidas, apresentando valores que estão abaixo dos 50% do registado para Portugal (2,8%). Já o emprego em setores industriais de elevada tecnologia demonstra um comportamento positivo com o Médio Tejo e a Lezíria a apresentarem, para o último ano disponível, valores acima da média nacional (15,2%), o que reflete uma possibilidade de, em caso de manutenção do comportamento, se ir de encontro à meta definida para 2020.

A utilização das TIC revela uma tendência positiva, apresentando crescimento nos dois setores analisados, educação e agregados familiares.

Na vertente turismo ainda não são visíveis os efeitos da aposta no crescimento qualificado do setor. Regista-se uma ligeira descida na estada média, na taxa de ocupação e na proporção de hóspedes estrangeiros, que será mais justificável com a conjuntura económica internacional do que com alterações na oferta do setor.

Eixo 2 – Potenciar as Vocações Territoriais num Quadro de Sustentabilidade Ambiental

Em termos de vocações territoriais o turismo foi assumido como aposta estratégica. Como referido anteriormente, não é possível identificar uma alteração de tendência de comportamento neste setor, que seja imputável ao PROT.

Nas questões energéticas, releva a tendência de diminuição de consumo de combustível automóvel, embora o Médio Tejo revele um crescimento desse consumo, contrariando o comportamento registado no Oeste e na Lezíria do Tejo. Quanto à Taxa de incorporação endógena, salientam-se os dados positivos registados no Médio Tejo, que apresenta em 2011 um valor superior à meta definida para 2020, mas também é de ressaltar a taxa registada na Lezíria do Tejo que está bastante aquém dessa meta. No caso do Oeste verificam-se alterações significativas no saldo energético, relacionadas com a diminuição ocorrida ao nível das grandes fontes de produção, não obstante, também se registar uma diminuição no consumo.

A eficiência do sistema de abastecimento de água apresenta dados díspares, consoante a área territorial e o respetivo sistema de gestão em análise. Das quatro entidades gestoras em causa (EPAL, Águas do Oeste, Águas do Ribatejo e Águas do Centro), apenas uma apresenta valores abaixo dos de referência, embora haja outras duas que têm valores bastante próximos dos 5%.

A superfície florestal ardida reflete uma diminuição da área ardida face aos valores registados em 2007, com exceção do Oeste, que no último ano em análise, regista um valor de área ardida acima dessa referência.

Eixo 3 – Concretizar a Visão Policêntrica e Valorizar a Qualidade e Vida Urbana

Na dinâmica da reabilitação urbana o instrumento mais utilizado na região são as Parcerias para a Regeneração Urbana, no âmbito dos Programas Operacionais Regionais. A maior preponderância deste instrumento poderá dever-se às questões que se prendem com o financiamento, bem como a rapidez do processo, por comparação aos outros instrumentos em análise. Quanto à reabilitação do edificado verifica-se uma tendência de crescimento da mesma, registando o Médio Tejo, valores bastante superiores aos registados nas outras NUTSIII.

O indicador Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência reflete uma maior tendência de edificação no Oeste, que apresenta valores bastante acima dos do Médio Tejo e Lezíria. É pertinente referir que 9,33% da área territorial do OVT integra a classificação de área edificada, nas suas várias tipologias e densidades consideradas nos Padrões de Ocupação do Solo, correspondendo as áreas dispersas a 72,87%.

Eixo 4 – Descobrir as Novas Ruralidades

A especificidade que decorre da necessidade de cruzar variáveis de competitividade com variáveis de multifuncionalidade, resulta numa dificuldade acrescida de obtenção de dados relevantes para este Eixo. Os indicadores que podem caracterizar a dinâmica da região no quadro das novas ruralidades coincidem em grande parte com os reportados nos eixos anteriores e para a maioria dos indicadores, apenas existem dados para o ano de referência.

Assim, parece-nos relevante salientar uma evolução positiva na utilização das tecnologias de informação e comunicação, em particular num território onde os níveis de dispersão do edificado são muito expressivos.

No contexto da multifuncionalidade a agricultura é a atividade âncora, todavia, para além do indicador que reporta a evolução das áreas irrigáveis, não foi possível obter informação do setor agrícola.



Numa perspetiva global da atratividade do território, importa, neste eixo, referenciar a dinâmica de crescimento populacional, salientado em particular a especial atratividade do Oeste.

2.2. Programa de Execução

O reporte agora efetuado do Programa de Execução (PE) do PROT OVT regista o acumulado de duas prioridades (1 e 2), consubstanciando-se no período temporal entre 2008 e agosto de 2012. A prioridade 2 encontra-se a meio do seu período de execução, estando previsto que o próximo momento de monitorização do PE ocorra no final da prioridade 2, ou seja, 2013.

A metodologia definida para a recolha de informação em 2011, foi mantida para o período em apreço. A recolha da informação à data da conclusão deste Relatório, não está completamente terminada, havendo setores que não fizeram o reporte da informação em tempo útil e setores que não têm membros designados para a Comissão de Acompanhamento da EMAG, não sendo, por isso, possível recolher a informação (campos realçados a cinzento nas tabelas de ponto de situação). Nestes casos, a informação que foi reportada em 2011, apesar de não ter sido atualizada, contabilizou-se como em execução.

Considerando os dados globais recolhidos, verifica-se que do total das Ações previstas no PE para o período em análise, cerca de **53% estão em execução** (incluindo as ações executadas).

Relativamente a 2011, houve um aumento do número de ações em avaliação (18), passando para um total de 123.

Em termos globais, regista-se que o nível de execução é ligeiramente superior ao registado em 2011, porém o nível de financiamento associado regista um decréscimo (- 110.703.974€), justificado essencialmente por rescisões ou alterações dos contratos de financiamento comunitário de projetos, nomeadamente ao nível dos Planos Operacionais Regionais (MaisCentro e InAlentejo).

A análise detalhada por sistemas e domínios encontra-se disponível no Anexo 3.

Quadro 5 - Dados globais da monitorização do Programa de Execução

SISTEMA	DOMÍNIO	Nº de Ações Previstas	Nº de Ações em execução	Investimento (Euros)
SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	Institucional	1	1	78.448 €
SISTEMA URBANO E COMPETITIVIDADE	Sistema Urbano - Rede Urbana	3	2	68.879.771 €
	Sistema Urbano - Educação	5	4	322.857.592 €
	Sistema Urbano - Saúde	6	5	ND
	Sistema Urbano - Segurança Social	3	ND	ND
	Sistema Urbano - Outros Serviços	5	4	10.754.531 €
	Competitividade Económica	7	5	27.373.016 €
	Tecnologias de Comunicação e Informação	9	5	17.611.004 €
	Turismo, Lazer e Cultura	14	11	46.464.683 €
	Agricultura e Florestas	8	ND	ND
	Subtotal	60	36	493.940.597 €
SISTEMA AMBIENTAL	ERPVA, Conservação da Natureza e Biodiversidade	10	5	6.854.813 €
	Recursos Hídricos, Abast. Água, Saneamento, Resíduos	13	5	17.184.983 €
	Energia	14	2	52.993 €
	Riscos	11	8	3.400.000 €
	Subtotal	48	20	27.492.789 €
SISTEMA DE MOBILIDADES	Transportes e Mobilidade	14	8	2.104.618 €
TOTAIS		123	65	523.616.452 €

2.3. Avaliação e Controle Ambiental

A CCDR LVT é responsável pela execução e monitorização da AAE do PROT, concretamente das medidas / diretrizes constantes da Declaração Ambiental (DA). Esta fase coincide com a implementação do plano, e visa monitorizar e pós-avaliar de forma documentada os efeitos do plano no ambiente. Através desta monitorização pretende-se, por um lado, verificar se os efeitos produzidos pelo plano são os que foram previstos pela AAE e, por outro lado, criar condições para a eventual adoção de medidas de mitigação ou de correção, adicionais às que estão previstas na DA e que se revelem necessárias (n.º1, do artigo 11.º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho).

Neste capítulo, esboça-se um **programa de ação** que sintetiza o acompanhamento da adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental do PROT OVT, dando cumprimento ao definido no mencionado art.º 11.º e integra, nos pontos seguintes, a descrição da metodologia adotada, o resultado da análise das Diretrizes de Planeamento e Gestão e das Diretrizes de Monitorização, e finalmente uma análise da eficácia do processo desenvolvido visando a identificação de aspetos de melhoria determinantes para os desenvolvimentos futuros.

Assim, com este programa de ação, pretende-se estruturar um programa de seguimento, de extrema importância para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão.

Por forma a cumprir na plenitude o quadro legal vigente, os resultados da Avaliação e Controlo Ambiental que integram o presente Relatório devem ser atualizados anualmente, divulgados no site da CCDR LVT e remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente.

2.3.1. Objetivos e Metodologia

Os objetivos do processo de avaliação e controlo ambiental do PROT OVT visam proceder: i) à verificação do cumprimento dos objetivos específicos da AAE e do seguimento das diretrizes identificadas no Relatório Ambiental (RA), e incluídas na Declaração Ambiental; ii) à identificação de situação de incerteza e inesperadas que entretanto se tenham colocado ao processo de planeamento, a fim de as identificar atempadamente e adotar as medidas necessárias que assegurem o melhor desempenho ambiental, numa perspetiva de sustentabilidade.

Os **objetivos específicos** considerados são os seguintes:

- Verificar e fomentar a aplicação das diretrizes de seguimento (gestão, implementação e monitorização);
- Verificar a eficácia e operacionalidade do quadro de governança;
- Apurar e verificar a adequabilidade dos indicadores de monitorização;
- Verificar as alterações ao Quadro de Referência Estratégico (QRE) e imposições / orientações adicionais;

O processo de monitorização destaca-se pela sua aplicação prolongada no tempo, disponibilizando informações relevantes para outras atividades e aferindo se os objetivos das ações e se o desempenho ambiental previsto, nas opções de planeamento, são alcançados. A utilização de indicadores garante que a monitorização se focaliza nas variáveis relevantes e otimiza a comunicação dos resultados, nomeadamente através de relatórios. Para além dos indicadores, este programa de ação baseia-se noutros instrumentos de avaliação explicitados no ponto seguinte.

É opção da CCDR que o processo de avaliação e controlo ambiental seja desenvolvido no âmbito da monitorização e avaliação global do PROT OVT, apoiada na Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão (EMAG) e noutras entidades com responsabilidades ambientais específicas e com relevância no quadro de governança.

Neste processo de monitorização será também focada a aplicação das diretrizes de planeamento e gestão constantes da declaração ambiental do PROT OVT nos processos de elaboração, alteração ou revisão dos PMOT do OVT.

De modo a concretizar os objetivos da avaliação e controlo ambiental foi definida a seguinte **metodologia**:

- Verificação de todas as diretrizes constantes do Relatório e Declaração Ambiental, identificando o instrumento de avaliação proposto para a sua apreciação e seguimento, a entidade responsável pelo reporte de informação sobre a sua execução e o ponto de situação da execução.
- Verificação da eficácia e operacionalidade do quadro de governança para a ação e proposta de ajustamento, tendo presente a listagem de entidades responsáveis pelo reporte de informação
- Consulta às entidades identificadas no quadro de governança para a ação com o objetivo de avaliar se as responsabilidades identificadas na AA se mantêm atuais e identificar os aspetos institucionais mais relevantes para a implementação do PROT OVT;
- Identificação das principais alterações ao Quadro de Referência Estratégico e às Questões Estratégicas que estiveram na base da elaboração da AAE do PROT OVT.

Importa salientar que a avaliação e controlo ambiental, esboçada neste programa de ação ou seguimento, assume-se como um **processo contínuo**, pelo que os objetivos e metodologia definidos não se esgotam neste Relatório de Avaliação e Monitorização do PROT. Esta avaliação e controlo implicam um trabalho continuado e permanente de articulação entre entidades, que deve ser reportado anualmente à APA e divulgado no site da CCDR.

2.3.2. Medidas de Avaliação e Controlo

As diretrizes, ou medidas de avaliação e controlo, identificadas no relatório ambiental e incluídas na declaração ambiental do PROT OVT, agrupam-se em diretrizes de planeamento e gestão e diretrizes de monitorização. As diretrizes destinam-se a diferentes entidades identificadas no quadro de governança, em função do papel de planeamento, gestão ou avaliação que desempenham na implementação do PROT OVT

No domínio das diretrizes para planeamento e gestão o relatório ambiental e a declaração ambiental destacam ainda, por Fator Crítico para a Decisão (FCD), um conjunto de Normas Específicas de Carácter Sectorial e Territorial constantes da versão final do PROT OVT e que se consideram de implementação especialmente relevante no contexto da AAE realizada.

Assume-se que as diretrizes de planeamento e gestão destinam-se a ser consideradas durante a elaboração do plano e na sua implementação. O seu objetivo é a integração das considerações ambientais e de sustentabilidade no plano. Por sua vez, as diretrizes de monitorização explicitam o que se vai monitorizar.

Assim, após a consulta às entidades identificadas no quadro de governação, tendo em vista a simplificação e objetividade deste processo de avaliação e controle ambiental, pretende-se centrar o programa de ação ou de seguimento nas diretrizes de monitorização e em alguns aspetos das diretrizes de planeamento e gestão que possa interessar monitorizar. Este passo será concretizado no próximo Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT.

No Quadro 9 (Anexo 4) apresenta-se o conjunto de diretrizes, respetivamente, de planeamento e gestão e de monitorização e as normas específicas de implementação relevante, definidas na Declaração Ambiental do PROT OVT e agrupadas por FCD, sendo para cada diretriz indicado:

- O **instrumento de avaliação** proposto para a sua apreciação e seguimento, que pode ser através do apuramento de indicadores, ou da concretização de ações definidas no Programa de Execução, ou ainda através da definição de uma *check list* para o acompanhamento dos PMOT, planos ou programas setoriais, que deve ser utilizada como apoio à AAE dos processos de elaboração, alteração e revisão dos PMOT, em particular dos PDM, ou de outros planos e programas setoriais.
- A **entidade responsável** pelo reporte de informação sobre a sua execução, identificada a partir do cruzamento de informação constante do quadro de governação do RA, dos indicadores, Programa de Execução e das normas do PROT OVT
- O **ponto de situação** da sua execução. Para melhor compreender este item a leitura deverá ser cruzada com a monitorização dos Indicadores e

Programa de Execução, no qual se encontra informação detalhada sobre aqueles instrumentos.

2.3.3. Notas conclusivas e propostas de sequência

Da sistematização efetuada sobre as diretrizes e tendo presente os objetivos específicos e metodologia deste processo de avaliação e controle ambiental, importa destacar o seguinte:

- Constatou-se que **o número de diretrizes de planeamento e gestão** (DPG), que integram também normas específicas de implementação relevante, **é demasiado extenso** para permitir uma avaliação periódica, objetiva e eficaz. Assim, propõe-se que seja desenvolvido um trabalho de **articulação com as entidades responsáveis** pela aplicação das diretrizes e reporte de informação, de modo a **reduzir o número de DPG**, clarificando as fontes de informação e o método de reporte do grau de execução. Pretende-se com esse trabalho tornar a AAE, integrada, focada, verificável, participativa e iterativa

- Foram **tipificados os instrumentos de avaliação da aplicação das diretrizes** de seguimento. Os instrumentos adotados são:
 - **Indicadores** da lista global apresentada no 1.º Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT. No âmbito deste programa de ação ou seguimento foi verificada a adequabilidade dos indicadores de monitorização identificados no RA. Destes, alguns já haviam sido integrados na lista global de indicadores de monitorização, nomeadamente os que fossem passíveis de cumprir os critérios de seleção então adotados. Porém, no decorrer da análise das diretrizes de seguimento, verificou-se a necessidade de adicionar novos indicadores à lista global, que permitissem avaliar a aplicação das diretrizes. Apresenta-se no Quadro 10 (Anexo 5) a **proposta de novos indicadores**, identificados por FCD e que, no próximo

- Relatório de Monitorização, devem integrar a lista global de indicadores.
- **Ações ou medidas do Programa de Execução** cuja concretização contribui para a aplicação da diretriz de seguimento.
 - **Check list** para o acompanhamento de projetos, planos e programas setoriais. Daqui resultará um documento de apoio ao acompanhamento efetuado pela CCDR LVT àqueles instrumentos
 - Não obstante esta tipificação, existem diretrizes que não são passíveis de enquadrar nestes três instrumentos, pelo que surge, ocasionalmente, a referência a outros instrumentos, como por exemplo, estudos/classificações, identificação de zonas de passivo ambiental, apoio/incentivo, consultar determinada entidade, etc.
- Na fase em que se encontra a avaliação e controlo ambiental do PROT OVT, torna-se difícil especificar ou detalhar o ponto de situação da aplicação das diretrizes de seguimento. Quando se trata de indicadores ou check list, a menção apresentada, “em curso”, traduz que aquela informação / tarefa está a ser desenvolvida, sendo que o ponto de situação concreto só pode ser apurado mediante a análise dos instrumentos próprios (lista de indicadores de check list). Quando se trata de ações que integram o Programa de Execução, consta a menção “Em execução” ou “Por executar”, consoante a situação em que se encontra a referida ação. Assim, a verificação da aplicação destas diretrizes tem de ser baseada na análise da monitorização do Programa de Execução. Por outro lado, a especificação do ponto de situação da aplicação de algumas diretrizes só pode ser completada, após o desenvolvimento de contactos com as entidades responsáveis pela execução e reporte de informação, nos termos do definido no quadro de governação para ação.
 - No RA identificou-se um **Quadro de Governança para a Ação** (QGA) que importa agora verificar a sua eficácia e operacionalidade. O QGA torna-se particularmente importante porquanto o sucesso da implementação do PROT não depende apenas da entidade responsável pelo mesmo – neste caso a CCDR LVT – mas depende igualmente da cooperação, dos diálogos institucionais necessários e da criação de condições de contexto

favoráveis a um bom desempenho do PROT. Nestas condições, no Quadro 6 identificam-se as entidades que no RA se considerou terem um papel estratégico a desempenhar, face às suas responsabilidades institucionais. Tendo por referência este Quadro e a experiência de monitorização entretanto desenvolvida, adicionam-se de seguida algumas observações acerca da verificação da sua eficácia e operacionalidade:

- Pretende-se que **o processo de avaliação e controlo ambiental do PROT seja desenvolvido no âmbito da monitorização e avaliação global do plano, apoiada na EMAG**, pelo que o QGA deve ser vertido para a EMAG, que integra cerca de 70 entidades que, na maior parte dos casos, participaram na elaboração do plano. Assim, considera-se que, das entidades referidas no Quadro de Governança, **a APA deve passar a integrar a CA da EMAG** (nas vertentes de alterações climáticas, ar, ambiente e saúde e resíduos, para além da água já representada pela ex ARH Tejo). As restantes entidades referidas no QGA já integram atualmente a CA.
- O diálogo institucional tem sido desenvolvido com as diversas entidades com relevância para a implementação e monitorização do PROT OVT, todavia, o processo de monitorização ainda é recente e carece de consolidação. **Propõe-se, que sejam reforçados os mecanismos de comunicação, de modo a obter o reporte de informação de forma sistemática e programada**, tendo em vista a monitorização e avaliação do desempenho do PROT e dos seus instrumentos, designadamente sistema de indicadores, programa de execução e avaliação e controle ambiental.
- A “população em geral” foi identificada no Quadro de Governança enquanto entidade a quem compete o cumprimento / desenvolvimento de um conjunto de ações. Esta interação será efetuada através dos municípios e dos mecanismos de publicitação do processo de monitorização global do PROT.
- Em suma, a correta verificação de eficácia e operacionalidade do QGA definido no RA implica o desenvolvimento de contactos com as entidades referenciadas, na medida em que, não obstante os indicadores de monitorização e o programa de execução integraram

grande parte das preocupações referidas nas ações do QGA, trata-se de matérias que globalmente dizem respeito às competências setoriais de cada entidade. Estes contactos serão aprofundados no próximo ano, tendo em conta que os dois primeiros relatórios de monitorização do PROT, no que respeita à avaliação e controlo ambiental, versam sobretudo sobre aspetos metodológicos, aos quais tem sido dedicada maior atenção porquanto, o PROT OVT ser o primeiro IGT que está a proceder à avaliação e controlo ambiental previsto no artigo 11º do D:L. n.º 232/2007, na sua atual redação.

Quadro 6 - Quadro de Governança para Ação identificado no RA⁷

Entidades	Accão
EMAG – PROT OVT	Manter o diálogo institucional com todas as entidades competentes no âmbito do desenvolvimento do território
	Monitorar a evolução do consumo de energia, da produção de energia renovável, do consumo e gestão sustentável dos recursos naturais e culturais, da qualidade do ambiente e das necessidades de qualificação humana e mobilidade na Região (em colaboração com as entidades competentes)
	Controlar a extensão e dispersão dos aglomerados urbanos e da ocupação em espaço rural
	Incentivar à aplicação de modelos de ordenamento específicos para a relação urbano-rural, modelos territoriais de mobilidade sustentável
	Estabelecer orientações regionais para a distribuição de equipamentos de educação (para todos os ciclo de ensino, incluindo terceira idade)
	Estabelecer orientações e metas supra-municipais no âmbito da qualificação ambiental, qualificação humana e saúde
	Estabelecer um modelo policêntrico de desenvolvimento sustentável para a Região, incorporando e compatibilizando as políticas e dinâmicas sectoriais com incidência no ordenamento no território da Região
	Desenvolver estimativas de emissões de gases com efeito de estufa (CO ₂ e) para a Região a partir dos dados de referência disponibilizados pelas entidades competentes (APA, DGGE, etc.)
APA	Manter actualizadas e disponíveis as metas de emissões de gases com efeito de estufa (CO ₂ e) no horizonte de 2020, bem como os resultados da monitorização das medidas do Programa Nacional para as Alterações Climáticas
	Manter actualizados os diagnósticos e as respectivas metas e objectivos ambientais a diferentes prazos e escalas de planeamento
ARH (Atual APA)	Manter actualizadas as perspectivas de protecção e valorização dos recursos hídricos e das respectivas metas e objectivos a diferentes prazos
DRAF⁸ (DGADR)	Manter actualizadas as perspectivas de protecção e valorização do recurso solo e das respectivas metas e objectivos a diferentes prazos

⁷ Neste quadro não foi utilizado o novo acordo ortográfico, por se tratar de uma transcrição do conteúdo do RA do PROT OVT, aprovado em 2009

⁸ DRAF - Desconhece-se a que entidade se refere o RA. Porém, tendo em conta as ações que lhe foram atribuídas presume-se que a sigla quisesse corresponder a “Direção Regional de Agricultura e Florestas”. Contudo, por não existir um organismo com essa designação, entende-se que aquelas ações poderão ser desempenhadas pela DGADR, que já integra a CA da EMAG do PROT.

DGGE (Atual DGEG)	Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento da produção com origem em fontes de energia renováveis e das respectivas metas e objectivos a diferentes prazos e escalas de planeamento
	Incentivar a adopção de medidas de eficiência energética a todos os níveis (e.g. municípios, empresas, famílias)
DGOTDU (Atual DGT)	Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento do território nacional, nomeadamente ao nível do Observatório do ordenamento do território com a manutenção de estratégias, bem como das estratégias nacionais para o ordenamento do espaço rural
ICNB (Atual ICNF)	Manter actualizada a informação disponibilizada para a elaboração do PROT OVT, incorporando as orientações de desenvolvimento regional nos planos de gestão e ordenamento de áreas classificadas
IGESPAR (Atual DGPC)	Manter actualizada a informação disponibilizada para a elaboração do PROT OVT
IMTT	Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento dos transportes terrestres nacionais
Câmaras Municipais	Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento do território municipal, incorporando e compatibilizando as propostas/condicionantes de outras políticas e planos com incidência no território municipal
	Incorporar nas propostas de desenvolvimento municipal as orientações estratégicas regionais, incluindo fomentar e apoiar as actividades que potenciem o desenvolvimento territorial policêntrico, controlando a dispersão territorial que gera fragmentação, as perspectivas de mobilidade sustentável municipal, fomentando e apoiando as actividades que potenciem os valores naturais e culturais em espaço rural e monitorando as necessidades de qualificação e a integração sócio-profissional das comunidades locais,
	Fomentar e apoiar os processos de participação pública e sensibilizar a população para as mais-valias da qualidade territorial, mobilidade sustentável e das áreas rurais
ONGA	Colaborar com a CCDR LVT para a definição de estratégias de prevenção e mitigação de impactes ambientais cumulativos na Região, acompanhando a monitorização da implementação do PROT OVT, participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA
População em geral	Adoptar práticas de redução do consumo de energia e de utilização e gestão dos recursos naturais e culturais que promovam a sua protecção e valorização
	Integrar Movimentos ou Associações cívicas de defesa da população, do ambiente e de identidades rurais
	Participar nos processos de consulta pública no decorrer dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA

- Quanto ao **QRE e às QE** importa avaliar as alterações que se possam ter verificado desde a publicação do PROT OVT.

As **Questões Estratégicas**, que tiveram como base os elementos apresentados na Visão do PROT, foram sintetizadas, e actualizadas, para efeito da AAE nas seguintes cinco questões cruciais e condicionadoras do desenvolvimento da Região:

- Novo Aeroporto Internacional no Campo de Tiro de Alcochete.
- Desenvolvimento turístico
- Intensificação das actividades e produções verdes
- Reforço da rede logística
- Estruturação de uma rede urbana polinucleada

Relativamente a estas cinco questões e tendo presente a conjuntura socioeconómica e financeira atual, verifica-se um abrandamento nas dinâmicas de investimento na região, com maior relevância nas questões do turismo e da logística.

Por outro lado, o Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o horizonte 2011 – 2015 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011), estabelece alterações para o setor, com implicações para a região, designadamente no que respeita ao setor rodoviário, ferroviário e sobretudo no que se refere ao novo aeroporto de Lisboa, cujos pressupostos em que se baseou a decisão de construção do NAL, são hoje bastante diversos. Nos termos do PET o Governo assume que *“irá dar orientações para que sejam revistos os pressupostos que serviram de base à decisão de construção do novo aeroporto de Lisboa, dando prioridade à rentabilização da capacidade disponível no aeroporto da Portela e à introdução de medidas que potenciem a sua capacidade de captação de tráfego e desenvolvimento de rotas de modo a movimentar mais passageiros e carga, incrementando a vida útil da infra-estrutura já existente e a rentabilização dos sucessivos investimentos realizados de modo a corresponder às demandas operacionais de segurança mas igualmente à crescente procura”*.

O **Quadro de Referência Estratégico** centrou-se em 25 planos, programas e estratégias nacionais e setoriais com incidência territorial na região e pretendeu destacar a relevância dessas políticas no OVT, relativamente aos FCD. Enumeram-se de seguida os planos, políticas e estratégias, e explicita-se no Quadro 11 (

Anexo 6) os seus objetivos e metas com relevância para os FCD.

Quadro Estratégico de Referência utilizado para a elaboração do RA do PROT OVT

- Quadro de Referência Estratégico Nacional e PO Regionais
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
- Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural
- Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo
- Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste
- Estratégia Lisboa 2020
- Plano Tecnológico
- Plano Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego
- Plano Nacional de Emprego
- Estratégia Nacional para a Energia
- Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidro-eléctrico
- Plano Nacional da Água
- PERSU II
- PEAASAR II
- Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
- Estratégia Nacional para o Mar
- Portugal Logístico
- Orientações Estratégicas para o Setor Ferroviário
- Estratégia Nacional para as Florestas
- Plano Estratégico Nacional do Turismo
- Estratégia Nacional do Turismo da Natureza
- Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas

A **verificação das alterações ao QRE** implica um conhecimento aprofundado dos vários, planos, políticas e programas, pelo que só será possível através de contactos com as entidades responsáveis pela sua elaboração e aplicação. Assim sendo, tal tarefa será desenvolvida durante o próximo ano e os resultados constarão do próximo relatório de monitorização e avaliação do PROT

3. Conclusões

Concluído o exercício de monitorização do PROT OVT em 2012, importa sistematizar as suas principais conclusões e apresentar uma proposta de programação das ações prioritárias a desenvolver em 2013.

1. A EMAG consolidou-se como uma estrutura fundamental para a governação da operacionalização do PROT OVT, tendo ficado demonstrado, com os resultados do trabalho realizado ao longo dos dois últimos anos, que a promoção ativa da execução desta figura de plano é indissociável da existência de um fórum intersectorial de interlocução das entidades responsáveis pelas várias políticas nacionais e locais com tradução territorial à escala regional.

2. A resposta das várias entidades ao desafio da CCDR LVT para integrarem a EMAG e para participarem no processo de acompanhamento sistemático da execução do plano e de monitorização do seu desempenho, foi assimilado com diferentes graus de empenhamento pelas diversas entidades participantes nesta estrutura, sendo patente a diferença de resultados de monitorização (quer ao nível dos indicadores, quer ao nível da aferição do cumprimento do programa de execução) em função do maior ou menor envolvimento colocado nessa participação.

3. Corroborando o que já se inferia à partida, ficou bem evidenciado que a CCDR LVT não consegue, nem pode, substituir-se às demais entidades competentes no processo de monitorização, não só por questões formais de acesso físico à informação, mas sobretudo, por impossibilidade de se substituir, àquelas, na formulação de leituras de contexto e de interpretações que só quem é competente pela prossecução de cada uma das políticas públicas pode realizar e alcançar. Importa, assim, que a CCDR LVT, em 2013, desenvolva um trabalho colaborativo de facilitação da interlocução e de motivação adicional, no âmbito de rotinas de comunicação mais formalizadas, mais legíveis, mais profícuas para as várias partes e por consequência, também, mais responsabilizantes.

4. Nesta linha de raciocínio, o Conselho de Coordenação Intersectorial, órgão cujas competências foram recentemente reiteradas e até reforçadas no quadro da recente orgânica das CCDR pode proporcionar uma via de interação com a EMAG, tendo em

vista o aprofundamento da articulação entre entidades da coordenação técnica da execução das políticas.

5. No que se reporta às Comissões Temáticas, registam-se os bons resultados da articulação promovida na área do turismo, Afigura-se essencial dar continuidade ao trabalho neste setor e avançar para novos domínios em 2013, propondo-se dar início aos trabalhos no âmbito das Comissões Temáticas dos Transportes e da Agricultura, Florestas e Conservação da Natureza, domínios de grande relevância para o território do Oeste e Vale do Tejo.

6. No 1º relatório de monitorização produzido no final de 2011, foi dado realce a preocupações relacionadas com dilação dos processos de revisão dos PDM por razões que se prendiam com a própria desatualização dos planos em vigor e por razões de necessária garantia do cumprimento cabal do PROT OVT, através da tradução das suas opções, orientações e diretrizes nas estratégias, nos zonamentos e nos regulamentos dos PDM. Neste domínio foi efetuado um esforço de dinamização procedimental e dada prioridade ao acompanhamento destes planos todavia como é possível constatar no ponto 1.3.1 deste relatório não são visíveis ainda os resultados deste esforço. No panorama geral os PDM da região apresentam-se com mais de 10 anos de vigência e os processos de revisão com mais de 7 anos de decurso, situação lesiva para a dinâmica do planeamento e naturalmente, para o desenvolvimento territorial, merecendo por isso a continuação da atenção da CCDR LVT e das entidades participantes neste processo, acompanhando o esforço dos municípios que, no contexto atual, mantêm o empenho em concluir a revisão dos seus PDM.

7. Decorrente destas preocupações a CCDR LVT iniciou, em 2012, um trabalho de análise das dinâmicas de planeamento territorial na região, ao nível dos PU, PP e alterações de PDM que complementar a monitorização dos processos de revisão dos PDM e permitirá compreender melhor as iniciativas e, sobretudo, os resultados do esforço de planeamento efetuado através destas figuras. Este trabalho, a concluir em 2013, será simultaneamente completado com uma tarefa de análise da evolução dos padrões de ocupação do solo após entrada em vigor do PROT OVT. Pretende-se por esta via conhecer melhor as dinâmicas territoriais cruzando as ações de planeamento com a transformação efetiva do solo.

8. No que concerne à monitorização ambiental, encontrando-se concluída a abordagem metodológica inicial é imprescindível consensualizar com as entidades

relevantes o desenvolvimento do trabalho, nomeadamente no âmbito do programa de ação e de seguimento das diretrizes ambientais. Em alinhamento com o espírito da legislação reguladora da Avaliação Ambiental de Planos e Programas pretende-se integrar a vertente ambiental nas demais vertentes de monitorização do PROT OVT e estabelecer quadros de governança comuns, sem prejuízo das análises focalizadas que esta metodologia de avaliação sugere e impõe.

9. Relativamente à leitura dos resultados da monitorização do desempenho do plano, com base nos indicadores e dados de realização do programa de execução, constata-se uma retração da execução de medidas, ações e projetos a que o PROT OVT dava relevância, em resultado das circunstâncias e contingências atuais.

10. Considera-se, assim, da maior importância que no quadro das estruturas de monitorização do PROT OVT e de governação da CCDR LVT (EMAG e CCI) se concretize, em 2013, uma ponderação dos quadros de referência do desenvolvimento regional, integrada com a elaboração das estratégias regionais e supramunicipais que servirão de suporte à configuração do próximo período de programação 2014 – 2020, devendo o PROT OVT (a par com o PROT AML) continuar a ser a base e o repositório da estratégia da Região de Lisboa e Vale do Tejo para o respetivo território.

4. Anexos

Anexo 1 - Quadro de referência para a identificação das AVT

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO OESTE E VALE DO TEJO

IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DE VOCAÇÃO TURÍSTICA

Quadro de referência para a identificação das AVT

O PROT OVT – considerando as opções estratégicas de base territorial, o modelo de organização territorial e as orientações e diretrizes dirigidas especificamente ao setor do turismo, de forma articulada com outros domínios relevantes para o bom desempenho da atividade turística e para valorização do território numa ótica integrada, designadamente: o sistema urbano e de acessibilidades; a ERPVA (áreas e corredores primários e secundários e paisagens notáveis); o sistema agrícola e florestal (na ótica da sua articulação com o turismo); e o sistema cultural.

Os PMOT – tendo em conta os recursos territoriais específicos e diferenciadores de cada município e as linhas estratégias de desenvolvimento local constantes dos estudos dos PDM em revisão e/ou do PDM em vigor.

O PENT e as demais estratégias da área do turismo – considerando as suas orientações quanto a produtos turísticos e ofertas territorialmente diferenciadas.

Requisitos para a identificação das AVT e para a definição de regras de instalação de NDT

As AVT devem integrar áreas suficientemente alargadas para permitir uma oferta diversificada de solo e garantir, quer o enquadramento e valorização paisagística dos empreendimentos, quer a compatibilidade e convivência destes com as funções dominantes e complementares das categorias de uso solo definidas em PDM e com os recursos e valores naturais, paisagísticos e patrimoniais em presença.

A identificação dos territórios a incluir no perímetro da AVT deve garantir boas condições para a construção e funcionamento dos conjuntos turísticos (resort) e garantir a possibilidade de negar a existência de ocupações e usos que sejam incompatíveis ou que ponham em causa a qualidade ambiental ou paisagística da zona.

As AVT devem potenciar a concretização de NDT que contribuam para a concretização das opções estratégicas de desenvolvimento apontadas pelo PROT OVT, nomeadamente:

- Aproveitar e promover a identidade regional e a diferenciação territorial, introduzindo fatores de inovação na produção de bens e serviços e fatores de projeção e de atração externa;
- Constituir atividades económicas na área do turismo e lazer consentâneas com o aproveitamento integrado e sustentável do solo rural;
- Potenciar as sinergias entre os vários NDT e com os demais estabelecimentos turísticos, equipamentos e atividades das áreas ligadas ao recreio e lazer, desporto e cultura e com as centralidades urbanas de interesse para o turismo, numa lógica de formação de redes, rotas ou de outras formas de articulação que valorizem a oferta turística e recreativa no seu todo;
- Aproveitar, recuperar e valorizar elementos do património edificado, natural, paisagístico e cultural e contribuir de forma objetiva para a preservação dos valores naturais;
- Fomentar e complementar as atividades agrícolas e florestais das unidades territoriais em que se integram, contribuindo para o alargamento de cadeias de valor dessas atividades e para a multifuncionalidade do espaço rural;
- Articular-se com as centralidades urbanas e com a rede de acessibilidades, contribuindo para fortalecer as relações urbano-rurais;
- Obedecer a tipologias consentâneas com o indicado no PROT OVT, garantindo que a dimensão e tipologia do alojamento são aferidas em função da natureza e valências de cada projeto e das características dos territórios, assegurando a efetividade das

realizações e uma gestão faseada e sustentada do limiar de camas passível de ser atribuído;

- Cumprir critérios de qualidade urbanística, paisagística e ambiental, incluindo índices consentâneos com a construção em solo rural e formas urbanísticas qualificadas, que não contribuam para a dispersão do edificado e que contribuam para elevados níveis de sustentabilidade ambiental, e energética;
- Ser objeto de contratualização entre o promotor, o município e, eventualmente, outras entidades relevantes, para efeitos de programação da execução do projeto e fixação de condições objetivas de caducidade de direitos urbanísticos e de eficácia do PU e PP que enquadram o projeto – tempos de realização, precedências e consequências de incumprimento;

Vertentes do trabalho a desenvolver

- Análise e proposta técnica de identificação de AVT (gráfica e descritiva), incluindo uma caracterização da situação de referência adequada para a fundamentação e sustentação técnica de propostas de identificação de AVT e de localização e instalação de NDT, respondendo aos requisitos dos pontos anteriores. (áreas de especialidade: ordenamento do território, ambiente, urbanismo, paisagismo, turismo e cultura).
- Avaliação ambiental de natureza estratégica, a desenvolver ao longo da elaboração da proposta técnica nos termos da legislação em vigor (áreas de especialidade – avaliação ambiental)
- Análise jurídica e proposta de minutas de regulamentos e de contratos para planeamento, contratos de urbanização e outras modalidades contratuais nas vertentes abaixo identificadas, (áreas de especialidade jurídica – direito do urbanismo e dos contratos públicos e privados.
 - Regulamentação no âmbito da formação dos regimes de uso do solo a integrar nos PDM;
 - Regulamentação de natureza contratual, nomeadamente no domínio dos procedimentos de avaliação e seleção de projetos, celebração de contratos



para a elaboração de PU e PP e para a execução de projetos de NDT, incluindo o estudo e proposta de regulamentos administrativos e de especificações contratuais atinentes à revogação de planos e à declaração de caducidade de atos de licenciamento motivados por incumprimento da programação da respetiva execução.

Anexo 2 – Indicadores de Monitorização do PROT OVT

Nota Explicativa dos Indicadores de Monitorização do PROT OVT

Os Indicadores de Monitorização são uma parte fundamental do processo de acompanhamento e gestão de implementação do PROT devendo ser entendidos como base de leitura para uma realidade evolutiva, por isso, necessitam de permanente ajustamento. Em 2011 foi estabilizado uma bateria de indicadores que se entendiam por adequados face a um conjunto de critérios explicitados no 1º Relatório. Porém, durante a recolha e tratamento da informação no ano corrente, foram detetadas dificuldades metodológicas que levaram a alterações/ajustamentos nalguns indicadores, que abaixo se reportam:

Indicadores desagregados:

- **População servida por redes de saneamento básico**, foi dividido em:
 - População servida por sistemas de drenagem de águas residuais
 - População servida por estações de tratamento de águas residuais
- **Percentagem de áreas com estatuto de proteção** foi dividido em:
 - Proporção da superfície dos sítios (%) da Rede Natura 2000
 - Proporção de superfície das áreas protegidas (%) (total) – De ressaltar que não se devem somar os valores destes dois indicadores, já que ambos retratam áreas com estatuto de proteção que, nalguns casos, se sobrepõem.

Indicadores substituídos:

- **População servida por recolha de resíduos** – este indicador foi substituído por Proporção de resíduos recolhidos seletivamente, retirou-se da bateria de indicadores –chave de contexto, mas o mesmo consta no Eixo 2
- Inserido Índice de envelhecimento devido à pertinência do tema



- Retirou-se Densidade habitacional
- Retirado Proporção de população de outros municípios que trabalha ou estuda no município – por não ser possível obter o indicador

Alterações/clarificações de fórmula de cálculo:

- **Variação do emprego nas atividades do sector Ambiental –**

São duas as alterações a registar – a CAE da construção do indicador era a versão 2.1, a CAE agora em vigor é a 3. As CAE que estão a ser contabilizadas na versão 3 são: 37001; 37002; 38111; 38112; 38120; 38211; 38212; 38220; 38311; 38312; 38313; 38321; 38322; 39000; 46771; 46772; 46773; 81292.

Por outro lado foi detetado um erro na forma de cálculo do indicador, assim esta passa a ser $[(\text{Emprego nas atividades do sector do Ambiente no ano } n - \text{Emprego nas atividades do sector do Ambiente no ano } n - x) / \text{Emprego nas atividades do sector do Ambiente no ano } n - x] * 100$

- **Variação do emprego nas atividades do sector Cultural**

Também a registar duas alterações – a alteração para a versão 3 da CAE faz com que as CAE a contabilizar sejam: 55201; 55202; 55203; 55204; 55300; 55900; 77210; 78100; 79900; 85510; 85520; 90010; 90020; 90030; 90040; 91011; 91012; 91020; 91030; 91041; 91042; 92000; 93110; 93120; 93191; 93192; 93210; 93291; 93292; 93293; 93294.

O mesmo erro foi detetado na forma de cálculo do indicador, assim passa a ser $[(\text{Emprego nas atividades do sector do Ambiente no ano } n - \text{Emprego nas atividades do sector do Ambiente no ano } n - x) / \text{Emprego nas atividades do sector do Ambiente no ano } n - x] * 100$

Não foi possível obter dados relativos a 2007, pelo que o ano de referência reportado será 2009.

- **Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%)** a designação deste indicador era Modo de transporte utilizado – Alterou-se a designação do mesmo, com o objetivo de se tornar mais clara a leitura
- **Produtividade económica nas explorações agrícolas -Margem Bruta Total (MBT) / Unidades de Trabalho Agrícola (UTA) e Produtividade Económica**

dos Sistemas de Produção - Margem Bruta Total (MBT) / Superfície Agrícola Utilizada (SAU)

No caso destes dois indicadores a metodologia de cálculo da tipologia das explorações agrícolas foi modificada (REGULAMENTO (CE) N.º 1242/2008 DA COMISSÃO de 8 de Dezembro de 2008 que estabelece uma tipologia comunitária das explorações agrícolas), passando-se a calcular o Valor da Produção Total (VPT) em lugar da MBT. A nova forma de cálculo contempla estas alterações.

- **Frentes ribeirinhas valorizadas** (tratamento ambiental e paisagístico) em centros urbanos - $(\text{Km de Frentes ribeirinhas valorizadas (tratamento ambiental e paisagístico)} / \text{Total de Km de Frentes ribeirinhas por centro urbano}) * 100$. A alteração, deveu-se à dificuldade em fazer a monitorização do indicador com o método de cálculo descrito no 1º relatório de monitorização. Assim, optou-se por usar os dados dos PO regionais MaisCentro e InAlentejo relativos às Parcerias para a Regeneração Urbana que tivessem incidência sobre frentes ribeirinhas. O método de cálculo do indicador é -“ Km de Frente Ribeirinha abrangida pela intervenção PRU”
- **Áreas da ERPVA** – Passou a designar-se “Estrutura Ecológica”, na medida em que o indicador não trata as áreas da ERPVA, mas apenas as da Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

Apenas o concelho de Torres Vedras tem o seu PDM revisto e integra o conceito de EEM. Assim, para o cálculo do indicador foi tido em consideração apenas o concelho de Torres Vedras e consideradas como passíveis de integrar a EEM as seguintes classes de espaço, constantes da carta de ordenamento do PDM TV: Áreas de enquadramento paisagístico – áreas agrícolas especiais; Áreas de enquadramento paisagístico – áreas agro-florestais; Áreas de enquadramento paisagístico – áreas de proteção integral; Áreas de enquadramento paisagístico – áreas florestais; Áreas de protecção integral; Áreas de verde ecológico urbano; Áreas de verde ecológico urbano em leito de cheia; Áreas naturais de valor paisagístico; Áreas praia; Áreas verdes.

- **Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral** - No 1º relatório de Monitorização este Indicador apresentava o seguinte Método de Cálculo: $\text{Área edificada} / \text{Área total da faixa litoral 2km}$. Porém, numa tentativa

de tornar mais coerente o Indicador com as normas para o litoral constantes no PROT - normas específicas de carácter setorial – ERPVA - Litoral, optou-se por desagrega-lo em 3: 5 Km (diretriz 1,); 2 Km (diretriz 2.2) e 500m (diretriz 2.1)

O método de cálculo deve passar a ser: Área edificada / Área total da orla costeira 500m*100; Área edificada / Área total da zona costeira 2km*100; Área edificada / Área total da faixa litoral 5km*100“

Para qualquer uma destas desagregações do indicador, foi considerado o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2007).

Para o indicador referente à orla costeira foi considerada a superfície territorial compreendida entre a linha de costa (com base na CAOP 2012) e os 500m.

Para o indicador referente à zona costeira foi considerada a superfície territorial compreendida entre os 500m e os 2km.

Para o indicador referente à faixa litoral foi considerada a superfície territorial compreendida entre os 2km e os 5km

- **Evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas de risco:**

Optou-se por tratar neste indicador apenas três tipos de perigos cruzando-os com as áreas edificadas, na medida em que o PROT define normas de ocupação do solo mais restritivas para estas áreas. Assim, este indicador foi desagregado em: cheia rápida (km); perigosidade litoral (ha) e instabilidade de vertentes (ha)

Para o cálculo da evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas com perigo de inundação por cheia rápida, foram consideradas as frentes, em km, de todas as subclasses das áreas edificadas (constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT -2007) contiguas com as linhas de água classificadas no PROT com perigo de inundação por cheia rápida.

Para o cálculo da evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas com perigo elevado de instabilidade de vertentes foi considerado: i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2007); ii) as áreas consideradas com perigo elevado de instabilidade de vertentes pelo PROT OVT.

Para o cálculo da evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas com tipo de litoral com perigosidade moderada e elevada foi considerado: i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2007); ii) a área territorial compreendida no buffer de sensivelmente 200 metros, estimado para as áreas de costa com tipo de litoral arenoso ou rochoso com perigosidade moderada e elevada.

Nota: a análise de “risco” efetuada a partir do cruzamento das áreas edificadas com as áreas de perigo identificadas no PROT, constituiu um referencial meramente indicativo, na medida em que, tem por base uma identificação das ocorrências à escala regional e, naturalmente, sem precisão de limites, e sem consideração de particularidades e especificidades que uma análise de risco efetivo não dispensa.

- **Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência:**

Para o cálculo deste indicador foi considerado: i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2007); ii) a superfície territorial de cada NUTS III (Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo), tendo por referência a CAOP 2012.

- **Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas:**

Para o cálculo deste indicador foi considerado; i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2007); ii) o somatório das áreas edificadas dispersas de tipo 1, 2 e 3 e das áreas edificadas lineares contínuas e descontínuas (subclassas das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo). A meta foi alterada pois 6% é o total das áreas dispersas pela totalidade do território OVT.

- **Dinâmica de reabilitação urbana** - N.º de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU delimitadas nos termos do D.L n.º 307/2009, ACRRU mantidas em vigor, SRU e PRU) no período de referência – O método de cálculo deste indicador passou a contemplar o somatório de ARU; SRU, PRU e Planos de Pormenor de Reabilitação Urbana e Planos de Pormenor de Salvaguarda.

- **Dinâmica de reabilitação do edificado** - N.º de licenças para reabilitação do edificado (ampliações, alterações e reconstruções) / total de novas licenças de construção; alterado para: “Fogos licenciados para reabilitação por 100 fogos

licenciados para construção nova” – o método de cálculo é: Fogos licenciados para Alteração, ampliação e reconstrução/fogos licenciados para habitação nova*100

- **Taxa de incorporação endógena** – Energia total produzida localmente a partir dos recursos endógenos / energia total consumida (ambas expressas em energia primária*100) – A unidade de medida foi alterada para %
- **Perdas de água** – A aferição dos valores foi feita por entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água em alta. A meta foi alterada, pois os 25% indicados no 1º Relatório de Monitorização, correspondem aos valores de referência para o sector em baixa. Como não foi possível obter estes dados, usando-se os dos sistemas em alta, adota-se o valor de referência do Relatório Anual do Sector de Aguas e Resíduos em Portugal (RASARP) que indica 5% como média técnica e economicamente aceitável.
- Relativamente aos indicadores **Serviços de transporte coletivo urbano; Áreas Protegidas regionais ou locais; Execução da urbanização e Construção de habitação em solo rural**, cuja fonte de informação são os municípios, tendo em conta a metodologia adotada de apresentar a informação por NUTSIII e o fato de ter havido um número reduzido de respostas (Abrantes, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha) o que não permite fazer essa transposição dos dados para um nível superior, optou-se por não apresentar os dados.
- **Áreas destinadas a usos do solo urbano** – este indicador apenas será passível de monitorização após a revisão dos PDM (Área classificada como perímetro urbano PDM revisto / Área classificada como perímetro urbano no PDM em vigor) * 100. No entanto, o método de cálculo deverá ser alterado para (Área classificada como perímetro urbano PDM revisto / Área classificada como perímetro urbano no PDM anterior) * 100.

Para o cálculo dos indicadores que têm como fonte os Padrões de Ocupação de Solo utilizou-se como base a CAOP 2012.

Quadro 7 – Indicadores-chave de Contexto

Indicadores –chave de contexto do PROT OVT							
Nº	Designação	Referência	Localização Geográfica	Situação de Referência		Último ano disponível	
				Ano	Valor	Ano	Valor
1	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – índice Global	ORLVT T22010001	Continente	2008	100,32	2009	100,34
			Oeste		96,92		97,33
			Médio Tejo		96,65		97,84
			Lezíria do Tejo		96,02		95,79
2	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Coesão	ORLVT T22010002	Continente	2008	100,65	2009	100,75
			Oeste		101,67		101,39
			Médio Tejo		103,24		103,19
			Lezíria do Tejo		100,71		101,50
3	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Competitividade	ORLVT T22010003	Continente	2008	100,3	2009	100,4
			Oeste		93,64		94,28
			Médio Tejo		89,71		90,98
			Lezíria do Tejo		93,01		91,75
4	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Qualidade Ambiental	ORLVT T22010004	Continente	2008	99,98	2009	99,90
			Oeste		95,61		96,54
			Médio Tejo		97,46		99,91
			Lezíria do Tejo		94,48		94,37
5	PIB <i>per capita</i> ⁹ (mil €)	ORLVT O07010011	Continente	2008	16,13	2010	16,09
			Oeste		13,1		13,1
			Médio Tejo		12,4		12,7
			Lezíria do Tejo		13,8		13,7
6	Esperança média de vida à nascença (nº)	ORLVT P00040018	Continente	2008	79,4	2010	78,9
			Oeste		78,7		78,9
			Médio Tejo		79,2		79,8
			Lezíria do Tejo		78,3		78,5
7	Índice de envelhecimento (nº)	ORLVT P00020001	Continente	2008	118,10	2010	122,90
			Oeste		124,1		127,6
			Médio Tejo		160,8		165,2
			Lezíria do Tejo		147,8		150,0
8	Taxa de mortalidade infantil (%)	ORLVT P00040003	Continente	2008	3,3	2010	2,5
			Oeste		3,4		1,8
			Médio Tejo		3,7		2,3
			Lezíria do Tejo		3,4		2,2
9	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	ORLVT P01010002	Continente	2008	101,2	2010	148,4
			Oeste		91,7		139,7
			Médio Tejo		120,4		169,6
			Lezíria do Tejo		91,7		132,3
10	Taxa bruta de escolarização do ensino superior (%)	ORLVT P01010011	Continente	2008	29,3	2011	32,9
			Oeste		7,2		8,4
			Médio Tejo		10,8		10,3
			Lezíria do Tejo		14,1		16,9
11	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)	ORLVT T14010001	Continente	2008	94	2009	96
			Oeste		98		97
			Médio Tejo		97		95

⁹ Os valores para o último ano divulgado são provisórios

Indicadores –chave de contexto do PROT OVT

Nº	Designação	Referência	Localização Geográfica	Situação de Referência		Último ano disponível	
				Ano	Valor	Ano	Valor
			Lezíria do Tejo		87		95
12	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	ORLVT T14010002	Continente	2008	94	2009	84
			Oeste		90		91
			Médio Tejo		68		67
			Lezíria do Tejo		72		72
13	População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	ORLVT T14010003	Continente	2008	74	2009	73
			Oeste		82		84
			Médio Tejo		66		65
			Lezíria do Tejo		67		66
14	Alojamentos familiares clássicos (nº)	ORLVT T15040003	Continente	2008	5 436 254	2011	5 541 910
			Oeste		207 781		213 118
			Médio Tejo		133 748		135 949
			Lezíria do Tejo		131 712		134 458
15	Proporção da superfície dos sítios (%) da Rede Natura 2000	ORLVT T16010004	Continente	2008	17	2010	17,1
			Oeste		5,3		5,3
			Médio Tejo		8,2		8,2
			Lezíria do Tejo		5,4		5,4
16	Proporção de superfície das áreas protegidas (%)	ORLVT T16010003	Continente	2008	7,8	2010	7,9
			Oeste		4,4		4,4
			Médio Tejo		4,1		4
			Lezíria do Tejo		2,6		2,6

Eixo 1 - Ganhar a Aposta da Inovação, Competitividade e Internacionalização

Nº	Eixos Estratégicos				Indicadores de Monitorização do PROT OVT										
					Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)		
	1	2	3	4				Ano	Valor	Ano	Valor				
17	J				Estrutura do VAB por ramo de atividade ¹⁰ (milhões €)	ORLVT 007010012	Oeste	2008	a) 296,4; b) 1168,3; c) 2669,9	2010	a) 286,9; b) 1079,5; c) 2846,1	↗	Especialização económica		
							Médio Tejo							a) 52; b) 768,8; c) 1669,2	a) 51,1; b) 781,1; c) 1734,9
							Lezíria do Tejo							a) 229,3; b) 788,4; c) 1973,6	a) 220,7; b) 740,5; c) 2029,3
18	J				Produtividade económica (milhares €)	ORLVT 007030001	Oeste	2007	23,7	2008	25,5	↗	Eficiência da economia		
							Médio Tejo							24,6	24,5
							Lezíria do Tejo							27	27,1
19	J				Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)	ORLVT 007040001	Oeste	2008	65,5	2011	78,8	↗	Internacionalização da economia		
							Médio Tejo							78,9	91,4

¹⁰ a) Agricultura, caça e sivilcultura; pesca e aquicultura; b) Indústria, incluindo energia e construção; c) Atividades de serviços

Nº	Eixos Estratégicos				Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
					Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
	1	2	3	4				Ano	Valor	Ano	Valor		
							Lezíria do Tejo		47,2		60,4		
20	✓			Taxa de natalidade das empresas (%)	ORLVT 006010009	Oeste	2008	13,02	2009	13,64	na	Dinâmica empresarial	
						Médio Tejo		12,28		13,89			
						Lezíria do Tejo		14,06		15,28			
21	✓			Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes (%)	ORLVT 006010011	Oeste	2008	59,76	2010	50,58	↗	Sucesso das empresas recém-criadas	
						Médio Tejo		59,69		52,61			
						Lezíria do Tejo		61,3		50,45			
22	✓			Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (%)	ORLVT 006010008	Oeste	2008	1,4	2009	1,7	↗	Empreendedoris mo em sectores de alta tecnologia	
						Médio Tejo		1,4		1,5			
						Lezíria do Tejo		1,7		1,5			
23	✓			Despesas em I&D em % do PIB	ORLVT 009010001	Oeste	2007	1,2	2008	0,5	↗	Intensidade tecnológica	
						Médio Tejo		0,2		0,3			
						Lezíria do Tejo		0,3		0,5			
	✓			Proporção de pessoal ao serviço em	ORLVT	Oeste	2008	1	2009	1,1	1%	Emprego em	

Nº	Eixos Estratégicos				Designação	Indicadores de Monitorização do PROT OVT						Fundamento do Indicador (o que mede)	
						Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível			Meta 2020
	Ano	Valor	Ano	Valor									
24					serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (Série CAE Rev. 3 - %)	O08020008	Médio Tejo		0,5		0,6	acima do nacional	serviços intensivos em conhecimento
							Lezíria do Tejo		1,2		1,1		
25	✓				Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras (Série CAE Rev. 3 - %)	ORLVT 008020007	Oeste	2008	11,3	2009	11,6	Iguar ao nacional	Emprego em setores industriais de elevada tecnologia
							Médio Tejo		10,3		19,4		
							Lezíria do Tejo		17,1		17,0		
26	✓	✓			Variação do emprego nas atividades do sector Ambiental	ORLVT 008020010	Oeste	2009	-15,12	N/D	N/D	↗	Dinâmica de geração de emprego em empresas do setor ambiental
							Médio Tejo		-16,12				
							Lezíria do Tejo		-6,91				
27	✓	✓			Variação do emprego nas atividades do sector Cultural	ORLVT 008020011	Oeste	2009	1,43	N/D	N/D	↗	Dinâmica de geração de emprego em empresas do setor cultural
							Médio Tejo		3,73				
							Lezíria do Tejo		-25				
28	✓			✓	Número médio de alunos no 1º Ciclo do ensino básico por computador com ligação à internet (nº)	ORLVT P02010001	Oeste	2008	13,2	2010	1	1	Utilização das TIC na educação
							Médio Tejo		7,4		1		
							Lezíria do Tejo		13,7		1,1		

Nº	Eixos Estratégicos				Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4	Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
								Ano	Valor	Ano	Valor		
29	✓			✓	Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues <i>on-line</i> (%)	ORLVT P02010006	Oeste	2008	78,4	2009	83	100%	Utilização das TIC nos agregados familiares
							Médio Tejo		73,5		78,5		
							Lezíria do Tejo		76,7		81,5		
30	✓	✓			Capacidade de alojamento turístico por tipologia ¹¹ (nº)	ORLVT O10010001	Oeste	2008	a)3922; b)1548; c)87; d)18; e)0; f)166; g) 830; h) 0	2011	a)3911; b)1169; c)85; d)18; e)0; f)166; g)726; h)1019	na	Capacidade de alojamento turístico
							Médio Tejo		a)4196; b)2539; c)258; d)60; e)0; f)0; g)0; h)0		a)6134; b)1244; c)170; d)60; e)0; f)0; g)0; h)0		
							Lezíria do Tejo		a)558; b)445; c)132; d)0; e)20; f)0; g)0; h)0		a)871; b)229; c)0; d)0; e)16; f)0; g)0; h)0		
31	✓	✓			Estada média por tipologia de alojamento ¹² (nº/dias)	ORLVT O10020001	Oeste	2008	a)2,2; b)1,8; c)n/d; d)n/d;	2010	a)2; b)1,7; c)n/d; d)n/d;	↗	Permanência de turistas

¹¹ Tipologia dos alojamentos: a)Hotéis; b)Pensões; c)Estalagens; d)Pousadas; e)Motéis; f) Hotéis-Apartamento; g) Apartamentos Turísticos; h) Aldeamentos Turísticos.

Nº	Eixos Estratégicos				Indicadores de Monitorização do PROT OVT															
					Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)							
	1	2	3	4				Ano	Valor	Ano	Valor									
33	✓				Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	ORLVT O10020006	Oeste	2008	36,4	2010	30,3	↗	Internacionalização turística							
							Médio Tejo		52,2		53,7									
							Lezíria do Tejo		23		19,2									
34	✓		✓		Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares ¹⁵ (%)	ORLVT T12030006	Oeste	2001	a)1,5; b)25,6; c)18,2; d)54,7	N/D	N/D	TC ↗ TI ↘	Modo de transporte mais utilizado nas deslocações							
							Médio Tejo		a)0,7; b)24,6; c) 16,7; d)58											
							Lezíria do Tejo		a)1,4; b)24; c)18,2; d)56											
35	✓		✓		Duração dos movimentos	ORLVT	Oeste	2001	196142	N/D	N/D	↘	Mobilidade sub-							

¹⁵ Modos de transporte utilizados: a) Outro meio; b) Nenhum - vai a pé; c) Transporte coletivo; d) Transporte Individual.

Nº	Eixos Estratégicos				Indicadores de Monitorização do PROT OVT									
					Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)	
	1	2	3	4				Ano	Valor	Ano	Valor			
					pendulares (Minutos)	T12030002	Médio Tejo		122114					regional e regional
							Lezíria do Tejo		135145					
36	✓		✓		Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%)	ORLVT T12030001	Oeste	2001	23,5	N/D	N/D	N.A.	Grau de dependência do exterior do município no emprego e educação	
						Médio Tejo	22,9							
						Lezíria do Tejo	25,4							
37	✓			✓	Produtividade económica nas explorações agrícolas (euros / UTA)	ORLVT 007030004	Oeste	2009	25.668,1	N/D	N/D	N/D ¹⁶	Produtividade das explorações agrícolas	
						Médio Tejo	12.396,2							
						Lezíria do Tejo	35.387,6							
38	✓			✓	Produtividade Económica dos Sistemas de Produção (euros / SAU)	ORLVT 007010018	Oeste	2009	6.473,2	N/D	N/D	N/D	Produtividade dos sistemas de produção agrícolas	
						Médio Tejo	2.449,8							
						Lezíria do Tejo	2.211,6							

¹⁶ Devido á alteração ao método de cálculo anteriormente explicitada, será necessária a definição de novas metas, através da articulação com o sector

Eixo 2 – Potenciar as Vocações Territoriais num Quadro de Sustentabilidade Ambiental

Nº	Eixos Estratégicos				Designação	Indicadores de Monitorização do PROT OVT							
						Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
	Ano	Valor	Ano	Valor									
26	✓	✓			Variação do emprego nas atividades do sector Ambiental	ORLVT 008020010	Oeste	2009	-15,12	N/D	N/D	↗	Dinâmica de geração de emprego em empresas do sector ambiental
							Médio Tejo		-16,12				
							Lezíria do Tejo		-6,91				
27	✓	✓			Variação do emprego nas atividades do sector Cultural	ORLVT 008020011	Oeste	2009	1,43	N/D	N/D	↗	Dinâmica de geração de emprego em empresas do sector cultural
							Médio Tejo		3,73				
							Lezíria do Tejo		-25				
30	✓	✓			Capacidade de alojamento turístico por tipologia ¹⁷ (nº)	ORLVT 010010001	Oeste	2008	a)3922; b)1548; c)87; d)18; e)0; f)166; g) 830; h) 0	2011	a)3911; b)1169; c)85; d)18; e)0; f)166; g)726; h)1019	↗ 40% das camas em tipologias NDT ¹⁸	Capacidade de alojamento turístico
							Médio Tejo		a)4196;		a)6134;		

¹⁷ Tipologia dos alojamentos: a)Hotéis; b)Pensões; c)Estalagens; d)Pousadas; e)Motéis; f) Hotéis-Apartamento; g) Apartamentos Turísticos; h) Aldeamentos Turísticos.

¹⁸ Para o cálculo dos NDT consideram-se os conjuntos turísticos (resort) nos termos do definido no D.L n.º 39/2008 de 07 de Março (regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos)

Nº	Eixos Estratégicos				Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4	Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
								Ano	Valor	Ano	Valor		
									b)2539; c)258; d)60; e)0; f)0; g)0; h)0		b)1244; c)170; d)60; e)0; f)0; g)0; h)0		
							Lezíria do Tejo		a)558; b)445; c)132; d)0; e)20; f)0; g)0; h)0		a)823; b)257; c)132; d)0; e)20; f)0; g)0; h)0		
31	✓	✓			Estada média por tipologia de alojamento ¹⁹ (nº/dias)	ORLVT 010020001	Oeste	2008	a)2,2; b)1,8; c)n/d; d)n/d; e)0; f)n/d; g)0; h)4,1	2010	a)2; b)1,7; c)n/d; d)n/d; e)0; f)4,1; g)n/d; h)n/d	↗	Permanência de turistas
							Médio Tejo		a)1,8; b)1,8; c)n/d; d)n/d; e)0; f)0; g)0; h)0		a)1,8; b)n/d; c)1,6; d)n/d; e)0; f)0; g)0; h)0		
							Lezíria do Tejo		a)n/d ²⁰ ; b)1,8; c)n/d; d)0; e)n/d; f)0; g)0; h)0		a)1,5; b)2,1; c)n/d; d)0; e)n/d; f)0; g)0; h)0		

¹⁹ Idem Nota 2.

²⁰ n/d Não disponível

Nº	Eixos Estratégicos				Indicadores de Monitorização do PROT OVT										
	1	2	3	4	Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)		
								Ano	Valor	Ano	Valor				
32	✓	✓			Taxa líquida de ocupação cama por tipologia de alojamento ²¹ (%)	ORLVT O10020007	Oeste	2008	a)33,7; b)20,8; c) n/d; d) n/d; e) n/d; f) n/d; g)22,1; h) n/d	2010	a)32,6; b)17,3; c)n/d; d) n/d; e) n/d; f)12,5; g) n/d; h) n/d	60%	Ocupação do alojamento turístico		
							Médio Tejo							a)28,7; b)23,1; c) n/d; d) n/d; e) n/d; f) n/d; g) n/d; h) n/d	a)29,1; b) n/d; c)33,1; d) n/d; e) n/d; f) n/d; g) n/d; h) n/d
							Lezíria do Tejo							a)n/d; b)25,7; c) n/d; d) n/d; e) n/d; f) n/d; g) n/d; h) n/d	a)22,7; b)22; c)n/d; d) n/d; e) n/d; f) n/d; g) n/d; h) n/d
39		✓	✓		Frentes Ribeirinhas valorizadas (km) ²²	ORLVT	Oeste	2011	1,2	N/D	N/D	N.A. ²³	Recuperação e		

²¹ Tipologia dos alojamentos: a)Hotéis; b)Pensões; c)Estalagens; d)Pousadas; e)Motéis; f) Hotéis-Apartamento; g) Apartamentos Turísticos; h) Aldeamentos Turísticos.

²² As PRU aqui reportadas são: Recuperação do Fosso da Muralha e Espaços Envolventes - Frente Ribeirinha e Centro Histórico de Peniche, no Oeste; o Programa Integrado de Valorização Urbana de Tomar e a Operação individual de Vila Nova da Barquinha, no Médio Tejo.

²³ N. A. – Não aplicável

Nº	Eixos Estratégicos				Designação	Indicadores de Monitorização do PROT OVT						Fundamento do Indicador (o que mede)	
	1	2	3	4		Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível			Meta 2020
								Ano	Valor	Ano	Valor		
						T15050005	Médio Tejo		1,53				proteção ambiental das frentes ribeirinhas
						Lezíria do Tejo		0					
40		✓	✓		Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)	ORLVT T13010001	Oeste	2008	0,9	2010	0,7	↘	Nível de motorização / consumo energético automóvel
						Médio Tejo	1		1,5				
						Lezíria do Tejo	1,6		1,4				
41		✓			Estrutura Ecológica (ha)	ORLVT T15080003	Oeste- Torres Vedras	2007	0,11	N/D	N/D	N.A.	Proteção e valorização ambiental
						Médio Tejo	N/D						
						Lezíria do Tejo	N/D						
42		✓			Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral (%)	ORLVT T15070007	Oeste - Orla costeira 500 m	2007	16,51	N/D	N/D	Manutenção da área	Edificação e impermeabilização
						Oeste - Zona costeira 2 km	18,85						
						Oeste - Faixa litoral 5 km	12,42						
43		✓			Áreas Protegidas regionais ou locais		Oeste					↗	Expansão das

Nº	Eixos Estratégicos				Designação	Referência	NUTSIII	Indicadores de Monitorização do PROT OVT				Fundamento do Indicador (o que mede)	
								Situação de Referência		Último ano disponível			Meta 2020
	Ano	Valor	Ano	Valor									
						Médio Tejo					áreas de proteção ambiental		
						Lezíria do Tejo							
44		✓			Evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas de risco		OVT - perigo de inundação por cheia rápida (km)	2007	35,84	N/D	N/D	Variação inferior ou igual a zero	Monitorização da edificação em áreas de risco
							OVT - litoral com perigosidade moderada e elevada (Ha)		57,6				
							OVT - Instabilidade de vertentes (Ha)		3260,46				
45		✓			Taxa de incorporação endógena (%)	ORLVT T13020005	Oeste	2009	59,7	2011	27,84	40%	Saldo energético
							Médio Tejo		38,85		45,42		
							Lezíria do Tejo		7,07		7,27		
46		✓			Perdas de água (%)		Águas do Oeste	2008	3,2	2010	2,5	<5%	Eficiência do

Nº	Eixos Estratégicos				Designação	Referência	NUTSIII	Indicadores de Monitorização do PROT OVT				Fundamento do Indicador (o que mede)	
	1	2	3	4				Situação de Referência		Último ano disponível			Meta 2020
								Ano	Valor	Ano	Valor		
							Águas do Ribatejo ²⁴		N/D		35,5		sistema de abastecimento de água
							Águas do Centro		9,5		5,5		
							EPAL		5,5		6,1		
47		✓			Aplicação de águas residuais depuradas em usos compatíveis		Oeste					>15%	Reutilização de águas residuais
							Médio Tejo						
							Lezíria do Tejo						
48		✓			Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	ORLVT T14020003	Oeste		7		10	↗	Eficiência da recolha seletiva de RSU
							Médio Tejo	2008	9	2010	12		
							Lezíria do Tejo		5		6		
49		✓		✓	Taxa de superfície florestal ardida (%)	ORLVT T14040001	Oeste		0,46		1,12	< área registada em 2007	Superfície florestal ardida
							Médio Tejo	2008	0,52	2011	0,09		
							Lezíria do Tejo		0,22		0,13		

²⁴ As perdas de água registadas para a Águas do Ribatejo são referentes ao ano de 2011.

Nº	Eixos Estratégicos				Designação	Referência	NUTSIII	Indicadores de Monitorização do PROT OVT				Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
	1	2	3	4				Situação de Referência		Último ano disponível			
								Ano	Valor	Ano	Valor		
50	✓			✓	Taxa de Abandono Agrícola (%)	ORLVT T15030018	Oeste	2009	2,92	N/D		1,9	Abandono da atividade agrícola
							Médio Tejo		2,54				
							Lezíria do Tejo		2,5				
51	✓			✓	Indicador de extensificação agrícola (%)	ORLVT T15030019	Oeste	2009	85,2	N/D			Extensificação agrícola
							Médio Tejo		76,9				
							Lezíria do Tejo		68,9				
52	✓			✓	Apoio às atividades agrícolas e florestais de elevado valor ecológico		Oeste					Área elegível do SNAC	Qualidade e certificação ambiental da produção agrícola e florestal
							Médio Tejo						
							Lezíria do Tejo						
53	✓			✓	Certificação ambiental das atividades agrícolas e florestais		Oeste					20%	
							Médio Tejo						
							Lezíria do Tejo						

Eixo 3 – Concretizar a Visão Policêntrica e Valorizar a Qualidade e Vida Urbana

Nº	Eixos Estratégicos				Designação	Referência	NUTSIII	Indicadores de Monitorização do PROT OVT				Fundamento do Indicador (o que mede)	
	1	2	3	4				Situação de Referência		Último ano disponível			Meta 2020
								Ano	Valor	Ano	Valor		
39	✓	✓			Frentes Ribeirinhas valorizadas (km) ²⁵	ORLVT T15050005	Oeste	2011	1,2	N/D	N/D	N.A.	Recuperação e proteção ambiental das frentes ribeirinhas
							Médio Tejo	1,53					
							Lezíria do Tejo	0					
54		✓			Dinâmica de reabilitação urbana ²⁶	ORLVT T15050009	Oeste	2009	a)0; b)1; c) 10;d)2	2012	a)0; b)0; c) 10;d)3	↗	Reabilitação urbana
							Médio Tejo		a)0; b)1; c) 6;d)0		a)2; b)1; c) 6;d)0		
							Lezíria do Tejo		a)0; b)1; c)4; d)0		a)1; b)1; c) 7; d)1		
55		✓			Dinâmica de reabilitação do edificado (fogos licenciados para reabilitação por 100 fogos licenciados para construção nova) (nº)	ORLVT T15050007	Oeste	2008	5,0	2011	10,7	↗	Reabilitação urbana
							Médio Tejo		30,7		81,7		
							Lezíria do Tejo		10,7		23,9		

²⁵ As PRU aqui reportadas são: Recuperação do Fosso da Muralha e Espaços Envolventes - Frente Ribeirinha e Centro Histórico de Peniche, no Oeste; o Programa Integrado de Valorização Urbana de Tomar e a Operação individual de Vila Nova da Barquinha, no Médio Tejo.

²⁶ a) ARU; b) SRU, c) PRU; d) Planos de Pormenor de Reabilitação Urbana e Planos de Pormenor de Salvaguarda

Nº	Eixos Estratégicos				Indicadores de Monitorização do PROT OVT									
	1	2	3	4	Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)	
								Ano	Valor	Ano	Valor			
34	✓		✓		Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares ²⁷ (%)	ORLVT T12030006	Oeste	2001	a)1,5; b)25,6; c)18,2; d)54,7	N/D	N/D	TC ↗ TI ↘	Modo de transporte mais utilizado nas deslocações	
							Médio Tejo							a)0,7; b)24,6; c) 16,7; d)58
							Lezíria do Tejo							a)1,4; b)24; c)18,2; d)56
35	✓		✓		Duração dos movimentos pendulares (minutos)	ORLVT T12030002	Oeste	2001	196142	N/D	N/D	↘	Mobilidade sub-regional e regional	
							Médio Tejo		122114					
							Lezíria do Tejo		135145					
36	✓		✓		Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutra município (%)	ORLVT T12030001	Oeste	2001	23,5	N/D	N/D	na	Grau de dependência do exterior do município no emprego e educação	
							Médio Tejo		22,9					
							Lezíria do Tejo		25,4					
56			✓		Serviços de transporte coletivo urbano		Oeste					↗	Mobilidade urbana	
							Médio Tejo							

²⁷ Modos de transporte utilizados: a) Outro meio; b) Nenhum - vai a pé; c) Transporte coletivo; d) Transporte Individual.

Nº	Eixos Estratégicos				Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4	Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
								Ano	Valor	Ano	Valor		
							Lezíria do Tejo						
40	✓	✓			Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)	ORLVT T13010001	Oeste	2008	0,9	2010	0,7	↘	Nível de motorização / consumo energético automóvel
							Médio Tejo		1		1,5		
							Lezíria do Tejo		1,6		1,4		
57		✓	✓		Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência (%)	ORLVT T15070006	Oeste	2007	13,48	N/D	N/D	na	Expressão territorial das áreas edificadas
							Médio Tejo		8		N/D		
							Lezíria do Tejo		8,01		N/D		
58		✓	✓		Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%)	ORLVT T15070005	Oeste	2007	73,23	N/D	N/D	<70%	Dispersão do edificado
							Médio Tejo		73,22		N/D		
							Lezíria do Tejo		72,33		N/D		
59		✓			População residente em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes (%)	ORLVT T15030002	Oeste	2008	16,9	2010	16,9	na	População urbana (aglomerados com mais de 10 mil hab.)
							Médio Tejo		28,2		28,2		
							Lezíria do Tejo		16,3		16,3		

Nº	Eixos Estratégicos				Designação	Referência	NUTSIII	Indicadores de Monitorização do PROT OVT				Fundamento do Indicador (o que mede)	
	1	2	3	4				Situação de Referência		Último ano disponível			Meta 2020
								Ano	Valor	Ano	Valor		
60			✓	✓	Proporção da população residente por tipologias de áreas urbanas (%) ²⁸	ORLVT T15030020	Oeste	2009	a)45,5; b)35; c)19,5	N/D	N/D	na	Tipologias de áreas urbanas
				Médio Tejo			a)52; b)15,8; c)32						
				Lezíria do Tejo			a)52,9; b)19,1; c)28						
61			✓		Áreas destinadas a usos do solo urbano		Oeste					↘	Evolução dos perímetros urbanos
				Médio Tejo									
				Lezíria do Tejo									
62			✓		Execução da urbanização		Oeste					85%	Programação da urbanização
				Médio Tejo									
				Lezíria do Tejo									

²⁸ a) Área predominantemente urbana, b) Área medianamente urbana, c) Área predominantemente rural

Eixo 4 – Descobrir as Novas Ruralidades

Nº	Eixos Estratégicos				Designação	Referência	NUTSIII	Indicadores de Monitorização do PROT OVT				Fundamento do Indicador (o que mede)	
	1	2	3	4				Situação de Referência		Último ano disponível			Meta 2020
								Ano	Valor	Ano	Valor		
30	✓	✓		✓	Capacidade de alojamento turístico por tipologia ²⁹ (nº)	ORLVT O10010001	Oeste	2008	a)3922; b)1548; c)87; d)18; e)0; f)166; g) 830; h) 0	2011	a)3911; b)1169; c)85; d)18; e)0; f)166; g)726; h)1019	≥ 40% das camas em tipologias NDT ³⁰	Capacidade de alojamento turístico
							Médio Tejo		a)4196; b)2539; c)258; d)60; e)0; f)0; g)0; h)0		a)6134; b)1244; c)170; d)60; e)0; f)0; g)0; h)0		
							Lezíria do Tejo		a)558; b)445; c)132; d)0; e)20; f)0; g)0; h)0		a)871; b)229; c)0; d)0; e)16; f)0; g)0; h)0		
28	✓			✓	Número médio de alunos no 1º Ciclo do ensino	ORLVT	Oeste	2008	13,2	2010	1,1	1	Utilização das

²⁹ Tipologia dos alojamentos: a)Hotéis; b)Pensões; c)Estalagens; d)Pousadas; e)Motéis; f) Hotéis-Apartamento; g) Apartamentos Turísticos; h) Aldeamentos Turísticos.

³⁰ Para o cálculo dos NDT consideram-se os conjuntos turísticos (resort) nos termos do definido no D.L n.º 39/2008 de 07 de Março (regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos).

Nº	Eixos Estratégicos				Designação	Indicadores de Monitorização do PROT OVT							
	1	2	3	4		Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
								Ano	Valor	Ano	Valor		
					básico por computador com ligação à internet	P02010001	Médio Tejo		7,4		1		TIC na educação
							Lezíria do Tejo		13,7		1,1		
29	✓			✓	Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues <i>on-line</i>	ORLVT P02010002	Oeste	2008	78,4	2009	83	100%	Utilização das TIC nos agregados familiares
						Médio Tejo	73,5		78,5				
						Lezíria do Tejo	76,7		81,5				
57		✓		✓	Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência (%)	ORLVT T15070006	Oeste	2007	13,48	N/D	N/D	na	Expressão territorial das áreas edificadas
						Médio Tejo	8						
						Lezíria do Tejo	8,01						
58		✓		✓	Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%)	ORLVT T15070005	Oeste	2007	73,23	N/D	N/D	<70%	Dispersão do edificado
						Médio Tejo	73,22						
						Lezíria do Tejo	72,33						
59		✓		✓	População residente em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes	ORLVT T15030002	Oeste	2008	16,9	2010	16,9	na	População urbana (aglomerados com mais de 10 mil hab.)
						Médio Tejo	28,2		28,2				
						Lezíria do Tejo	16,3		16,3				

Nº	Eixos Estratégicos				Designação	Indicadores de Monitorização do PROT OVT							
	1	2	3	4		Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
								Ano	Valor	Ano	Valor		
60			✓	✓	Proporção da população residente por tipologias de áreas urbanas (%) ³¹	ORLVT T15030020	Oeste	2009	a)45,5; b)35; c)19,5	N/D	N/D	na	Tipologias de áreas urbanas
				Médio Tejo			a)52; b)15,8; c)32						
				Lezíria do Tejo			a)52,9; b)19,1; c)28						
63			✓		Construção de habitação em solo rural		Oeste					↘	Construção isolada
				Médio Tejo									
				Lezíria do Tejo									
37	✓			✓	Produtividade económica nas explorações agrícolas (euros / UTA)	ORLVT 007030004	Oeste	2009	25.668,1	N/D	N/D	N.D.	Produtividade das explorações agrícolas
				Médio Tejo			12.396,2						
				Lezíria do Tejo			35.387,6						
38	✓			✓	Produtividade Económica dos Sistemas de Produção (euros / SAU)	ORLVT 007010018	Oeste	2009	6.473,2	N/D	N/D	N.D.	Produtividade dos sistemas de produção
				Médio Tejo			2.449,8						

³¹ a) Área predominantemente urbana, b) Área medianamente urbana, c) Área predominantemente rural

Nº	Eixos Estratégicos				Indicadores de Monitorização do PROT OVT									
	1	2	3	4	Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)	
								Ano	Valor	Ano	Valor			
							Lezíria do Tejo		2.211,6				agrícolas	
49	✓		✓	Taxa de superfície florestal ardida	ORLVT T14040001	Oeste	2008	2010	0,5	2010	0,4	< área registada em 2007	Superfície florestal ardida	
						Médio Tejo			0,5					0,1
						Lezíria do Tejo			0,2					0,1
50	✓		✓	Taxa de Abandono Agrícola (%)	ORLVT T15030018	Oeste	2009	N/D	2,92	N/D	N/D	1,9	Abandono da atividade agrícola	
						Médio Tejo			2,54					
						Lezíria do Tejo			2,5					
51	✓		✓	Indicador de extensificação agrícola (%)	ORLVT T15030019	Oeste	2009	N/D	85,2	N/D	N/D		Extensificação agrícola	
						Médio Tejo			76,9					
						Lezíria do Tejo			68,9					
64			✓	Infraestruturas de regadio (%)	ORLVT T15030021	Oeste	1999	2009	24,4	2009	26,6	27,9	Regadio	
						Médio Tejo			28,8		16,8			
						Lezíria do Tejo			39		30,9			
52	✓		✓	Apoio às atividades agrícolas e florestais de		Oeste					Área	Qualidade e		



Nº	Eixos Estratégicos				Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4	Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
								Ano	Valor	Ano	Valor		
					elevado valor ecológico		Médio Tejo					elegível do SNAC	certificação ambiental da produção agrícola e florestal
						Lezíria do Tejo							
53	✓			✓	Certificação ambiental das atividades agrícolas e florestais		Oeste					20%	
							Médio Tejo						
							Lezíria do Tejo						

Anexo 3 – Monitorização do Programa de Execução

SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

DOMÍNIO: INSTITUCIONAL

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1 ³²	2	3				
ORLVT	CCDR LVT	X	X	X	Em Execução	O Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo entrou em funcionamento a 14 de Dezembro de 2010 (apresentação pública). O ORLVT assegura as funções de monitorização associadas à “Estratégia Regional – Lisboa 2020”, ao “Centro de Observação das Dinâmicas Regionais” (QREN/PO) e ao Ordenamento do Território que contempla a monitorização dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT-AML e PROT OVT). Na aferição do investimento aqui reproduzida, contemplou-se um terço do orçamento do ORLVT para os anos de 2009 a 2012, que se imputa à vertente de análise Ordenamento do Território. O respeitante ao período temporal correspondente a 2011 e 2012 (até ao mês de agosto) é de 30.970,90€.	78.448,46 €	ORLVT/CCDR LVT

SISTEMA URBANO E COMPETITIVIDADE

DOMÍNIO: SISTEMA URBANO

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
Rede Urbana								
1.1. Constituição de redes inter-urbanas que reforcem o posicionamento diferenciado e competitivo das aglomerações urbanas	Municípios de Tomar; Batalha; Alcobaça; IPLs de Tomar e Leiria; IGESPAR	X	X		Em execução	Rede de Mosteiros Património da Humanidade, Candidatura inter-regional (PO Centro e PO Lisboa)	Total NA	MaisCentro - Regulamento: Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
							Elegível 14.701.445,92€	
	Fundo 11.204.233,73€							
	Total NA							
Municípios do Entroncamento; Águeda; FMNF		X			Património Ferroviário Nacional: O Turismo Científico e Cultural como Produto Estratégico, Candidatura regional (PO Centro)	Elegível 5.826.545,00€		
						Fundo 3.787.254,25€		

³² Prioridades: 1: 2008 – 2010; 2:2011 – 2013; 3: Após 2013

	Municípios de Óbidos; Montemor-o-Velho; Montemor-o-Novo; Tondela; Seia; Fundação Bissaya Barreto			Economias Criativas, Rede Inter-regional (PO Centro e PO Alentejo)	Total NA Elegível 6.925.000,00€ Fundo 4.501.250,00€	
	Municípios de Moura; Óbidos; Peniche; Torres Vedras; Serpa; Beja; Silves			Rede ECOS- Energia e Construção Sustentáveis, Rede Inter-regional (PO Centro, PO Alentejo e PO Algarve)	Total NA Elegível 4.044.573,00€ Fundo 2.077.697,15€	
1.2. Constituição de parcerias intra-urbanas para o desenvolvimento de programas integrados de regeneração urbana, que valorizem o património, a base económica e a qualidade de vida nos centros urbanos	LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM		Em execução	Elaboração dos programas estratégicos das ARU dos municípios da Lezíria	Total 414.264€ Elegível 336.800€ Fundo 286.280€	InAlentejo - Regulamento: Promoção e Capacitação Institucional
	CIMLT			Projeto de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana	Total 86.400€ Elegível 86.400€ Fundo 73.440€	InAlentejo - Regulamento: Promoção e Capacitação Institucional
	Oeste CIM			Brevemente será constituída uma equipa para elencar projetos a desenvolver na Região Oeste no âmbito da regeneração urbana e acompanhar o seu desenvolvimento, com possível recurso aos fundos estruturais comunitários postos à disposição dos Estados membros a favor de projetos inseridos em intervenções integradas de desenvolvimento urbano.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
	Municípios de Torres Novas; Tomar; Entroncamento; Ourém; Torres Vedras; Peniche; Caldas da Rainha; Alcobaça; Parceiros locais			Oito Programas de Ação aprovados: Torres Novas - Cidade Criativa - 1ª Fase; Programa Integrado de Valorização Urbana de Tomar; Programa de Ação para a Regeneração Urbana da Cidade do Entroncamento; Programa de Ação para a Regeneração Urbana de Fátima; Regeneração Urbana no Centro Histórico de Torres Vedras - Torres ao Centro; Recuperação do Fosso da Muralha e Espaços Envolventes - Frente Ribeirinha e Centro Histórico; Caldas Comércio & Cidade; Regeneração Urbana da Cidade de Alcobaça. (Os valores apresentados correspondem às operações aprovadas e não aos valores totais imputáveis aos Programas de Ação)	Total NA Elegível 71.482.508,12€ Fundo 57.057.310,14€	MaisCentro - Regulamento: Parcerias para a Regeneração Urbana
	Municípios de Alenquer; Sobral de Monte Agraço; Cadaval; Óbidos; Arruda dos Vinhos; Bombarral; Ferreira do Zêzere; Vila Nova da Barquinha			Municípios de Alenquer; Sobral de Monte Agraço; Cadaval; Óbidos; Arruda dos Vinhos; Bombarral; Ferreira do Zêzere; Vila Nova da Barquinha. (Os valores apresentados correspondem aos totais das operações aprovadas)	Total 13.891.895,55€ Elegível 12.512.598,4€ Fundo 10.591.360,37€	MaisCentro - Regulamento: Parcerias para a Regeneração Urbana - Operações Individuais
	Municípios de Coruche; Azambuja;			Designação das operações: Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Coruche; Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Azambuja;	Total 22.989.647,44€	InAlentejo - Regulamento: Parcerias para a Regeneração Urbana

	Golegã; Rumo 2020 EM; Municípios de Almeirim; Rio Maior; Santarém; STR-URBIS, Sociedade de Gestão Urbana de Santarém, EM, SA; CUL.TUR, Empresa Municipal de Cultura e Turismo de Santarém, EEM; Turismo de Lisboa e Vale do Tejo; Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo				GOLEGÃ: IDENTIDADE E INOVAÇÃO; PRUC - Parque Central União dos Jardins; PRUC - Requalificação Ribeira Cartaxo e da Quinta Santa Eulália; Requalificação do Centro Cívico - Praça Lourenço de Carvalho; Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal; Requalificação do Centro Cívico da Cidade de Almeirim - Largo General Guerra; Requalificação da Ligação da Rua do Arraial ao Largo do Outeiro - F8; Recuperação e Modernização do Mercado Municipal - F6; Requalificação do edifício do antigo Matadouro; Beneficição do Ginásio do Seminário; Espaço polivalente com funções cívicas, lúdicas e sociais - F3; Projetos e Obras (Intervenção em Imóveis Degradados) - Palácio de Landal; Reabilitação do Palácio João Afonso; Plano de promoção e divulgação para o Centro Histórico de Santarém; Cobertura de Ligação das Cavalariças 1 e 4; Requalificação do Espaço Público de Percurso da Procissão Via Sacra ou Passos de Rio Maior - F2; Envolvente da Igreja de Santa Cruz; Repavimentação e requalificação dos arruamentos; Requalificação da Igreja de Santa Clara de Santarém; REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO JARDIM DE INFÂNCIA Nº 3 EM ALMEIRIM; Recuperação da Fonte de 1930 Junto à Praça do Comércio; Estrada da Estação; Requalificação da Sé de Santarém - Rota das Catedrais.	Elegível 21.940.900,06€		
						Fundo 17.289.867,47€		
1.3. Criação de um grupo temático/comissão no sistema de governação do PROT OVT para a animação das redes inter-urbanas e com o objetivo de organizar e articular a rede de equipamentos e serviços regional.	CCDRLVT; Comunidades Intermunicipais	X	X		Execução não iniciada	Integrado no Sistema de Governação do PROT OVT. Ponderar no âmbito dos instrumentos de programação 2014-2020 da Política de cidades.		CCDRLVT
Educação								
2.1. Reestruturação e valorização das redes de educação pré-escolar e de ensino básico e organização de uma rede de escolas integradas a nível regional.	Municípios	X			Em execução	Candidaturas aprovadas no âmbito do POVT, transitadas posteriormente para o MaisCentro. Requalificação da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos D. Nuno Alvares Pereira, Concelho de Tomar; Requalificação Global da EB 2/3 e Secundária de S. Martinho do Porto, Concelho de Alcobaça; Requalificação da Escola EB 2,3 D. Miguel de Almeida, Concelho de Abrantes; Requalificação da Escola EB2,3 Dr. Chora Barroso, Concelho de Torres Novas	Total 19.470.007,74€	MaisCentro - Regulamento: Requalificação da Rede de Escolas do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico.
							Elegível 19.170.052,03€	
							Fundo 16.294.544,22€	
						Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos; Remodelação da Escola EB 2,3/S D. Maria II e do Pavilhão Desportivo; Requalificação da Escola Básica 2,3 Manuel Figueiredo - Torres Novas; Construção da Nova Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy De Andrade; Escola Básica Dr. João das Regras, Miragaia - Lourinhã	Total 35.095.064,45€	MaisCentro - Regulamento: Requalificação da Rede de Escolas do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico
						Elegível 30.088.539,70€		
						Fundo 27.351.519,40€		
						Escola Básica 2+3 do Cartaxo - EB Marcelino Mesquita	Total 6.140.204,07€	InAlentejo - Regulamento: Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico
							Elegível 5.376.040,09€	
							Fundo 4.569.634,08€	

		<p>Nova Escola Básica de 1º Ciclo de Vilar; Empreitada de Conceção/Construção de Ampliação da EB1 de Boavista-Olheiros (Padre Vítor Melícias); Centro Escolar da Nazaré; Centro Escolar do Carregado; Centro Escolar de Santo Onofre; Centro Escolar de Salir de Matos; Empreitada de Conceção/Construção de Ampliação da EB1 e Jardim de Infância do Barro; Empreitada de Conceção/Construção de Ampliação da EB1 e Jardim de Infância de Santa Cruz; Centro Escolar de Alvorninha; Centro Escolar de Nossa Senhora do Pópulo; EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DO OUTEIRO DA CABEÇA; Centro Escolar Integrado na EBI 123 de Santa Catarina; Aquisição de Equipamento - EB1/JI de Arranho; Aquisição de Equipamento - Escola EB1/JI de Casal do Telheiro; Centro Escolar de Cabanas de Torres; Complexo Escolar do Casal do Alvito; Complexo Escolar do Furadouro; Complexo Escolar de Óbidos - Apetrechamento Interior e Construção de Auditório; Centro Escolar da Freguesia de Sapataria (EB1 e JI); Empreitada de Conceção/Construção da Escola EB1-JI Padre Francisco Soares; Centro Escolar de Valado dos Frades; Construção do Centro Escolar de Vila Verde dos Francos; Construção do Centro Educativo do Bombarral; ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DA LOURINHÃ; Empreitada de Conceção/Construção da EB1 e Jardim de Infância de Dois Portos; ESCOLA BÁSICA DE RIBAMAR; E.B 1+ J.I- DE ATALAIA; Ampliação e requalificação da escola EB1/JI de S. Tiago dos Velhos; Rede de Jardins de Infância de Óbidos - 1ª Fase; EB1 e JI de S. Mamede da Ventosa; Centro Escolar de Figueiros; Conceção/Construção do Centro Escolar de Assentis; Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico nº 4 – Chainça; Escola EB1/JI de Rossio ao Sul do Tejo; Conservação e Reparação do Jardim de Infância de Sardoal - Construção de Cantina; EBI D. Nuno Álvares Pereira (EB1); Escola Básica do 1º Ciclo + Jardim de Infância Sul; Centro Escolar de Ourém; Empreitada - Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada; Centro Escolar Beato Nuno; Escola EB1 nº2 do Pego; Conceção/Construção do Centro Escolar de Pedrógão; Centro Escolar Nossa Senhora das Misericórdias; Ampliação da Escola do 1º CEB de Cova da Iria; EB1/JI de Casais; Centro Escolar de Vila Nova da Barquinha; Remodelação da Escola Pré Primária da Moita; Conceção/Construção do Centro Escolar de Riachos - ampliação e grande remodelação; Conceção/ Construção do Centro Escolar de Meia Via; Conceção/ Construção do Centro Escolar de Olaia; CENTRO ESCOLAR DE FERREIRA DO ZÉZERE; Centro Escolar de Freixianda; Centro Escolar Ourém Nascente; Centro Escolar de Olival; Requalificação e Ampliação da Escola Básica nº 1 do Tramagal; Centro Escolar da Bemposta; Centro Escolar de Rio de Moinhos; Centro Escolar de Constância; Adaptação/Remodelação da Escola EB1 a Jardim de Infância; Ampliação/ Requalificação do Centro Escolar de Visconde de S. Gião; Escola Básica da Zona Verde do Entroncamento; Escola Básica Norte do Entroncamento; Centro Escolar de Alferrarede</p>	<p>Total 126.832.098,40€</p> <p>Elegível 100.787.420,27€</p> <p>Fundo 85.478.541,57€</p>	<p>MaisCentro - Regulamento: Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar</p>
		<p>Construção do Centro Escolar de Almeirim; Centro Escolar de Alcanede; Centro Escolar de Jardim de Baixo; Construção do Centro Escolar de Azinhaga; Ampliação da EB1 de Golegã; Centro Escolar do Sacapeito; Construção do Centro Escolar de Alcobertas; Centro Escolar de Rio Maior - 1; Centro Escolar de Rio Maior - 2; Construção do Centro</p>	<p>Total 45.469.356,74€</p>	<p>InAlentejo - Regulamento: Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar; Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (execução)</p>

					Escolar de Benavente; Construção do Centro Escolar de Samora Correia; Construção Centro Escolar de Alpiarça - 1.º Ciclo; Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim; Ampliação da Escola Básica do 1º Ciclo de Alcoentre; Construção Escola Básica 1º Ciclo e Jardim de Infância de Azambuja; Centro Escolar de Marinhais; Centro Escolar de Coruche; Centro Escolar de Salvaterra de Magos; Centro Escolar da Vila Nova da Rainha; Centro Escolar de Aveiras de Cima; Centro Escolar N.º 3 - Zona Sul do Concelho; Construção do Centro Escolar do Porto Alto; Centro Escolar de São José da Lamasosa; Centro Escolar da Fajarda. Estes projetos encontram-se executados à exceção do Centro Escolar de Marinhais (em execução) e o de Pontével, Vila Nova da Rainha, Aveiras de Cima não estão em execução.	Elegível 38.971.824,25€	
						Fundo 32.052.600,91€	
2.2. Qualificação do parque de escolas secundárias (geral e tecnológico/ profissionalizante), em articulação com a rede de centros de formação profissional, com uma distribuição que contribua para a consolidação do sistema urbano e garanta níveis de equidade no acesso.	Parque Escolar, E.P.E.	X			Em execução Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário - Região do Alentejo, Lote1, Concelho Benavente; Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário - Região Sul, Lote 2AS2, Concelho Santarém; Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário - Região Sul, Lote 2AS4, Concelhos Tomar e Salvaterra de Magos; Lote 2AS5 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelhos de Abrantes e Ourém; Lote 2AL2 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelhos de Bombarral e Caldas da Rainha; Lote 2AIL3 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelho de Alcobaça; Lote 3EL3 – Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelho de Torres Vedras. O PE previa intervenção em 14 Escolas, sendo que foram intervencionadas 10, o que corresponde a 71,4% de execução.	Total 103.995.396,06€	POVT - Regulamento: Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário.
					Elegível 103.853.428,31€		
					Fundo 88.275.414,05€		
2.3. Elaboração de Programas Educativos Intermunicipais, assentes em Conselhos Intermunicipais de Educação.	CIMLT	X			Executado Elaboração das 11 Cartas Educativas Concelhias, programando: 25 Centros escolares novos e a Requalificação de 15; 12 Jardins de Infância novos e a requalificação de 7; 5 escolas EB1 novas e a requalificação de 6, com o investimento previsto de 103 a 115 milhões de euros. Fontes de financiamento: QCAIII, CIMLT (execução 100%).	80.000 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	Oeste CIM				Em execução A OesteCIM elaborou a Carta Educativa Regional, com base nas Cartas Educativas dos Municípios, a qual contempla as infraestruturas existentes inerentes ao ensino básico, com abordagem ao ensino secundário. Do ponto de vista pedagógico, a OesteCIM desconhece qualquer trabalho de âmbito intermunicipal.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
2.4. Elaboração de um diagnóstico prospectivo e de um Programa de Qualificação do Potencial Humano, incluindo as Escolas / Centros Profissionais e Institutos Politécnicos, e apoio à implementação do programa	Administração Central (Min. da Educação); Inst. Politécnicos; Escolas	X			Inclui a criação de Centros de Compet. (Rec. Florestais, Agro-Ind., Ambiente e Trat. de Resíduos, Design do Móvel, Mat. de Construção), Escolas Tecnol. e Escolas de Negócios. Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		

2.5. Concretização de Equipamentos Estruturantes para o Ensino Politécnico da Região	Institutos Politécnicos de Leiria; Santarém e Tomar	X	X		Em execução	Construção da II Fase do Edifício Pedagógico da ESTM (Peniche); Construção da Cantina/Residência Pedagógica da ESTM (Peniche); Requalificação do Antigo Hospital Santo Isidoro em Biblioteca (Caldas da Rainha); Requalificação do Edifício Pedagógico I (Caldas da Rainha); Construção das Novas Instalações da Escola Superior de Desporto de Rio Maior (Rio Maior); Novas Instalações da ESTA - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (Abrantes)	31.244.820,91 €	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
Saúde								
3.1. Dotação da Rede Hospitalar e da Rede de Serviços de Urgência de meios e valências necessárias para a prestação de um serviço hospitalar e de emergência de qualidade	Ministério da Saúde	X	X	X	Em execução	Hospital Oeste/Norte (Alcobaça; Caldas da Rainha e Peniche): previa-se a criação de um novo hospital, que não foi efetuado, houve obras de requalificação em Caldas da Rainha (internamento). Hospital Torres Vedras/Requalificação: foram efetuadas obras de requalificação substanciais desde 2009; apenas pequenas obras de manutenção p.ex cirurgia de ambulatório 200,000€. Hospital de Santarém/Urgência: Concluídas. O novo Centro Hospitalar do Oeste entrou em funções a 01/10/2012 e é resultante da fusão dos centros hospitalares de Caldas da Rainha e de Torres Vedras.	NA	ARSLVT
3.2. Dotação da rede de cuidados de saúde primários de meios e valências necessárias, de forma a garantir qualidade e igualdade de acesso aos serviços de saúde	Ministério da Saúde	X	X	X	Em execução	CS Alenquer: realizado (novo edifício); CS Cadaval: ainda não arrancou obra, projeto concluído, em fase de articulação com o Município; CS Sobral Monte Agraço: obras concluídas; CS Calda Rainha/ Desdobr: existe um projeto de construção de um edifício para instalação de duas unidades de saúde que atualmente se encontram no edifício único. Este processo encontra-se ainda em fase de projeto, não tendo sido iniciadas as obras; CS Cartaxo/ Ampliação: ampliação concretizada; CS Santarém/ Ext.Casais: a extensão de Casais pertence ao concelho de Tomar CS Santarém / USF Planalto: (desdobramento em 2) concluídas; CS Chamusca: não realizado.	NA	ARSLVT
3.3. Incremento do número de Unidades Móveis de Saúde sobretudo nos territórios de baixa densidade	Ministério da Saúde; Municípios	X			Executada	Coruche 1 unidade móvel adquirida em parceria com a CMC; Abrantes projeto em estudo à espera de financiamento QREN. Através de uma parceria entre a Câmara Municipal e o Centro de Saúde de Rio Maior, foram adquiridas duas viaturas unidades móveis de saúde. Através de uma parceria entre a Câmara Municipal e o Centro de Saúde de Óbidos, foi adquirida uma viatura unidade móvel de saúde.	NA	ARSLVT
3.4. Implementação de Serviços Comunitários de Proximidade, particularmente no apoio domiciliário	Administração Central (Ministério da Saúde)	X	X		Em execução	Ao nível dos Agrupamentos de Centros de Saúde estão implementadas as Unidades de Saúde na Comunidade	NA	ARSLVT
3.5. Alargamento e valorização da rede de "e-saúde" de forma a melhorar a qualidade e acessibilidade aos cuidados de saúde.	Administração Central (Ministério da Saúde)	X			Execução não iniciada	Não executado Telemedicina	NA	ARSLVT
3.6. Reforço do sistema de Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER).	INEM	X			Em execução	Existem 4 viaturas na região: VMER de Abrantes, Centro Hospitalar do Médio Tejo; VMER de Santarém, Hospital de Santarém; VMER de Torres Vedras, Hospital de Torres Vedras; VMER de Caldas da Rainha, Centro Hospitalar Oeste Norte – Hospital das Caldas da Rainha. As VMER de Abrantes, Santarém e Caldas da Rainha foram atribuídas em 2005, 2004 e 2002, respetivamente, sendo que a de Torres Vedras o foi em 2009, o que corresponde a um reforço do sistema de 33,3% .	NA	Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Nacional de Emergência Médica, IP

Segurança Social								
4.1. Elaboração, implementação e monitorização dos Planos de Desenvolvimento Social a nível regional, de forma a responder às necessidades sociais, sobretudo da infância, idosos, deficientes ou outros grupos vulneráveis.	Administração Central (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)	X	X			Necessário iniciar articulação com o setor.		
4.2. Implementação do Programa PARES 2	Administração Central (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)	X				Necessário iniciar articulação com o setor.		
4.3. Reforço da Rede de Cuidados Continuados Integrados, numa abordagem intersectorial, entre a segurança social e os serviços de saúde	Administração Central (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)	X	X			Necessário iniciar articulação com o setor.		
Outros serviços e equipamentos								
5.1. Desenvolvimento de Unidades Multi-serviços de Proximidade (nas áreas da saúde, educação, apoio social, cultura, lazer, ...)	Administração Central (Ministérios envolvidos)	X				Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
5.2. Elaboração de Cartas Desportivas Inter-municipais (NUTS III)	CIMLT	X			Em execução	Carta Desportiva da Lezíria do Tejo	Total 74.990€	InAlentejo - Regulamento: Promoção e Capacitação Institucional
							Elegível 74.990€	
							Fundo 63.741,5€	
5.3. Reforço do programa de segurança de proximidade e comunitário por parte das forças de segurança e alargamento do apoio a grupos de risco	PSP, Departamento de Operações, Núcleo de Policiamento de Proximidade	X	X		Em execução			
5.4. Alargamento da gama de oferta de serviços colectivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC, nos domínios da saúde, educação, serviços sociais, cultura e administração, garantindo o acesso das populações nos espaços de baixa densidade	CIMLT	X	X		Em execução	Ribatejo Digital II - 1ª Fase	Total 844.939,82€	InAlentejo - Regulamento: Apoio à Modernização Administrativa
							Elegível 806.196,38€	
	CIMLT; Municípios			Executado	2002 Ribatejo Digital I: Postos de Internet em todas as freguesias; disponibilização de serviços on-line nos sites dos municípios; sites dos municípios, CIMLT e portal regional. (O investimento é parte do total indicado no Domínio TIC, ponto 6). Fontes de financiamento: QREN; CIMLT; Municípios (execução 100%)	3.500.000 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	

					Em execução	2010 Ribatejo Digital II: Novos serviços <i>on-line</i> Mapas, Portais temáticos de Zonas Industriais, Sugestões e Turismo; Novos <i>sites</i> e plataforma eletrónica Central de Compras. Fontes de financiamento: QREN; CIMLT (execução 80%) O projeto está também englobado e identificado pelo InAlentejo (acima) e na medida 6 do Domínio TIC.	845.000 €	
	Oeste CIM				Em execução	A OesteCIM desenvolveu o projeto "Rede de Espaços Internet" que consistiu na criação de 15 espaços com internet de acesso gratuito e com o apoio de monitores com conhecimento em TIC, postos à disposição dos municípios, alguns deles, em locais de baixa densidade.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
5.5. Outros equipamentos para reforço da Rede Urbana	Municípios	X	X	X	Em execução	<p>Município de Abrantes: Bolsa de Estacionamento do Castelo de Abrantes (374.659,31€ - executado); VUCI (235.668,00 €); Cidade Desportiva - Campo de Futebol de Rossio ao Sul do Tejo (713.923,47€ - executado); Mercado Municipal de Abrantes (1.288.704,15€); Construção de Quartel de Bombeiros Municipais de Abrantes (1.292.443,91€).</p> <p>Município de Sardoal: Colocação de Piso em Relva Sintética no Campo de Futebol - Parque Desportivo Municipal (326.113€)</p> <p>Município de Ferreira do Zêzere: Quinta do Adro - Parque de Lazer (1.134.203,36€)</p> <p>Município de Alcanena: Requalificação do Jardim Municipal de Alcanena(968.886,33€)</p> <p>Financiamento junto do programa do Mais Centro à exceção da Construção do Quartel de Abrantes , VUCI e colocação de piso em Relva Sintética no campo de futebol (Sardoal) que se encontram ao abrigo do POVT.</p>	6.334.601,53 €	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

DOMÍNIO: COMPETITIVIDADE ECONÓMICA

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Porta Norte da Região de Polarização Metropolitana de Lisboa: Criar a plataforma logística-empresarial de articulação da Grande Região de Lisboa com as Regiões a Norte do território nacional e com o corredor de ligação ao centro da Europa	Municípios	X			Em execução	Municípios de Alcanena e Torres Novas: Decorre em ambas as Câmaras Municipais o processo de adaptação territorial ao nível dos PDM's para futura implementação dos projetos.	NA	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
2. Porta Norte da AML: Qualificar, reordenar e valorizar os espaços de acolhimento empresarial em articulação com Plataforma Logística localizada em Vila Franca de Xira	Ministério da Economia e da Inovação; Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Municípios; Privados		X			Localização: Oeste / Lezíria do Tejo (OesteCIM e CIMLT)		

4. Implementação e Desenvolvimento Articulado de uma Rede de Áreas de Acolhimento de Empresarial:				Inclui nomeadamente os Parques de Negócios de Ourém/Fátima, Torres Novas, Cartaxo/Santarém e Rio Maior			
4.1. Definição e desenvolvimento dos Parques de negócios - Áreas de localização empresarial de âmbito regional com forte articulação com a rede de centros urbanos de nível superior	Oeste CIM; Municípios de Caldas da Rainha; Abrantes	X	X	Em execução	ROE_Rede_Oeste_Empreendedor; Área de Acolhimento Empresarial das Caldas da Rainha; CIIDE - Centro de Inovação, Incubação e Desenvolvimento de Empresas	Total 2.928.222,74€	MaisCentro - Regulamento: Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
						Elegível 2.611.687,27€	
	Município do Cartaxo			Em execução	Parque de Negócios do Falcão - Infra-estrutura da Área de Ciência e Tecnologia do ValleyPark	Fundo 2.219.934,18€	InAlentejo - Regulamento: Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
						Total 3.339.000€	
4.2. Definição e desenvolvimento dos Parques de negócio - Áreas de localização empresarial de âmbito supra-concelhio com vocação para uma especialização em clusters ou segmentos específicos das principais cadeias de valor da região	Depomor			Executado	1ª fase do Parque de Negócios Rio Maior. Fonte de financiamento: Privados (execução 100%)	1.500.000 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	Município			Em execução	EcoParque do Relvão, na Chamusca - Não sendo um Parque de Negócios esta Zona Industrial contém os CIRVER e tem impacto suprarregional. Fontes de financiamento: QREN; Município (execução 55%)	1.565.000 €	
	Óbidos Requalifica, E.E.M.; CIMT	X	X	Em execução	Parque Tecnológico de Óbidos; Médio Tejo_Empreendedorismo em Rede	Total 2.822.642,56€	MaisCentro - Regulamento: Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
					Elegível 1.360.772,56€		
4.3. Qualificação, reconversão e valorização das áreas de acolhimento empresarial de escala territorial concelhia	Município de Coruche	X	X	Executado	Urbanização e Infra-Estruturação da Zona Industrial do Monte da Barca (ZIMB)	Fundo 1.156.656,68€	InAlentejo - Regulamento: Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística; Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (execução)
						Total 410.830,86€	
	Município de Coruche			Execução não iniciada	2ª fase do Parque Industrial	Elegível 410.830,86€	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
						Fundo 349.206,23€	
4.4. Execução de obras de infra-estruturação e qualificação de áreas de acolhimento empresarial de escala regional						4.857.042,00 €	
5. Desenvolver um Programa de Fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial que qualifique e promova a inovação no tecido empresarial regional	Associação Centro Comercial Ar Livre de Abrantes; NERSANT; ACSIA; Associação de	X		Em execução	Operações: @brantesforum - plataforma digital AR LIVRE de Abrantes; Médio Tejo Empreendedor; SER INTERNACIONAL; Fábrica do Empresário; Oeste Activo; GREEN inova.comércio; Promoção da Actividade Económica do Centro Histórico de Torres Vedras; Inov.Linea-Desenvolvimento e aplicação de processos de conservação alternativos	Total 8.895.690,27€	MaisCentro - Regulamentos: Sistema de Incentivos às Acções Colectivas; Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas

	Desenvolvimento Empresarial da Benedita; Airo; Associação Comercial dos Concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos; Município de Torres Vedras TagusValley; CTIC; IPL				e inovadores; mais CTIC mais Competitividade; CETE MARES - Centro de I&D, formação e divulgação do conhecimento marítimo	Elegível 7.179.297,01€	
						Fundo 5.557.089,41€	
	NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém				Lezíria do Tejo Empreendedora	Total 802.878,68€	InAlentejo - Regulamento: Apoio a Acções Colectivas
					Elegível 802.878,68€		
	CIMT				Médio Tejo-Empreendedorismo em Rede (251.708,56€ - em execução). Este projecto está também englobado e identificado na medida 4.2 do Domínio Competitividade económica.	Fundo 602.159,01€	
						Total 251.708,56€	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
						Elegível 251.708,56€	
						Fundo 213.952,28€	
6. Elaboração e implementação de um Programa de reordenamento e dinamização da atividade empresarial integrando a "plataforma da Ota"	Ministério da Economia e do Emprego; Municípios; privados	X	X		Esta ação deve ser ponderada e interpretada em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas.		

DOMÍNIO: TIC

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Elaborar regulamento de instalação de infra-estruturas de telecomunicações em espaço público	Município	X			Execução não iniciada	Apenas o município de Azambuja tem este regulamento aprovado. Os outros municípios trabalharam numa proposta de regulamento comum, mas ainda não se encontra aprovado.	NA	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

2. Elaborar Cadastro Regional de Infra-Estruturas de Telecomunicações de Banda Larga	ANACOM; Comunidades Intermunicipais	X			Em execução	Inquiriu-se ANACOM sobre ponto de situação do Sistema de Informação Central, já que o PE indicava que se deveria articular o cadastro regional com o nacional. A ANACOM aprovou, por deliberação de 11 de Novembro de 2010, a decisão final sobre a definição dos objetos cadastrais e dos termos e formato de disponibilização de informação no SIC. Nesta decisão, são designadamente definidos os objetos cadastrais e respectivos elementos de caracterização a incluir obrigatoriamente no SIC. São ainda estabelecidos, os termos em que os objetos cadastrais serão caracterizados geograficamente, assim como à sua georreferenciação, expressa em coordenadas físicas. Entretanto, foi publicado, na 2ª série do DR de 23 de Novembro de 2010, o anúncio do concurso público internacional para implementação e gestão do SIC, cujo lançamento a ANACOM aprovou por deliberação, também de 11 de Novembro de 2010, encontrando-se o processo de seleção da entidade objeto deste concurso em situação de contencioso. Assim, por razões que não são imputáveis à Autoridade, não há elementos que permitam, com rigor, prever a data de implementação do SIC.	NA	ANACOM
	FCCN; UMIC					A CIMLT colaborou com a Fundação para a Computação Científica Nacional na elaboração do Cadastro, fornecendo os dados do projeto Lezíria em rede. A entidade promotora do projeto foi a UMIC.	NA	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
3. Infra-estruturar Áreas de Acolhimento Empresarial	Municípios da Lezíria do Tejo	X	X		Em execução	Os parques de negócio de Cartaxo/Santarém e de Rio Maior, bem como o Ecoparque do Relvão da Chamusca têm ou prevêem na sua construção fibra ótica.	NA	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	Municípios do Oeste				Em execução	Foram feitas infraestruturas de telecomunicações nas Áreas de Acolhimento Empresarial de Óbidos e de Nazaré (Valado dos Frades).	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
4. Criar Observatório Regional do Desenvolvimento da Banda Larga	INE; UMIC; ANACOM; CCDRLVT	X	X			Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
5. Criar uma plataforma de interoperabilidade de informação geográfica	CIMT	X			Em execução	Médio Tejo - Gestão em SIG	Total 2.674.882,64€	MaisCentro - Regulamento: Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
							Elegível 2.674.882,64€	
							Fundo 2.273.650,24€	
6. Desenvolver o Governo Eletrónico na Região	Regiões Digitais; CIMLT	X			Executado	2002 Ribatejo Digital I: Postos de Internet em todas as freguesias; disponibilização de serviços on-line nos sites dos municípios; sites dos municípios, CIMLT e portal regional; cadastro rústico e levantamento funcional, recursos humanos; portal empresas, turismo, comunidade educativa. Fontes de financiamento: QREN POR; PIDDAC; Municípios; Operadores (execução 100%)	10.800.000 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
					Em execução	2010 Ribatejo Digital II: Novos serviços <i>on-line</i> Mapas, Portais temáticos de Zonas Industriais, Sugestões e Turismo; Novos <i>sites</i> e plataforma eletrónica Central de Compras. Fontes de financiamento: QREN POR; PIDDAC; Municípios; Operadores (execução 80%)	845.000 €	

	OesteCIM				Em execução	A OesteCIM apresentou uma candidatura ao MaisCentro, no âmbito do Regulamento Específico do SAMA (Sistema de Apoios à Modernização Administrativa) do MaisCentro, para o projeto SAMA que tem subjacente um modelo de gestão para o Oeste voltado para o Município que articula a gestão municipal com uma efetiva gestão de resultados, com o atendimento dos municípios (Balcão Único Multicanal), o desenvolvimento de uma reengenharia de processos (arquitetura de sistemas), uma gestão documental e de arquivo, tudo apoiado em tecnologia web e tecnologias de colaboração <i>intra</i> e <i>extranet</i> . Este projeto surge na sequência do trabalho desenvolvido pela OesteCIM com os projetos "Rede de Espaços Internet" e "OesteDigital", ambos candidatados ao POSConhecimento do QCA III.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
7. Realizar um estudo de viabilidade de operador regional de telecomunicações de Banda Larga	Comunidades Intermunicipais	X				Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
8. Lançar operador regional de Banda Larga			X			Entidades responsáveis: Comunidades Urbanas, Associações de Municípios, Municípios. Entidades responsáveis privadas: Operadores de Telecomunicações. Fontes de Financiamento Privadas: Entidades privadas. Nota: condicionado aos resultados do concurso lançado pela ANACOM intitulado "Acesso de Banda Larga via rádio (BWA)". Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
9. Promover TIC junto de PME's e cidadãos	Regiões Digitais; CIMLT	X	X		Executado	2002 Ribatejo Digital I: Postos de Internet em todas as freguesias. O investimento está incluído no ponto 6. Fontes de financiamento: QREN POR; PIDDAC (execução 100%)	1.500.000 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	OesteCIM				Em execução	1. A OesteCIM desenvolveu o projeto "OesteDigital" através do qual foi criado o Portal OesteDigital. Para além de permitir a disponibilização de informação atualizada sobre a Região Oeste, através do Portal qualquer entidade, independentemente da sua natureza jurídica, pode registar-se e dar-se a conhecer, integrando um Diretório ao serviço da Região Oeste. Ainda no âmbito do OesteDigital foram colocados, em cada um dos 12 municípios, Quiosques Digitais à disposição da população, bem como rede <i>Wireless</i> em vários pontos dos 12 municípios; 2. A OesteCIM desenvolveu o projeto "Rede de Espaços Internet" que consistiu na criação de 15 espaços com internet de acesso gratuito e com o apoio de monitores com conhecimento em TIC, postos à disposição dos municípios, alguns deles, em locais de baixa densidade.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
	CIMT; OesteCIM				Em execução	Operações: Educação de Excelência - Plano Tecnológico do Médio Tejo; Apetrechamento Tecnológico de Escolas do 1º Ciclo/Jardins de Infância no Oeste	Total 911.285,40€ Elegível 676.424,38€ Fundo 574.960,73€	MaisCentro - Regulamento: Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
	Municípios de Azambuja;				Em execução	Plano Tecnológico para o Ensino Básico; Quadros Interactivos para Escolas do 1º Ciclo; Aquisição de Quadros Interactivos e Equipamentos	Total 879.836,13€	InAlentejo - Regulamentos: Economia Digital e Sociedade do Conhecimento; Apoio à

	Santarém; Chamusca; Benavente; Almeirim; Coruche; Golegã				Acessórios EB1's do Concelho da Chamusca e Centro de Recursos Educativos; Quadros Interactivos; Quadros Interactivos; Plano Tecnológico para o Ensino Básico - Aquisição de Quadros Interactivos; Quadros Interactivos na Rede de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; Aquisição de Quadros Interactivos para a EB1 de Golegã e EB1 de Azinhaga.	Elegível 847.471,72€ Fundo 720.350,96€	Acessibilidade e Utilização de TIC
--	--	--	--	--	---	---	------------------------------------

DOMÍNIO: TURISMO, LAZER E CULTURA

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Revitalização do Mosteiro de Alcobaça	Município de Alcobaça	X	X		Em execução	Iluminação do Mosteiro de Alcobaça	Total 578.635,98€ Elegível 404.019€ Não reembolsável 181.808,55€	TdP - Programa de Intervenção do Turismo - Linha I
	Direção-Geral do Património Cultural				Em execução	O Departamento de Obras da DGPC (ex-IGESPAR) acompanhou as ações das Câmaras, porém não dispõe de dados concretos quanto às mesmas.		Direção-Geral do Património Cultural
2. Parque Temático do Jurássico na Lourinhã e Rota dos Dinossáurios		X	X			Rota dos Dinossáurios inclui, nomeadamente, Ourém e Santarém		
3. Revitalização do Convento de Tomar	Direção-Geral do Património Cultural	X	X		Em execução	O Departamento de Obras da DGPC (ex-IGESPAR) acompanhou as ações das Câmaras, porém não dispõe de dados concretos quanto às mesmas.		Direção-Geral do Património Cultural
4. Salvaguarda, recuperação e valorização das Linhas de Torres	Direção-Geral do Património Cultural	X	X		Em execução	O Departamento de Obras da DGPC (ex-IGESPAR) acompanhou as ações das Câmaras, porém não dispõe de dados concretos quanto às mesmas.		Direção-Geral do Património Cultural
5. Programa de Apoio às ZTI (requalificação de áreas urbanas / centros históricos) - PENT (ZTI identificadas nas normas: Santarém; Tomar; Alcobaça; Nazaré; Óbidos; Peniche e Fátima)	Município da Nazaré; Município de Ourém	X	X	X	Em execução	Projetos: Conceção/const. de um transporte rápido de passageiros (Teleférico) que ligue a Nazaré e Pederneira; Beneficiação de Infra-Estruturas Urbanas da Cidade de Fátima; Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria.	Total 4.112.624,37€ Elegível 2.545.732,96€ Não reembolsável 853.377,99€	TdP - Programa de Intervenção do Turismo - Linha I
	Município de Ourém	X	X		Em execução	Beneficiação de Infra-Estruturas Urbanas da Cidade de Fátima; Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria. Estes projetos estão também englobados e identificados na medida 5 do Domínio Turismo, Lazer e Cultura.	Total 2.300.388,84€ Elegível 1.469.012,16€ Não reembolsável 476.525,71€	TdP - Programa de Intervenção do Turismo - Linha I
6. Programa de requalificação urbana de Fátima	Município de Ourém				Em execução	Programa de Ação para a Regeneração Urbana de Fátima	Total 16.601.772,64€	MaisCentro - Regulamento: Parcerias para a Regeneração Urbana

							Elegível 15.128.761,82€	
							Fundo 12.409.051,58€	
7. Programa de Valorização do Tejo (VALTEJO II – CCDR)	CCDR-LVT Municípios	X	X	X		ARH Tejo promoveu trabalhos preparatórios para a valorização do Tejo. Ponderar no âmbito dos instrumentos de programação 2014-2020		CCDRLVT
8. Programa de proteção e valorização dos sítios arqueológicos (IGESPAR)	Direção-Geral do Património Cultural	X	X	X		O Departamento de Obras da DGPC (ex-IGESPAR) desconhece a situação desta medida (Inclui o Centro Mesolítico de Salvaterra de Magos).		Direção-Geral do Património Cultural
9. Programa de Apoio à instalação de rotas e percursos de interesse turístico	Município de Abrantes	X	X	X	Em execução	Mercados do Tejo - Centro de Interpretação do Tejo (em execução - aguarda decisão)	957.636,83 €	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
10. Programa de requalificação e equipamento de praias e de proteção das zonas de risco (monitorização e sinalização) - Concretização do POOC Alcobaça-Mafra	Instituto da Água; Município das Caldas da Rainha				Em execução	Estabilização das Arribas do Forte de S. Miguel Arcanjo e das Praias de S. Pedro de Moel, S. Bernardino e Areia Branca, Concelhos Marinha Grande; Peniche (33%); Lourinhã (18%); Nazaré (6%); Estabilização das Arribas das Praias da Nazaré, Consolação, Porto Novo, Formosa e Calada, Concelhos Torres Vedras (40%); Mafra; Nazaré (20%); Peniche (20%); Requalificação das Arribas da Foz do Arelho - Minimização de Riscos Concelho Caldas da Rainha. Dos totais de investimento apresentado pelo POVT foi calculada a quota que representa os Municípios da Região.	Total 7.680.915,16€	POVT - Regulamento: Combate à Erosão e Defesa Costeira
						Elegível 7.675.348,48€		
						Fundo 6.524.046,21€		
	ex-ARH e ex- INAG em processo de fusão na APA, IP; Município das Caldas da Rainha	X	X		Em execução	As intervenções de estabilização das arribas do Forte de S. Miguel Arcanjo (Nazaré) e Formosa (Torres Vedras) foram executadas, estando em curso a empreitada de S. Pedro de Moel (Marinha Grande). As intervenções na Consolação e S. Bernardino (Peniche), Areia Branca (Lourinhã) e Calada (Mafra) têm procedimentos concluídos e serão efetuadas em 2013. A intervenção prevista para Porto Novo (Torres Vedras) foi recalendarizada atendendo às prioridades definidas no Plano de Ação para Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-2015. No âmbito do Plano de Ação para Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-2015, foi efetuada a recalendarização de algumas das ações relacionadas com a temática "Defesa Costeira e Zonas de Risco", tendo sido definidas como prioritárias para 2013 as seguintes ações: 1. Intervenção de minimização do risco na arriba da Praia do Sul – Mafra; 2. Intervenção no muro de proteção na praia da Bafureira – Cascais; 3. Estabilização de Arribas Norte e Sul - Azenhas do Mar – Sintra; 4. Plano de Intervenção da Praia da Adraga – Sintra; 5. Plano de Intervenção da Praia do Magoito - Sintra.	NA	APA, IP – ARH Tejo
	Município de Torres Vedras					Implementação do POOC Alcobaça-Mafra - Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz. Este projeto está também englobado e identificado na medida 2 do Domínio ERPVA	Total 115.738,88€	MaisCentro - Regulamento: Ações de Valorização do Litoral
						Elegível 115.738,88€		
						Fundo 98.378,05€		

	APA, IP – ARH Tejo; Município de Torres Vedras				Concluídos os projetos de implementação do POOC Alcobaça-Mafra/Requalificação da Praia de Paredes da Vitória; Implementação do POOC Alcobaça-Mafra - Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz. O projeto Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz está também englobado e identificado na medida 2 do Domínio ERPVA.	NA	Candidatura rescindida. APA, IP – ARH Tejo	
	APA, IP – ARH Tejo; CCDR-LVT; Municípios				A implementação dos Planos de Praia: Areia Sul, Peralta (Lourinhã), foi recalendarizada atendendo às prioridades definidas no Plano de Ação para Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-2015. A implementação do Plano de Praia Bom Sucesso-Lagoa (Óbidos) encontra-se concluída.	NA	APA, IP – ARH Tejo	
					Monitorização do Risco: Elaboração / Atualização do relatório de diagnóstico das principais situações de risco geomorfológico associadas aos fenómenos naturais costeiros	NA		
					Concluído o projeto de colocação de placas de sinalização de locais e áreas de risco no troço compreendido entre o limite sul da Praia da Vieira (Marinha Grande) e o Cabo Espichel (área sob jurisdição territorial da ARH do Tejo, I.P.) Na área do POOC Alcobaça – Mafra (concelhos PROT OVT) 479 Placas de Sinalização	NA		
11. Programa de apoio à construção e requalificação dos Parques de Campismo e Caravanismo municipais	Município de Abrantes	X	X	X	Em execução	Aquapolis - Centro de Acolhimento do Tejo (em execução)	Total 1.055.473,24€ Elegível 442.513,88€ Fundo 376.136,80€	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
12. Projecto Integrado de Dinamização, Valorização e Requalificação da Lagoa de Óbidos	Instituto da Água	X			Em execução	Dragagens e Defesa da Margem Sul da Lagoa de Óbidos - Intervenções de Emergência; Dragagens e Defesa da Margem Sul da Lagoa de Óbidos - 2ª Fase.	Total 2.773.248,9€ Elegível 2.769.086,26€ Fundo 2.353.723,32€	POVT - Regulamento: Combate à Erosão e Defesa Costeira
13. Programa de protecção e valorização do património cultural	Municípios				Execução não iniciada			Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	OesteCIM	X	X	X	Em execução	A OesteCIM encontra-se a desenvolver o projeto "Rota do Sagrado" o qual consiste no levantamento, em parceria com os 12 Municípios, e na georreferenciação, quer de Igrejas, quer de outros monumentos religiosos, para disponibilização no <i>site</i> da OesteCIM e sites municipais. Este projeto será integrado numa estratégia que a OesteCIM pretende vir a desenvolver, a curto prazo, e que permitirá a identificação e valorização do património imaterial e material, construído e natural.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
	CIMT; Municípios de Ourém; Torres Novas				Em execução	Afirmção Territorial do Médio Tejo; Readaptação da Casa do Administrador a Núcleo Museológico; Remodelação do Convento do Carmo	Total 6.368.975,68€ Elegível 6.284.951,07€ Fundo 5.272.812,54€	MaisCentro - Regulamentos: Promoção e Capacitação Institucional; Rede de Equipamentos Culturais ; Património Cultural/ Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

14. Museu Ferroviário (Entroncamento)	Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado	X	X	Em execução	Passeios presidenciais: viagens turísticas em comboio histórico; Museu Nacional Ferroviário - Requalificação do Armazém de Viveres	Total 3.919.272,8€	TdP - Programa de Intervenção do Turismo - Linha I
						Elegível 3.476.613,8€	
						Não reembolsável 793.300,1€	

DOMÍNIO: AGRICULTURA E FLORESTAS

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Desenvolvimento do Regadio	MAMAOT	X	X			Prossecação e conclusão dos Aproveitamentos com obras em curso		DGADR
2. Sustentabilidade dos Regadios Públicos	MAMAOT	X	X			Promoção de uso mais eficiente dos recursos hidroagrícolas no âmbito dos perímetros públicos já existentes		DGADR
3. Modernização dos Regadios Colectivos Tradicionais	MAMAOT	X	X			Apoios para a preservação de sistemas tradicionais de rega de elevado interesse económico, social e ambiental		DGADR
4. Projectos Estruturantes	MAMAOT	X	X			Dirigidos para a melhoria da acessibilidade viária e da rede eléctrica e ainda para a requalificação ambiental através de soluções coletivas na área dos efluentes agropecuários e agroindustriais.		DGADR
5. Implementação do PROLUMP (Programa Nacional de Luta contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro)	MAMAOT	X				Implementar as medidas e ações do PROLUMP		DGADR
6. Implementação das Redes Regionais de DFCI (Defesa da Floresta Contra Incêndios)	MAMAOT	X	X			Implementar o Sistema Nacional de DFCI estabelecido no DL nº 124/2006		DGADR
7. Promoção do desenvolvimento das matas modelos e das suas funções, na área do PROT OVT	ICNF		X			Desenvolver e promover as práticas corretas de gestão florestal e aplicação de novos conhecimentos e tecnologias		ICNF
8. Incentivar a gestão florestal sustentável e responder às exigências do mercado - certificação florestal	ICNF		X			Experimentação à grande escala de gestão florestal sustentável		ICNF

SISTEMA AMBIENTAL

DOMÍNIO: ERPVA/ CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Elaboração do estudo de valorização da faixa costeira	CCDR; OesteCIM	X			Execução não iniciada	Está programada a tarefa de atualização dos Padrões de Ocupação de Solo, que deverá servir de base à concretização de estudos neste domínio.		CCDRLVT
2. Requalificação urbanística e paisagística das áreas edificadas da faixa costeira	Municípios de Caldas da Rainha, Óbidos e Torres Vedras	X			Em execução	Requalificação da Praia de Salir do Porto; Plano de Praia do Bom Sucesso - Lagoa de Óbidos; Implementação do POOC Alcobaça-Mafra - Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz. O projeto do POOC Alcobaça-Mafra está também identificado na medida 10 do Domínio Turismo, Lazer e Cultura.	Total 827.510,90€ Elegível 827.510,90€ Fundo 663.176,44€	MaisCentro - Regulamento: Acções de Valorização do Litoral
4. Delimitação, valorização e Gestão das áreas de paisagem notável	Municípios de Abrantes; Constância; Entroncamento; Ourém		X		Em execução	Aquapolis - Margem Sul - 1ª Fase - Parque Ribeirinho de Abrantes; Parque Ambiental de Santa Margarida - 2ª Fase - Melhor Funcionalidade; Requalificação do Parque Verde do Bonito - 1ª Fase; Requalificação do Agroal; Requalificação do Agroal - 2ª fase	Total 3.989.231,74€ Elegível 3.989.231,74€ Fundo 3.390.846,99€	MaisCentro - Regulamento: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
6. Concretização e gestão de áreas protegidas de âmbito regional e local	Municípios /ICNF/CCDR		X		Em execução	A Serra do Socorro e Archeira (Torres Vedras) foi classificada como Área Protegida Local (Edital n.º 64/2012, DR. 2.ª série - N.º 12 – 17/01/2012). Em todo o caso falta reporte sistemático das CM / CIM / ICNF sobre esta matéria.		CCDRLVT
7. Recuperação integrada de áreas de extração de inertes e outras áreas degradadas	DRLVT-MEI/ Municípios		X			Na região foram identificadas duas áreas prioritárias de intervenção para recuperação integrada de áreas de extração de inertes: Alenquer e Serra de Aire e Candeeiros. No caso de Alenquer estão a decorrer Estudos de Impacte Ambiental de cada uma das explorações (4 com DIA emitida), no caso da Serra de Aire e Candeeiros foi elaborado estudo integrado estando a decorrer os respetivos processos de adaptação.		CCDRLVT
8. Apoio à manutenção de paisagens agrícolas e florestais de elevado valor ecológico	MAMAOT	X						DGADR

9. Elaboração e concretização de Planos de Região Hidrográfica	APA, IP – ARH Tejo	X			Em execução	Ponto de situação do Projeto: Está concluída a elaboração da versão final do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste que inclui os relatórios a enviar à Comissão Europeia e o documento para publicação em Diário da República. Estão em curso os trabalhos contratuais relativos a estudos piloto de implementação de medidas seleccionadas. <u>Projeto Planos</u> : Inclui os documentos relativos ao Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste. Desenvolvimento dos processos respectivos de AAE e de Participação Pública. Realização de campanhas de monitorização para avaliação do estado das massas de água. Realização de Estudos-piloto para as águas superficiais e para as águas subterrâneas. Elaboração das versões finais dos Planos para aprovação. <u>Calendário de elaboração</u> : O processo teve início com a abertura de concurso público em Agosto de 2009. Os trabalhos tiveram início em Maio de 2010. Início da consulta pública do PGRH Tejo - Agosto de 2011. Início da consulta pública do PBH RO - Novembro de 2011.	NA	APA, IP – ARH Tejo
						Operação: Elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e do Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste	Total 2.038.070,48€	MaisCentro - Regulamento: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
							Elegível 2.038.070,48€ Fundo 1.732.359,91€	
10. Reabilitação e valorização da rede hidrográfica e das margens (recuperação da qualidade ecológica)	APA, IP - ARH Tejo		X		Em execução	Foi submetida ao POR CENTRO e ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos a intenção de realização de projetos para a requalificação do Rio Alcoa, nos concelhos da Nazaré e Alcobaça e Rio Grande, no concelho da Lourinhã.	NA	APA, IP – ARH Tejo
11. Tratamento Ambiental e Paisagístico das linhas de água em áreas edificadas	Municípios	X			Execução não iniciada			Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
12. Elaboração de estudos para a concretização dos corredores ecológicos estruturantes terrestres	CCDRLVT	X			Execução não iniciada	Está programada a tarefa de atualização dos Padrões de Ocupação de Solo, que deverá servir de base a estudos de desenvolvimento neste domínio no âmbito das revisões dos PDM e planos especiais.		CCDRLVT

DOMÍNIO: RECURSOS HÍDRICOS/ ABASTECIMENTO DE ÁGUA /SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS/ RESÍDUOS SÓLIDOS

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Estabelecimento do Programa de Ação para a zona vulnerável 5 (Zona Vulnerável do Tejo)	MAMAOT; APA, IP – ARH Tejo	X			Executado	O Programa de Ação da Zona Vulnerável do Tejo encontra-se publicado em Diário da República, através da Portaria n.º 259/2012, de 29 de agosto.	NA	APA, IP – ARH Tejo

2. Controlo do estado das zonas sensíveis 11, 12 e 13, respectivamente, Nabão, Tejo/Vala de Alpiarça e Lagoa de Óbidos	APA, IP – ARH Tejo	X	X	X				
3. Elaboração e implementação de um Plano Estratégico de Despoluição dos Efluentes das Suiniculturas	TREVOESTE	X			Execução não iniciada	Não teve desenvolvimento.		APA, IP – ARH Tejo
4. Execução das obras dos Planos Directores de Baixa (águas e esgotos)	Municípios do Sardoal; Tomar	X	X	X	Em execução	Saneamento Básico nas Freguesias de Alcaravela e Valhascos (1ª Fase A); Construção dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água (ZA.01.04) e Drenagem de Águas Residuais Domésticas (TO.04.01) da Pedreira	Total 1.184.982,81€ Elegível 1.035.829,06€ Fundo 867.301,49€	MaisCentro - Regulamento: Ciclo Urbano da Água/ Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
5. Elaboração de estudos de viabilidade da aplicação de águas residuais depuradas em usos compatíveis, na Lezíria e Médio Tejo	Municípios; Concessionários	X				Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
6. Execução das obras decorrentes do estudo de aplicação de águas residuais depuradas em usos compatíveis, no Oeste	Águas do Oeste	X	X	X		Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
7. Elaboração e implementação de um Programa de Controlo de Perdas de Água nos sistemas em baixa	CCDR-LVT; Municípios	X				Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
8. Criação e funcionamento de "Agências de Água" nas NUTS III		X	X	X		As ARH entram em funcionamento em Outubro de 2008, passando a assegurar as funções previstas para as agências da Água.		
9. Elaboração e implementação de um programa de medidas de proteção do aquífero da margem esquerda do Tejo	APA, IP - ARH Tejo	X	X	X	Em execução	O Programa de Medidas do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, engloba, entre outras, medidas de proteção para a massa de água subterrânea da bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda.	NA	APA, IP - ARH Tejo
10. Elaboração e implementação de um programa de medidas de proteção dos restantes aquíferos da Região do OVT	APA, IP - ARH Tejo	X	X	X	Em execução	Os Programas de Medidas do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e do Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste, englobam, entre outras, medidas de proteção para as restantes massas de água subterrânea da Região do OVT.	NA	APA, IP - ARH Tejo

11. Reforço da recolha selectiva multi-material (resíduos sólidos)		X	X		Directiva "Embalagens" (Ecopontos; Centros de Triagem; Viaturas; tec.)		
12. Construção de instalações para a valorização orgânica dos resíduos orgânicos no Oeste	RESIOESTE	X			Directiva "Aterros". A RESIOESTE e a VALORLIS vão partilhar a infraestrutura de TMB da VALORLIS que está em construção com financiamento pelo FC II		
13. Construção de instalações para a valorização orgânica dos resíduos orgânicos na Lezíria/Médio Tejo	RESITEJO	X	X		Em execução Foi lançado concurso para a Central (Tratamento Mecânico Biológico). Adjudicado em 28 de maio e contrato de 16 de julho tem um prazo de execução de 300 dias. Fontes de financiamento: QREN; RESITEJO	16.000.000 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

DOMÍNIO: ENERGIA

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Criação e funcionamento da Agência Regional de Energia no Médio Tejo	Médio Tejo 21	X	X		Executado	Agência Regional de Energia e Ambiente da Região do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul	NA	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
2. Criação e funcionamento da Agência Regional de Energia na Lezíria do Tejo	CIMLT	X	X		Execução não iniciada			Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
3. Criação e funcionamento da Agência Regional de Energia no Oeste	OesteSustentável	X	X		Executado	A OesteCIM constituiu a Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste (OesteSustentável) em Fevereiro de 2010, tendo apresentado uma candidatura para a sua criação ao Programa Europa Energia Inteligente (IEE Programme) em 2007.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
4. Desenvolvimento da metodologia de monitorização do desempenho energético-ambiental	CIMLT				Execução não iniciada			Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	Município de Tomar	X			Execução não iniciada	Operação: Tomar Natural - Sistema de Gestão Energética	Total 52.992,58€ Elegível 52.992,58€ Fundo 42.394,06€	MaisCentro - Regulamento: Energia
	OesteSustentável				Em execução	A OesteSustentável está a elaborar a Matriz Energética e irá, posteriormente, elaborar o Plano Regional de Acção para a Sustentabilidade Energética.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
5. Realização de um estudo relativo às necessidades de evolução da rede eléctrica para integração dos potenciais de Energias distribuídas (Eólica, Biomassa, Biogás, Ondas e PV)	REN; CCDRLVT		X			A concertar com as Agências de Energia		

6. Programa de apoio a auditorias e a projetos de reabilitação e certificação energética de edifícios públicos na CIMT	CIMT; CCDRLVT		X	X	Execução não iniciada	Região: Médio Tejo		Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
7. Programa de apoio a auditorias e a projetos de reabilitação e certificação energética de edifícios públicos na CIMLT	CIMLT; CCDRLVT		X	X	Execução não iniciada	Região: Lezíria do Tejo		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
8. Programa de apoio a auditorias e a projectos de reabilitação e certificação energética de edifícios públicos na OesteSustentável	OesteSustentável; CCDRLVT		X	X		Região: Oeste		
9. Programa de apoio a auditorias, reabilitação e certificação energética de edifícios privados de serviços na CIMT	CIMT; CCDRLVT		X	X	Execução não iniciada	Região: Médio Tejo		Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
10. Programa de apoio a auditorias, reabilitação e certificação energética de edifícios privados de serviços na CIMLT	CIMLT; CCDRLVT		X	X	Execução não iniciada	Região: Lezíria do Tejo		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
11. Programa de apoio a auditorias, reabilitação e certificação energética de edifícios privados de serviços na OesteSustentável	OesteSustentável; CCDRLVT		X	X		Região: Oeste		
12. Apoio ao Projecto Integrado de Energia do Novo Aeroporto de Lisboa	NAER; CCDRLVT	X				Esta ação deve ser ponderada e interpretada em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas.		
13. Programa de Água Quente Solar e de qualidade da gestão energético-ambiental para Piscinas	Agências de Energia / CIM		X	X	Execução não iniciada	O município da Golegã e de Coruche têm projeto executado neste âmbito.		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
								Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
17. Programa de fomento à intermodalidade nos transportes: Interfaces e parques de estacionamento favorecendo o transporte coletivo.	Agências de Energia / CIM		X		Execução não iniciada	Em complemento do Programa de Transportes e Mobilidade		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
								Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

DOMÍNIO: RISCOS E PROTECÇÃO CIVIL

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Avaliação do estado de segurança estrutural anti-sísmica de estruturas e infra-estruturas vitais nas áreas de perigosidade sísmica elevada, e elaboração e implementação de um programa de medidas de reforço estrutural.	ANPC	X	X		Em execução	<p>Programa de reforço sísmico para os Hospitais de Lisboa - Localização: Oeste Interior Sul; Eixo Ribeirinho - Azambuja</p> <p>No âmbito da “Parque Escolar “ foi do conhecimento da ANPC que a melhoria dos edifícios escolares considerou a implementação de medidas de reforço sísmico - Localização: Santarém; L. do Tejo; Eixo Ribeirinho - Alpiarça</p> <p>Até 15 de outubro 2012 a ANPC produz um relatório de avaliação do nível de risco dos edifícios de proteção civil afetos à ANPC, incluindo a vulnerabilidade sísmica, tendo em conta a ocupação humana, características dos edifícios e da envolvente. Após essa avaliação e mediante a definição de um conjunto de critérios, serão estabelecidos programas de minimização destes riscos a constar do plano de atividades de 2013 - Localização: S. Magos; Eixo Ribeirinho Benavente; Vale do Sorraia</p>	NA	MAI/ ANPC
2. Inventariação do estado de conservação dos diques de defesa contra as cheias no vale do Tejo e estabelecimento de um programa para a sua recuperação.	APA, IP - ARH Tejo		X		Em execução	Lezíria do Tejo – Existem 22 diques para recuperar. 6 já com projeto aprovado para obra.	NA	APA, IP - ARH Tejo
3. Execução de obras de correcção torrencial e regularização fluvial, sustentadas por análise de custo-benefício e com prioridade para as situações de risco classificadas como inaceitáveis.	APA, IP - ARH Tejo	X	X		Em execução	Zona Oeste e Médio Tejo. Os seguintes projetos encontram-se concluídos: 1. Limpeza do rio Alenquer entre Alenquer e a A1; 2. Obras de emergência de estabilização da margem do Tejo no Lezíria - Azambuja; 3. Reparação de rombo na margem esquerda do rio Tejo em Alvega; 4. Reparação de rombo na margem esquerda do canal da Azambuja a montante da ponte da Azambuja; 5. Reparação da ponte do Bandarra em Alenquer. Os seguintes projetos estão em fase de lançamento de procedimento para concurso: 1. Canal da Azambuja - Porta de água; 2. Rombo e porta de água junto à base aérea de Alverca; 3. Reparação de 2 rombos na margem direita do canal da Azambuja; 4. Limpeza do rio da Silveira junto à OGMA; 5. Regularização da foz da ribeira de Rio de Moinhos.		APA, IP - ARH Tejo

4. Avaliação das situações de ocupação da zona costeira desconformes com a legislação aplicável, e reposição da respectiva legalidade.	Administração Central; Municípios	X			Em execução	As ações de reposição da legalidade no litoral são coordenadas pela Estrutura de Projeto de Apoio à Reposição da Legalidade (EPRL) no âmbito do Sistema de Apoio à Reposição da Legalidade (SIARL). O SIARL é um sistema de informação interativo dirigido para apoio ao planeamento e gestão do litoral, que permite uma visão global e local suportado em informação geográfica, que promove a integração de organismos e utilizadores e favorece a permanente atualização do conhecimento sobre as dinâmicas costeiras. Os principais objetivos deste sistema são: incrementar o conhecimento sobre o território; sistematizar e disponibilizar informação; racionalizar e evitar redundância; favorecer a articulação e interação entre organismos e utilizadores; e melhorar a eficiência e capacidade de resposta. Encontram-se executadas 22 ações de reposição da legalidade. Não foi reportada informação para o ano de 2012.	3.400.000 €	APA, IP - ARH Tejo
5. Implementação, na zona costeira e nas zonas ameaçadas por cheias, de programas específicos de análise, conceção, realocação e construção de equipamentos e infraestruturas, sempre que as condições de segurança relacionadas com a erosão litoral e com cheias determinem a demolição das atuais.	Administração Central; Municípios		x	x		Região: Oeste Litoral Norte; Oeste Litoral Sul		
6. Elaboração de estudos e de cartografia para a delimitação, em sede de PMOT, as áreas sujeitas a inundação (distinguindo as provocadas por cheia progressiva e/ou por cheia rápida), as áreas sujeitas ao perigo de instabilidade de vertentes e as áreas sujeitas aos perigos de erosão litoral e de tsunamis, estabelecendo os respectivos usos compatíveis.	Municípios	X	X	X	Em execução	A ARH do Tejo, no âmbito do acompanhamento dos PMOT abaixo indicado, solicitou já estes elementos: Abrantes; Alcanena, Alcobaça, Alenquer, Almeirim, Alpiarça, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente, Bombarral Caldas da Rainha, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Ourém, Peniche, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vila Nova da Barquinha.		APA, IP - ARH Tejo
7. Identificação dos locais de instabilidade de vertentes responsáveis por situações de risco declarado em áreas urbanas consolidadas ou em consolidação e definição e implementação das medidas para a sua estabilização.	Municípios	X	X		Execução não iniciada	Inclui a estabilização das Barreiras de Santarém em 1ª Prioridade		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
8. Implementação de um sistema de alerta para situação de cheia rápida na Região OVT.	Administração Central	X	X	X	Execução não iniciada			

<p>9. Implementação de um sistema de localização em tempo real associado ao transporte rodoviário de matérias perigosas, de forma a permitir o conhecimento dos trajectos e horários de circulação dos respectivos veículos, assim como das substâncias transportadas.</p>	ANPC	X			Em execução	<p>Despacho n.º 12160/2012 de 7 de setembro, da Autoridade Nacional de Proteção Civil relativo aos relatórios de acidentes no transporte rodoviário e ferroviário de mercadorias perigosas, concretizando o tipo/ modelo de relatório de acidentes com transporte de matérias perigosas.</p> <p>No âmbito da participação das CS e das CA, a ANPC nos PMOT recomenda que sejam introduzidos nos regulamentos dos planos diretores municipais, algumas medidas restritivas de circulação de transporte terrestre e também de estacionamento fora dos parques destinados a tal fim.</p> <p>No âmbito da participação da ANPC nos processos de AIA, têm sido acauteladas algumas posições; o caso concreto do centro de valorização/tratamento dos resíduos hospitalares e industriais que prevê a instalação de uma Incineradora para os resíduos perigosos do grupo III e IV, nos quais são propostas recomendações relativas à garantia das acessibilidades.</p>		MAI/ ANPC
<p>10. Estabelecimento e implementação de um programa de promoção de uma cultura de risco, sustentada na informação, conhecimento e preparação da população, no que respeita aos riscos que afectam o território, com uma forte aposta na educação nos primeiros níveis de escolaridade.</p>	ANPC	X	X	X	Em execução	<p>Exercício Público "Terramoto 24.11" (2011) -Em parceria com a Associação de voluntariado de proteção civil REDE, foi um projeto de âmbito Nacional; Seminário Internacional "Despertar Consciências / Ativar Comportamentos" (2011) - em parceria com a EDP; Clube de Proteção Civil - Anual, em parceria com o Ministério da Educação, Governos Cívicos e SMPC; Sessões de sensibilização nas Universidades Sénior - Em parceria com a RUTIS; Livro Digital "Nós e os Riscos" (2011) - Edição da ANPC; Sessões de sensibilização nas Bibliotecas Públicas do país - DGLAB; Seminário "Proteção Civil: Cidadania e Governação" (2012) - Em parceria com a EDP; Revista PROCIV (Anual) - Publicação mensal da Revista; Coleção de Folhetos (Anual) - Publicação da ANPC; Participação na Campanha "Portugal sem Fogos Depende de todos" (Anual) - em parceria do MAI e do MAMAOT.</p>		MAI/ ANPC
<p>11. Revisão dos Planos de emergência municipais, articulando-os com os PMOT nas questões com relevância territorial.</p>	Municípios	X	X		Em execução	<p>Falta a cartografia de risco em todos, não se encontra nenhum aprovado.</p>		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

SISTEMA MOBILIDADE

DOMÍNIO: TRANSPORTES E MOBILIDADE

DESIGNAÇÃO DO PROJETO/AÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Realização de um Inquérito Geral à Mobilidade Regional	CIMLT				Execução não iniciada			Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	OesteCIM	X			Em execução	Em 2008, foi elaborado para a ex-AMO, o "Estudo de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Concelhos da associação de Municípios do Oeste", do qual constou um Diagnóstico Multimodal (para o qual contribuíram os inquéritos efetuados) que surgiu com base na análise dos fluxos e repartição modal dos movimentos pendulares no interior da Região Oeste e para o exterior, bem como da avaliação da rede viária e do transporte público, ao nível da oferta, procura e do serviço prestado.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
2. Elaboração de um Plano Regional de Mobilidade e Transportes para o território do OVT	CTTM / CIM	X			Execução não iniciada	Ponderar no âmbito da CTTM		CDDRLVT
3. Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana e Interurbana (deslocações), para aglomerados ou conjuntos de aglomerados com mais de 10.000 habitantes e 100 trabalhadores	Municípios				Em execução	Em 2003 foi elaborado o Estudo Integrado da Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Lezíria do Tejo, que permitiu conhecer com maior rigor a realidade da sub-região da Lezíria no que respeita à mobilidade e acessibilidades rodoviárias. Encontra-se a ser iniciada a elaboração dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária. Fontes de financiamento: QREN; Municípios	NA	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	CIMT					Estudo da Rede de Transportes e do Serviço de Transporte a Pedido (202.335€), inserido no projeto Melhoria da Mobilidade que prevê a implementação experimental de um serviço de transporte a pedido - custos em análise.	202.335,00 €	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
	Município de Ourém	X	X			Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria	Total 1.545.950€ Elegível 716.441,6€ Não reembolsável 250.754,55€	TdP - Programa de Intervenção do Turismo - Linha I
	OesteCIM					No âmbito do "Estudo de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Concelhos da associação de Municípios do Oeste" de 2008 da ex-AMO, o qual foi elaborado tendo presente as orientações do PROT-OVT e com os contributos do IMTT/REFER/RAVE e Operadores de Transportes Rodoviários do Oeste decorrentes das reuniões conjuntas, foi proposto a estrutura de um Conceito Multimodal para a mobilidade, acessibilidades e transportes na Região Oeste. Não decorreram Planos do referido Estudo.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização

4. Elaboração de Planos/Projectos de criação e ordenamento de Interfaces Rodo-Ferroviários e respectivas acessibilidades tendo em conta as barreiras físicas	Municípios				Execução não iniciada	No âmbito do "Estudo de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Concelhos da associação de Municípios do Oeste" de 2008 da ex-AMO, o qual foi elaborado tendo presente as orientações do PROT-OVT e com os contributos do IMTT/REFER/RAVE e Operadores de Transportes Rodoviários do Oeste decorrentes das reuniões conjuntas, foi proposto a estrutura de um Conceito Multimodal para a mobilidade, acessibilidades e transportes na Região Oeste. Não decorreram Planos do referido Estudo.	NA	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	OesteCIM	X	X					OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
5. Conclusão dos IC* em conformidade com o PRN, nomeadamente:	InIR/EP					* Os lanços do IC9 Nazaré-Atalaia (EN1) e Ourém-Batalha estão incluídos na Subconcessão Litoral Oeste, cujo concurso público foi recentemente lançado		
5.1. IC3 Almeirim-Vila N. Barquinha-Atalaia (IP6/A23)	InIR/EP	X			Execução não iniciada	No Anexo 7 apresenta-se cartografia com tratamento georreferenciado desta informação	N.A.	InIR/EP
5.2. IC3 Alcochete-A13	InIR/EP	X			Execução não iniciada			
5.3. IC11 Pêro Negro-Carregado (IC1/A8-IC2/A10)	InIR/EP	X			Execução não iniciada			
5.4. IC13 Coruche-A13	InIR/EP	X			Execução não iniciada			
5.5. IC2 Alenquer-Rio Maior (Carregado - Venda das Raparigas)	InIR/EP	X			Execução não iniciada			
5.6. IC2 Rio Maior-Batalha (Venda Raparigas-S. Jorge)	InIR/EP		X		Execução não iniciada			
5.7. IC9 Abrantes-Ponte Sôr (IP6/A23-IC13)	InIR/EP	X			Execução não iniciada			
5.8. IC10 Santarém (IP1/A1)-Santarém (IC10)	InIR/EP		X		Execução não iniciada			
5.9. IC11 Peniche-Torres Vedras (IP6-IC1/A8)	InIR/EP	X	X		Execução não iniciada			
5.10. IC3 Ferreira Zêzere-Alvaiázere	InIR/EP	X			Executado			
7. Elaboração e concretização de um Programa Regional de intervenções para diminuição sinistralidade elevada	Município do Entroncamento	X	X	X	Em execução	ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária	Total	MaisCentro - Regulamento: Mobilidade Territorial/ Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
							356.332,64€	
							Elegível	
322.700,85€								
Fundo	274.295,72€							
8. Concretização de um Programa de Conservação da Rede Rodoviária supra municipal	Concessionárias	X	X	X		O Programa deve incluir as estradas que no PRN são classificadas como Nacionais ou Regionais. Ponderar no âmbito da CTTM		
9. Construção da Variante da Linha do Norte a Santarém	REFER	X	X		Em execução	Projeto de execução e RECAPE concluídos e aprovados; foi solicitada reserva de canal em sede de PDM.	NA	REFER

10. Modernização da Linha do Oeste	REFER	X			Execução não iniciada	Foi submetido à aprovação da tutela o Dossier de Decisão do projeto de modernização da Linha do Oeste, em Abril de 2010. De acordo com as orientações do PET, apenas se perspectiva, no curto/médio prazo, investimento em sistemas de sinalização e telecomunicações nos troços Meleças/Caldas e Louriçal/Figueira da Foz e ramal de Alfarelos.	NA	REFER
11. Ligação da Linha do Oeste à Linha do Norte e à Linha de AV Lisboa-Porto: Corredor Transversal Caldas da Rainha-Rio Maior-Santarém	REFER	X	X		Execução não iniciada	Foram realizados estudos de mercado e estudos técnico-económicos, tendo-se concluído que o investimento não é rentável nem do ponto de vista financeiro nem do ponto de vista económico. Colocou-se à consideração da tutela a decisão de investimento, em Julho de 2010.	NA	REFER
12. Realização de um estudo de viabilidade da ligação da Linha do Norte (Cartaxo/Santarém) ao NAL	REFER	X			Executado	Foram realizados estudos de mercado e técnico-económicos, tendo-se concluído que o investimento não é rentável nem do ponto de vista financeiro nem do ponto de vista económico. Colocou-se à consideração da tutela a decisão de investimento, em Dezembro de 2009.	NA	REFER
13. Realização de um estudo de viabilidade da ligação da Linha do Oeste à Linha do Norte (Leiria-Tomar)	CCDRLVT; REFER	X			Execução não iniciada	A REFER não prevê a realização deste estudo de viabilidade.	NA	REFER
14. Realização de um estudo de viabilidade da ligação direta da Linha do Oeste a Lisboa	REFER	X			Executado	Foi concluído em Maio de 2009, um estudo preliminar do eixo pesado Malveira/Loures/Lisboa, concluindo-se que uma ligação ferroviária pesada não seria a solução mais adequada.	NA	REFER
15. Estudo e definição das acessibilidades ferroviárias ao NAL /CTA	REFER	X	X		Executado	Estudo Prévio das ligações ferroviárias realizado no âmbito do projeto AV.	NA	REFER

Anexo 4- Diretrizes de Planeamento e Gestão e Monitorização do PROT OVT

Quadro 8– Diretrizes de Planeamento e Gestão do PROT OVT, por Fator Crítico para a Decisão³³

Diretriz de Planeamento e Gestão		Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações	
Recursos Naturais e Culturais						
1	DPG ³⁴	Adotar uma estratégia de dinamização cultural mais vasta, que aborde outras valências culturais para além do património edificado (e.g. identidade rural, relação com o Rio Tejo, valorização da qualidade da paisagem em particular ligadas a elevado valor ecológico)	PE ³⁵ - ERPVA/CNB- Ação 2 e 4 PE - TLC ³⁶ Ação 2 e 9	Em execução	CM, CIM, ICNF, APA – ARH Tejo	
2	DPG	Assegurar a nível regional a implementação das medidas preconizadas no Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	Indicadores 46 e 47 <i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	APA, Concessionárias APA, CCDR	Aferir com o setor o reporte da implementação do PNUEA
3	DPG	Assegurar que a implantação de infraestruturas é compatibilizada com as áreas naturais sensíveis, ou de reconhecido valor paisagístico e patrimonial, com as áreas com forte presença humana, ou sujeitas a importantes compromissos urbanísticos,	<i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	

³³ Neste quadro não foi utilizado o novo acordo ortográfico, por se tratar de uma transcrição do conteúdo do RA do PROT OVT, aprovado em 2009

³⁴ DPG - Diretriz de planeamento e gestão

³⁵ PE – Programa de Execução

³⁶ TLC – Turismo, lazer e cultura

		minimizando a implantação de empreendimentos turísticos em áreas naturais importantes, nomeadamente nos ecossistemas ribeirinhos mais sensíveis	Indicador 1 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	INE	
4	DPG	Assegurar a consolidação das áreas urbanas, evitando o crescimento de novas expansões, otimizando o património construído e as edificações já existentes e não ocupadas, designadamente para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e de serviços	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicadores 54, 55 e 61		CCDR, CM, INE	
5	DPG	Assegurar a sustentabilidade cumulativa das práticas agrícolas e florestais intensivas da região, nomeadamente em relação à manutenção da integridade do solo, biodiversidade e uso eficiente da água de rega, assegurando as suas ligações sinérgicas com o turismo em espaço rural	Indicadores 51, 53 e 64	Em curso	DGADR	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
			Indicador 1 da lista de indicadores por FCD Quadro 10		INE	
6	DPG	Considerar os impactes ambientais decorrentes da consolidação e reforço da agricultura de regadio, nomeadamente em relação à disponibilidade a prazo dos recursos hídricos, estabelecendo um conjunto de boas-práticas agroambientais, incluindo a adoção de sistemas de gestão ambiental nas práticas agrícolas e florestais	Check list para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR, DGADR	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
			PE – Recursos Hídricos Ação 9 e 10	Em execução	APA – ARH Tejo	
7	DPG	Assegurar que se mantêm as vocações agrícolas e florestais na zona da Lezíria e que os municípios internalizam essas orientações nos seus instrumentos de gestão territorial	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
8	DPG	Promover a monitorização da ocupação edificada fragmentada ou em mancha contínua ao longo da costa	Indicador 42	Em curso	CCDR	Preocupação também presente na diretriz 20 e 130
			Check list para o acompanhamento dos PMOT		CCDR	
			PE – ERPVA – Ações 1 e 2	1 - Por executar 2 – Em execução	CCDR, CIM, CM	

9	DPG	Estabelecimento de diretrizes e de um regime de desenvolvimento territorial específico para a área de influência do NAL na zona do CTA, assegurando a não utilização dessas áreas para fins especulativos, residenciais ou comerciais, integrando as áreas de valor ecológico e sensibilidade paisagística na ZPE do Tejo e criando outros instrumentos de proteção ecológica	<i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas
10	NEIR ³⁷	Adoptar, por parte das entidades públicas, práticas exemplares de uso eficiente da água em todos os grandes empreendimentos de que sejam donos de obra, tanto na fase de construção como na de exploração, como sejam edifícios, parques, vias de comunicação e demais infra-estruturas	<i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR, APA	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
11	NEIR	Promover incentivos para a associação dos agentes económicos dos sectores agro-industriais e agro-pecuários (designadamente suiniculturas, unidades avícolas, matadouros e adegas cooperativas) a ações conducentes ao correspondente tratamento das águas residuais	PE – Recursos Hídricos – Ações 1, 2 e 3	Por executar	APA, Trevoeste, DGADR	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política (agricultura e tratamento de águas residuais)
12	NEIR	Adoptar princípios de integração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento e águas residuais “em alta” e “em baixa”	<i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR, APA	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política (abastecimento de água e saneamento)
13	NEIR	Promover a aplicação de águas residuais tratadas em usos compatíveis públicos (rega de espaços verdes, lavagens etc.) e privados (descargas em instalações sanitárias), em particular nos perímetros urbanos	PE – Recursos Hídricos – Ação 5 e 6	Por executar	CM, Concessionários	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
			Indicador 47	Em curso		

³⁷ NEIR – Norma específica de implementação relevante

14	NEIR	Proceder, no âmbito da concretização da ERPVA ao nível municipal, às adaptações de conteúdo e escala necessárias aos diferentes planos, ainda que se destinem sempre a concretizar os objectivos que o PROT identifica.	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
15	NEIR	Definir modelos de uso, classificação e ocupação do solo nos Corredores Ecológicos Estruturantes nos PMOT que decorram de estudos que identificam a função ecológica destes territórios como prioritária e estruturante, salvaguardando a função produtiva agrícola das baixas aluvionares baseada em princípios de sustentabilidade ambiental.	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR, Oeste CIM	
			PE – ERPVA – Ações 1 e 12	Por executar		
16	NEIR	Classificar, sempre que se justifique, as Áreas Nucleares Secundárias como Áreas Protegidas de âmbito regional ou local, de acordo com o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, e proceder à sua gestão de acordo com o seu estatuto de classificação	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	A Serra do Socorro e Archeira (Torres Vedras) foi classificada como Área Protegida Local (Edital n.º 64/2012, DR. 2.ª série - N.º 12 – 17/01/2012). Em todo o caso falta reporte sistemático das CM / CIM sobre esta matéria
			Indicador 43	Em curso	CM	
			PE – ERPVA – Ação 6	Em execução	CM, ICNF	
17	NEIR	Delimitar, à escala do Plano em causa, os Corredores Ecológicos Secundários de modo promover as ligações entre as diferentes áreas da ERPVA, inclusive na ligação entre a rede 1.ª e a 2.ª, e como garantia de conectividade ecológica entre os sistemas litoral, serrano e interior	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
18	NEIR	Garantir o ordenamento e a gestão dos corredores ecológicos associados à rede hidrográfica, pois exercem funções determinantes na gestão do sistema hídrico e são veículos fundamentais de ligações ecológicas através dos seus vales	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA / CNB – Ação 10	Em execução	APA- ARH Tejo	
			PE – ERPVA / CNB – Ação 11	Por executar	CM	
19	NEIR	Articular, no que se refere à Rede Complementar da ERPVA e	Check list para o	Em curso	CCDR	

		sempre que se revele pertinente, que as Câmaras Municipais que possuam áreas com Paisagens Notáveis, assumam objectivos comuns de manutenção do valor paisagístico e económico que lhes está associado. Poderão beneficiar preferencialmente dos apoios públicos neste domínio que estejam disponíveis no período de vigência do PROT, associados também à certificação ambiental, tal como previsto da Directriz nº 4 da ERPVA	acompanhamento dos PMOT			
			PE – ERPVA / CNB – Ação 4	Em execução	CM	
20	NEIR	Controlar a ocupação edificada fragmentada ou em mancha contínua ao longo da costa, e assegurar que a edificação em áreas especificamente identificadas para o efeito, devem obedecer a critérios de inserção paisagística e qualidade urbanística e ambiental	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Preocupação também presente na diretriz 8 e 130
			Indicador 42	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA – Ações 1 e 2	1 - Por executar 2 – Em execução	CCDR, CIM CM	
21	NEIR	Apoiar acções que conduzam ao aumento do conhecimento da estrutura ecológica marinha, em particular os que conduzam à caracterização e classificação de novas “reservas marinhas” ou “parques marinhos”, bem como da valorização das paisagens subaquáticas	Estudos / classificações	Em 2011, o arquipélago das Berlengas foi classificado como Reserva Mundial da Biosfera (UNESCO) em resultado de candidatura da CM de Peniche iniciada em 2009	CM	
22	NEIR	Delimitar as Paisagens Agrícolas de Elevado Interesse que incluem as áreas dominadas por explorações agrícolas ou agro-florestais onde existem valores naturais e paisagísticos relevantes, em particular os olivais extensivos dos terrenos calcários e as zonas de	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA – Ação 8	Por executar	MAMAOT	

		policultura em mosaico do Oeste				
23	NEIR	Delimitar as Paisagens Florestais de Elevado Interesse, zonas com valores naturais relevantes em áreas dominadas por florestas de produção, em particular os pinhais litorais de Alcobaça-Nazaré e algumas áreas florestais do Médio Tejo	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA – Ação 8	Por executar	MAMAOT	
24	NEIR	Identificar e regulamentar relativamente aos recursos históricos, culturais, paisagísticos e naturais para o turismo e lazer a protecção, a valorização e o uso de Percursos de Interesse Turístico, em função das suas características paisagísticas, agrícolas e rurais, pontos de observação ou de acesso a áreas históricas, arqueológicas ou a edifícios de interesse cultural e patrimonial	PE - TCL - Ações, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 12 e 13	Em execução	CM, CIM,	Aferir com as entidades reporte de informação adicional
			Indicador 2 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	Direção Geral do Património Cultural (DGPC)	
25	NEIR	Salvaguardar e Valorizar o Património Cultural como base para o desenvolvimento sustentável, através da criação de programas e projectos e de parcerias, acções de divulgação	Check list para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR, CM, DGPC	
			PE – TLC – Ação 13	Em execução	CM, CIM	
26	NEIR	Ponderar o interesse relativo dos valores sócio-culturais em presença e a salvaguardar no âmbito das decisões de localização de novas ocupações no quadro do planeamento e do licenciamento	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
27	NEIR	Garantir que os instrumentos de gestão territorial devem conter disposições referentes à definição de estratégias de planeamento e gestão com vista à salvaguarda e valorização dos Centros Históricos (restrições à circulação automóvel, critérios de intervenção no edificado mais rigorosas e do espaço público, reforçar a função residencial), criando-se condições adequadas para a implementação de estruturas/ entidades centradas na reabilitação urbana	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
28	NEIR	Dinamizar redes de afirmação patrimonial e cultural, que deverão privilegiar as áreas históricas de elevado valor patrimonial, de forma a reforçar a função residencial e de comércio e serviços dos centros tradicionais.	Check list para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR, CM	

Energia						
29	DPG	Considerar os impactes no consumo de energia primária e alterações climáticas no planeamento das novas infraestruturas e na gestão do aumento expectável de tráfego nas novas infraestruturas de internacionalização (nomeadamente plataformas logísticas e NAL)	Indicadores 45 e 64 Indicadores 5 e 6 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	DGEG INE	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
30	DPG	Assegurar que os novos empreendimentos turísticos incorporam as soluções tecnológicas e organizativas existentes mais eficientes do ponto de vista energético - ambiental, exigindo a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento turístico	Indicador 45 Indicadores 5 e 6 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	DGEG	
			Check list para o acompanhamento dos PMOT		CCDR	
31	DPG	Monitorizar, em articulação com a APA, as emissões de CO2e regionais por sector de atividade e por unidade de PIB	Indicadores 3 e 4 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	APA	Aferir com o setor o reporte de informação. Preocupação também presente na diretriz 151
32	NEIR	Constituir Agências Regionais de Energia com responsabilidades, partilhadas com os municípios, em matéria de planeamento e monitorização energético - ambiental ao nível de cada sub-região (Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo)	PE – Energia – Ações 1 e 3	Em execução	CIM	Preocupação também presente na diretriz 156
			PE – Energia – Ação 2	Por executar	CIM	
33	NEIR	Elaborar Planos de Acção para a Eficiência Energética em cada NUTS III promovendo as energias endógenas e microgeração	Planos de ação regionais	Por elaborar	CIM	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de
			Indicador 45	Em curso	DGEG	

						política
34	NEIR	Prosseguir com a implementação do Plano Nacional de Estratégia para a Energia (RCM n.º169/2005)	Indicadores 40 e 45 Indicadores 5 e 6 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	DGEG, APA	Publicada RCM n.º 29/2010 com novo Plano Nacional para a Eficiência Energética Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
35	NEIR	Prosseguir com a implementação e actualização periódica do Plano Nacional de Alterações Climáticas (RCM nº164/2006)	Indicadores 40 e 45 Indicadores 3 e 4 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	APA, DGEG	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
36	NEIR	Classificar o solo e regulamentar o desenvolvimento de projectos imobiliários, turísticos e empresariais com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT / reg. municipais	Em curso	CCDR	O conteúdo desta diretriz está repetido na diretriz 38
37	NEIR	Incentivar a adopção de medidas de eficiência energético-ambiental no parque edificado, com especial enfoque na reabilitação urbana e na habitação social	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT / reg. municipais	Em curso	CCDR	
38	NEIR	Incorporar nos cadernos de encargos dos concursos relativos a grandes projectos públicos, cláusulas que contribuam para a incorporação de soluções de produção local tecnologicamente “limpa” garantindo rácios mínimos indicativos de 30% de energia final produzida localmente (a partir de fontes renováveis ou de co-geração) Classificar o solo e regulamentar o desenvolvimento de projectos imobiliários, turísticos e empresariais com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental	Indicador 45	Em curso	DGEG	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
			<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT / reg. Municipais		CCDR	
Qualidade do Ambiente						
39	DPG	Aproveitar o potencial de reconversão de zonas de risco em áreas naturais e impedir a sua ocupação absoluta, em particular em zonas de leitos de cheia e com risco de inundação, adotando uma	Indicador 44	Em curso	CCDR	
			<i>Check list</i> para o acompanhamento dos	Em curso	CCDR	

		abordagem cautelar tendo em vista as recomendações do IPCC relativamente às vulnerabilidades territoriais e as medidas de adaptação necessárias para fazer face às alterações climáticas	PMOT			
40	DPG	Identificar as zonas de passivo ambiental da região, introduzindo medidas de requalificação dessas zonas, incluindo a desativação de atividades poluentes de baixo valor acrescentado ou a exigência de up-grade ambiental de atividades com elevado valor acrescentado	Identificação das zonas de passivo ambiental	Por executar	APA PO VT e PO Regional	Os Passivos Ambientais, estão abrangidos pelo Programa de Operacional de Valorização do Território (2007-2013) e pelos Programas Operacionais Regionais no âmbito do QREN. Aferir com o POVT e PO Regional o reporte de informação
			PE – ERPVA – Ação 7			
41	DPG	Considerar o risco de seca tendo em conta o agravamento expectável deste tipo de fenómenos extremos, desenvolvendo orientações estratégicas de minimização e adaptação das populações e atividades produtivas, nomeadamente ao nível do abastecimento de água	PE – ERPVA – Ação 9	Em execução	APA	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política (Planos de Gestão de Bacias e PNUEA)
			Check list para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	
42	DPG	Reforçar a escala de atuação intermunicipal ao nível da gestão dos resíduos, água e energia, fomentando a adoção pelos municípios de sistemas de gestão ambiental municipal e de processos de Agenda Local 21	PE – Energia- Ações 1, 2 e 3	1 e 3 - Em execução 2 – Por executar	CIM	Aferir com CIMLT acerca da Agência da Energia
			PE- RHAASARRSU ³⁸ - Ações 8, 11, 12 e 13	13 – Em execução	APA, Resioeste, Resitejo	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política (Ex: Agências da

³⁸ RHAASARRSU – Recursos hídricos, abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos

						Água)
43	DPG	Estabelecer orientações estratégicas para a definição de perímetros urbanos, nomeadamente em função da capacidade de carga das redes energéticas e de transportes, do saneamento e abastecimento de água, tratamento e valorização de RSU, e dos equipamentos de saúde e educação	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
44	DPG	Assegurar que o acolhimento de novas atividades económicas é suportado por sistemas de tratamento de efluentes e recolha e valorização de RSU capazes de assegurar a totalidade dos resíduos produzidos	Indicadores 7, 8 e 9 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	INE	
			<i>Check list</i> para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais		CCDR	
45	DPG	Definir condições e identificar áreas para a implantação de novas unidades sectoriais produtivas e para a deslocalização de unidades que estejam em conflito com outros sectores ou áreas de valorização paisagística	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
46	DPG	Promover a responsabilidade ambiental e social das iniciativas empresariais, assegurando a internalização dos custos ambientais, bem como a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento industrial	<i>Check list</i> para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CM, CCDR	Aferir com as CM o reporte de informação
47	DPG	Assegurar a viabilidade ambiental das novas infraestruturas de internacionalização, nomeadamente ao nível dos seus impactes ambientais cumulativos (e.g. eixos logísticos)	<i>Check list</i> para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR (DSA)	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas
48	DPG	Assegurar que os novos empreendimentos turísticos incorporam as soluções tecnológicas e organizativas existentes mais eficientes do ponto de vista energético - ambiental, exigindo a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Requisito a integrar na regulamentação de Áreas de Vocação Turística e Núcleos de

		turístico				Desenvolvimento Turístico,
49	DPG	Assegurar o apoio a iniciativas turísticas alternativas que assegurem investimentos significativos na qualidade do ambiente	Apoio / incentivos	Em curso	TdP, CM	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
50	DPG	Minimizar o risco de erosão nas atividades de produção de biomassa	<i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
51	DPG	Implementação de um conjunto de instrumentos que permitam a integração de considerações ambientais na gestão e planeamento da atividade da suinicultura ao nível das NUTIII, com vista a reduzir os impactes desta atividade em diversos meios (ar, água, solo e alterações climáticas), nomeadamente através da adoção de esquemas coletivos de recolha e tratamento de efluentes e instalação de biodigestores com aproveitamento energético nas explorações	PE- RHAASARRSU – Ação 3	Por executar	Trevoeste	
52	DPG	Monitorizar, e manter atualizados, as principais fontes de poluição da Região	Levantamento das principais fontes de poluição	Por executar	CCDR	Preocupação também presente na diretriz 147
53	DPG	Promover o desenvolvimento de sistemas de alerta contra cheias e monitorizar as ocorrências extremas	PE – Riscos e Proteção Civil – Ação 8	Por executar	APA	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política Preocupação também presente na diretriz 152
54	NEIR	Ordenar e valorizar as frentes ribeirinhas, promovendo um enquadramento paisagístico e funcional adequado aos valores ambientais e urbanos, e à centralidade e à identidade sócio-cultural destes territórios especiais	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT Indicador 39	Em curso	CCDR PO Regionais,	

					CM	
			PE – ERPVA – Ações 10 e 11	10 – Em execução 11 – Por executar	APA – ARH Tejo CM	
55	NEIR	Qualificar as áreas urbanas onde os processos de metropolização foram mais intensos e desqualificados, melhorando a qualidade ambiental e habitacional, e inovando na intervenção nos espaços públicos e na paisagem urbana	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT Indicador 54	Em curso	CCDR CCDR, CM	
56	NEIR	Garantir que a proposta de delimitação das AVT tem de ser fundamentada no estudo da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM. As AVT constituem perímetros que não afectam a classificação e qualificação do solo rural, visando garantir boas condições à localização e desenvolvimento de Resorts de turismo residencial, excluindo ocupações e usos incompatíveis, nomeadamente instalações pecuárias, explorações de inertes, depósitos de combustíveis, áreas industriais e logísticas, aterros sanitários, parques de sucata, indústrias isoladas ou outras ocupações que ponham em causa a qualidade ambiental ou paisagística da zona)	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
57	NEIR	Definir condições para a modernização e ampliação das unidades agro-pecuárias, designadamente para garantir o cumprimento de normas relativas à higiene, bem-estar animal e ambiente, nos termos da legislação aplicável (e.g. ENEAPAI)	<i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
58	NEIR	Sujeitar os solos susceptíveis de desertificação às normas resultantes da aplicação regional do Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação	<i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	A susceptibilidade à desertificação no OVT é praticamente inexistente
59	NEIR	Condicionar, nas áreas identificadas com potencialidades agrícolas e florestais, a ocupação e uso do solo através do reordenar e realocar dos usos do solo rural, cujo aproveitamento seja conflitual com o domínio hídrico, espaços de potencialidade e aptidão	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	

		agrícola ou zonas de risco (e.g. incêndio)				
60	NEIR	Condicionar, nas áreas identificadas com potencialidades agrícolas e florestais, a ocupação e uso do solo prevendo áreas para instalação e funcionamento de recolha e triagem de plásticos da agricultura, bem como, acautelar a implantação de unidades de requalificação de resíduos agro-rurais	<i>Check list para o acompanhamento dos PDM</i>	Em curso	CCDR	
61	NEIR	Condicionar, nas áreas identificadas com potencialidades agrícolas e florestais, a ocupação e uso do solo por via do incentivo ao alargamento da área sujeita a modos de produção de elevada sustentabilidade ambiental e à certificação de gestão sustentável, de forma a minimizar os impactos negativos significativos no meio envolvente	<i>Check list para o acompanhamento dos PDM</i>	Em curso	CCDR	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
			Indicadores 52 e 53		DGADR	
62	NEIR	Condicionar, no domínio das actividades de pecuária intensiva, transformação e distribuição agro-alimentar e florestal, a ocupação e uso do solo às seguintes directrizes: i) Definir condições e identificar áreas para a implantação de novas unidades sectoriais produtivas e para a deslocalização de unidades que estejam em conflito com outros sectores ii) Requalificar os territórios com elevada carga primária intensiva – suiniculturas, boviniculturas e explorações avícolas – sem tratamento colectivo de efluentes	<i>Check list para o acompanhamento dos PDM</i>	Em curso	CCDR	
63	NEIR	Promover a racionalização do uso do solo nas pequenas bacias hidrográficas, como forma de combate à erosão hídrica dos solos, aumento da capacidade de retenção da água e diminuição do perigo de cheia	<i>Check list para o acompanhamento dos PDM</i>	Em curso	CCDR	
64	NEIR	Interditar, nas áreas inundáveis por cheias rápidas e progressivas, a instalação de novos equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, de reclusão e de gestão de emergência e de socorro, bem como de novos estabelecimentos industriais perigosos que estejam obrigados por lei ao dever de notificação e à apresentação de um Relatório de Segurança	<i>Check list para o acompanhamento dos PDM</i>	Em curso	CCDR	
			Indicador 44			
65	NEIR	Interditar, nas áreas inundáveis por tsunamis e por ruptura de	<i>Check list para o</i>	Em curso	CCDR	

		barragens, a instalação de novos equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, de reclusão e de gestão de emergência e de socorro, bem como de novos estabelecimentos industriais perigosos que estejam obrigados por lei ao dever de notificação e à apresentação de um Relatório de Segurança, excepto quando se demonstre, através de estudo específico, a inexistência de soluções alternativas	acompanhamento dos PDM			
			Indicador 44			
66	NEIR	Avaliar as situações de ocupação da zona costeira desconformes com a legislação aplicável, bem como as associadas ao risco decorrente de situações de erosão costeira e avanço do mar, repondo a respectiva legalidade, e definir uma faixa litoral de protecção livre de construções fixas	PE – Riscos e Protecção Civil – Ação 4	Em execução	DGT	Aferir com o setor o reporte de informação
			Check list para os PDM Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
67	NEIR	Implementar nas zonas costeiras e em zonas de risco de cheias e inundações, programas específicos de análise, concepção, realocação e construção de equipamentos e infra-estruturas, sempre que as condições de segurança relacionadas com a erosão litoral ou os impactos continuados nas construções situadas nas zonas de risco de inundação e cheias, justifiquem a demolição das actuais	Indicador 44	Em curso	CCDR, CM	
			PE – Riscos e Protecção Civil – Ações 6 e 7	Em execução	CM	
68	NEIR	Promover a gestão dos leitos de cheia nas áreas urbanas consolidadas ou em consolidação, como espaços abertos vocacionados para actividades de recreio e lazer, importantes para a qualidade de vida das populações, podendo incluir eventuais estruturas ligeiras de apoio	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
69	NEIR	Promover a gestão dos leitos de cheia fora dos aglomerados urbanos, como espaços vocacionados para a actividade agrícola e como corredores ecológico	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
70	NEIR	Incorporar os PMDFCI nos PMOT, respeitando as intervenções e restrições previstas nos PROF, e regulamentar os usos compatíveis nas áreas classificadas com risco de incêndio elevado ou muito elevado, nomeadamente a interdição da edificação	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
71	NEIR	Estabelecer corredores preferenciais destinados à circulação	PE – Riscos e Protecção Civil	Por executar	ANPC	ANPC nos pareceres que

		rodoviária de matérias perigosas e restringir o atravessamento de zonas urbanas ou de grande valor ambiental por veículos de transporte de substâncias perigosas, sempre que exista uma via alternativa	– Ação 9 <i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas setoriais	Em curso	CCDR	emite no âmbito de CA e conferências de serviços de PMOT e AIA tem referido estas preocupações
72	NEIR	Implementar uma cultura de risco, sustentada na informação, conhecimento e preparação da população, no que respeita aos riscos que afectam o território, com uma forte aposta na educação nos primeiros níveis de escolaridade.	PE – Riscos e Proteção Civil – Ação 10	Em execução	ANPC	
Potencial Humano						
73	DPG	Promover o aumento da diversificação económica nos centros urbanos eventualmente dependentes das atividades de logística para evitar grandes polarizações em matéria de emprego local	Indicador 36	Em curso	INE	
74	DPG	Promover a integração socioprofissional das comunidades locais na implantação de novas atividades económicas	-	-	-	Aferir com as CM o reporte de informação
75	DPG	Assegurar o desenvolvimento de programas de formação especificamente dirigidos para os ativos humanos do sector do turismo regional	Consultar as Escolas de Hotelaria e Turismo do Oeste e Santarém	Por executar	CCDR	
76	DPG	Promover a articulação entre as iniciativas turísticas e as identidades locais, através do envolvimento das comunidades nos projetos turísticos	-	-	--	Aferir reporte de informação com as Entidades Regionais de Turismo
77	DPG	Definição de uma estratégia de qualificação dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades sub-regionais, nomeadamente em termos de formação e aprendizagem ao longo da vida	PE – Sistema Urbano – Educação – Ação 2.4	Sem informação	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
78	DPG	Assegurar que a oferta de equipamentos de educação tem capacidade de acolhimento suficiente em função da procura no longo prazo, e apoiar estrategicamente as iniciativas de	Indicador 11 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	Gabinete de Estatística e Planeamento da	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de

		sensibilização e integração escolares, de modo a combater as carências existentes ao nível da qualificação básica das populações residentes	<i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais		Educação	política
79	DPG	Monitorizar a integração das orientações estratégicas regionais nas políticas, planos e programas municipais	-	-	-	Repetida em todos os FCD. Poderá ser eliminada e manter-se apenas nas diretrizes de monitorização.
80	NEIR	Dimensionar e organizar geograficamente a oferta de cuidados de saúde primários e diferenciados atendendo à dimensão e distribuição da população presente	PE – Sistema Urbano – Saúde – Ações 3.2 e 3.3	Em execução	Min Saúde, CM	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
81	NEIR	Garantir, por via dos centros de saúde, unidades de saúde familiar, serviços de saúde ao domicílio, unidades móveis de saúde, e multiserviço de proximidade uma oferta de serviço de qualidade, assente num modelo de equidade territorial, no âmbito dos cuidados de saúde primários	PE – Sistema Urbano – Saúde – Ação 3.4	Em execução	Min Saúde	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
82	NEIR	Equacionar, em termos de cuidados de saúde primários, uma capitação ajustada às características da população, e tendo em consideração a mobilidade existente	PE – Sistema Urbano – Saúde – Ações 3.2 a 3.5	Em execução	Min Saúde	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
83	NEIR	Privilegiar (ao nível local) a integração do pré-escolar e do 1.º ciclo em Centros Educativos, fomentando, sempre que possível uma localização de proximidade às escolas do 2.º e 3.º ciclos	PE – Sistema Urbano – Educação – Ação 2.1	Em execução	CM	
84	NEIR	Organizar uma rede de Escolas Básicas Integradas, ao nível local, privilegiando a concentração dos equipamentos escolares, para que a educação pré-escolar, os 1º, 2º e 3º ciclos funcionem de uma forma articulada, e com coerência pedagógica	PE – Sistema Urbano – Educação – Ação 2.1	Em execução	CM	
85	NEIR	Estimular, através de políticas públicas, a articulação dos institutos politécnicos com o tecido empresarial, criando novas perspectivas e oportunidades no âmbito do conhecimento e da inovação de forma	Consultar o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e	Por executar	Conselho Coordenador dos Institutos	Aferir com o setor o reporte de informação

		a contribuir de forma efectiva para o desenvolvimento sustentável da região	Ass. Empresariais da Região		Superiores Politécnicos e Ass. Empresariais da Região	
86	NEIR	Elaborar, avaliar e monitorizar Planos de Desenvolvimento Social de nível regional e/ou sub-regional (NUTS III), atendendo às prioridades definidas nas políticas nacionais de combate à pobreza, correcção das desvantagens de educação e formação, e integração de deficientes e imigrantes	PE – Sistema Urbano – Segurança Social – Ação 4.1	Sem informação.	MSSS	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
87	NEIR	Articular as necessidades de oferta multi-serviços de saúde, educação, formação profissional, e apoio social e promover acções que visem a melhoria da qualidade de vida das populações mais carenciadas (conforto habitacional, sociabilidade nos espaços internet, etc.)	PE – Sistema Urbano – Outros serviços e equipamentos – Ação 5.1	Sem informação.	MSSS	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
			Indicador 10 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	INE	
88	NEIR	Relativamente aos pólos de localização empresarial, definir critérios de selecção e valoração das candidaturas com base nos seguintes aspectos: i) Viabilidade e sustentabilidade económica, ambiental e territorial do projecto, incluindo a eco-eficiência e a certificação ambiental ii) Condições de acessibilidade que fomentem a utilização do transporte colectivo iii) Integração da componente de inovação e conhecimento nomeadamente rentabilizando a rede e as infra-estruturas do Sistema Científico e Tecnológico e as Unidades de Investigação & Desenvolvimento já existentes	<i>Check list</i> para o acompanhamento das candidaturas	Em curso	PO Regionais	Aferir com os PO Regionais o reporte de informação
89	NEIR	Prever mecanismos que desincentivem a localização das unidades empresariais de forma dispersa, valorizando a sua localização na Rede de Pólos Empresariais, nomeadamente através da introdução de mecanismos de majoração nos sistemas de incentivos definidos para apoio às empresas	PE – Competitividade Económica – Ação 4	Em execução	CM	
			<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
90	NEIR	Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da	PE – Competitividade	Em execução	CM, Ass.	

		iniciativa empresarial que qualifique e promova a inovação e internacionalização da economia da região	Económica – Ação 5		Empresariais	
91	NEIR	Elaborar e implementar programas de reordenamento e dinamização da actividade empresarial para território ou sectores que apresentem problemas específicos	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
92	NEIR	Identificar as áreas urbanas consolidadas, caracterizadas pela maior densidade comercial, funções urbanas centrais, maior confluência de rede de transportes públicos e onde a localização de novas formas de comércio pode ser um factor de consolidação e de qualificação das centralidades existentes	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
93	NEIR	Desenvolver acções de promoção e formação nas TIC, com vista a combater a info-exclusão, particularmente nas zonas mais desfavorecidas e junto das camadas mais vulneráveis	PE – TIC – Ação 9	Em execução	CIM	
			Indicador 29	Em curso	INE	
Acessibilidade e Mobilidade						
94	DPG	Assegurar a viabilidade ambiental das novas infraestruturas de internacionalização, nomeadamente ao nível dos seus impactes ambientais cumulativos (e.g. eixos logísticos)	<i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	
95	DPG	Considerar os impactes no consumo de energia primária e alterações climáticas no planeamento das novas infraestruturas e na gestão do aumento expectável de tráfego nas novas infraestruturas de internacionalização (nomeadamente plataformas logísticas e NAL)	Indicadores 40 e 45 Indicadores 5 e 6 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	DGEG	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de

						política. Propõe-se reunião da CTTM ³⁹
96	DPG	Otimizar a capacidade de resposta da rede viária em função do aumento expectável de tráfego decorrente da implantação de novas infraestruturas de internacionalização, nomeadamente nas zonas de acesso ao NAL	-	-	-	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas. Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política. Propõe-se reunião da CTTM
97	DPG	Estudo da viabilidade de reorganização e/ou criação de redes de transporte público coletivo, valorizando a intermodalidade, através do estabelecimento de canais institucionais próprios que assegurem atempadamente a coordenação de horários entre os serviços rodoviários e ferroviários, e os modos de transporte suaves, com elevados níveis de qualidade e facilidade de acesso	Check list para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	Esta diretriz deve ser agregada às 102, 103 e 104
98	DPG	Assegurar a segurança rodoviária das vias de acesso às infraestruturas logísticas de modo a dar resposta ao aumento expectável do tráfego rodoviário de pesados associado à expansão do sector logístico	PE . Sistema de Transportes e Mobilidade – Ações 7 e 8	Em execução	ESER ⁴⁰ , INIR	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre

³⁹ CTTM – Comissão Temática de Transportes e Mobilidade

⁴⁰ ESER – Escola de Segurança e Educação Rodoviária

						grandes infraestruturas Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política. Propõe-se reunião da CTTM
99	DPG	Monitorizar a integração das orientações estratégicas regionais nas políticas, planos e programas municipais	-	-	-	Repetida em todos os FCD. Poderá ser eliminada e manter-se apenas nas diretrizes de monitorização.
100	NEIR	Promover a dinamização do transporte ferroviário e estimular a optimização do sistema de operadores rodoviários, numa lógica de fomento à mobilidade económica-ecológica do cidadão, bem como do transporte de mercadorias de apoio às actividades logísticas e industriais	Check list para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	
			Indicador 12 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	INE	
101	NEIR	Promover através de sistemas de incentivos, a mobilidade sustentável e a valorização da utilização dos transportes públicos	Indicadores 34, 40 e 56	Em curso	INE. DGEG	Aferir com o setor o reporte de informação
			Indicador 12 da lista de indicadores por FCD Quadro 10			
102	NEIR	Elaborar à escala regional um inquérito Geral à Mobilidade Regional	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade – Ação 1	OesteCIM – Em execução CIMLT e CIMT – Por executar	CIM	Propõe-se reunião da CTTM
103	NEIR	Elaborar Planos de Acessibilidades e Mobilidade à escala sub-regional	Consultar as CIM e reunir CTTM	Por executar	CIM, CTTM	Propõe-se reunião da CTTM
104	NEIR	Elaborar um Plano Regional de Transportes	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade – Ação 2	Por executar	CIM, CTTM	Propõe-se reunião da CTTM
105	NEIR	Criar um quadro de incentivos que promova:	Indicadores 12 e 13 da lista	Em curso	INE	Propõe-se consultar o

		<p>i) Melhoria/ criação de transportes públicos em zonas de baixa procura</p> <p>ii) Soluções/ modos de transporte/ cadeias de deslocações energeticamente mais eficientes</p> <p>iii) Incentivos à renovação de frotas, adoptando veículos ambientalmente sustentáveis</p>	de indicadores por FCD Quadro 10			IMT e reunir da CTTM
			Indicadores 34, 35, 40 e 456	Em curso	INE. DGEG, CM	Aferir com as CM o reporte de informação para o indicador 25
106	NEIR	<p>A administração local deve enquadrar nos PMOT as seguintes orientações:</p> <p>Ao nível do PDM:</p> <p>i) Delimitação das áreas de influência das interfaces promovendo a intermodalidade e interoperabilidade</p> <p>ii) Definir os critérios para a localização de parques empresariais e plataformas logísticas, tendo em consideração os mais adequados níveis de acessibilidade, dando preferência ao modo ferroviário</p> <p>Ao nível dos Planos de Urbanização:</p> <p>i) Níveis adequados de serviço em transporte público</p> <p>ii) Adequação de acessibilidades/ infra-estruturas, espaços canais de acesso rodoviário e acolhimento de transporte público</p>	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
107	NEIR	As câmaras municipais, no âmbito dos PMOT e dos Regulamentos Municipais, exigem para a actividade e localização de instituições e empresas com mais de 100 trabalhadores à elaboração e aplicação de Planos de Deslocações de Empresas	Check list para o acompanhamento dos PMOT e reg. municipais	Em curso	CCDR	
108	NEIR	A NAER, S. A., em parceria com o INIR, I. P., a EP, a RAVE, a CP e a REFER, definem as acessibilidades rodo - ferroviárias ao Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete e compatibilizam os restantes modos, numa lógica de fiabilidade, complementaridade modal e de eficiência energética das cadeias de deslocações	Consultar entidades e reunir CTTM	Por executar	CTTM	A redefinir em função da reunião da CTTM
109	NEIR	<p>A Administração Central estuda e avalia:</p> <p>i) Potenciais corredores e a viabilidade de estabelecimento de ligação transversal entre as Linhas do Oeste e do Norte, tendo por referência as alternativas posicionais indicadas no esquema do</p>	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade-Ações 11 e 13	Por executar	REFER	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política

		<p>modelo</p> <p>ii) O traçado de uma ligação da Linha do Norte, na zona do Cartaxo/ Setil/ Santarém, que sirva directamente o Novo Aeroporto de Lisboa e viabiliza a sua concretização</p> <p>iii) Alternativas da conexão da Linha do Oeste a partir da zona de Torres Vedras, directa a Lisboa, independente da Linha de Sintra</p>	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade- Ações 12 e 14	Em execução	REFER	
Desenvolvimento Rural / Relação Urbano-Rural						
110	DPG	Contrariar a aplicação em solo rural dos modelos de expansão urbanística tradicionais, assegurando a redução da pressão urbanística em zonas eminentemente rurais	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 63 Indicadores 14, 15 e 16 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	CM CCDR (Corine)	
111	DPG	Evitar a construção de tipologias plurifamiliares aglomerados rurais, de modo a manter o carácter distintivo destes aglomerados relativamente a vilas e cidades	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicadores 14, 15 e 16 da lista de indicadores por FCD Quadro 10		INE	
112	DPG	Estabelecer orientações estratégicas para a definição de perímetros urbanos, nomeadamente em função da capacidade de carga das redes energéticas e de transportes, do saneamento e abastecimento de água, tratamento e valorização de RSU, e dos equipamentos de saúde e educação	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
113	DPG	Considerar o potencial de reconversão de espaços urbanos desqualificados para solo rural	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 61 Indicador 15 da lista de	Em curso	CM	

			indicadores por FCD Quadro 10		CCDR (Corine)	
114	DPG	Assegurar a sustentabilidade cumulativa do desenvolvimento turístico, nomeadamente em relação à capacidade de carga turística da região, tendo em conta o fator de sazonalidade, com incidência particular no litoral	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 17 da lista de indicadores por FCD Quadro 10		INE	
115	DPG	Evitar a proliferação de iniciativas turísticas em meio rural sem garantia de viabilidade económica e ambiental, nomeadamente através de uma oferta diferenciada e complementar, enquadrada paisagisticamente com o meio rural envolvente, e do estabelecimento de relações económicas e sociais com as comunidades locais, com vista ao aproveitamento das suas especificidades próprias	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	Preocupação também presente na diretriz 116 e 149
			Indicador 14 da lista de indicadores por FCD Quadro 10		INE	
116	DPG	Promover a monitorização da proliferação de iniciativas turísticas em meio rural sem garantia de viabilidade económica, ambiental e de enquadramento paisagístico com o meio rural envolvente	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	Preocupação também presente na diretriz 115 e 149
			Indicador 30			
117	DPG	Monitorizar a integração das orientações estratégicas regionais nas políticas, planos e programas municipais	-	-	-	Repetida em todos os FCD. Poderá ser eliminada e manter-se apenas nas diretrizes de monitorização.
118	NEIR	Os Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) devem desenvolver-se com base em Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
119	NEIR	No âmbito dos PU ou PP referidos no ponto anterior, a área afectada aos NDT deve ter a qualificação de Espaço de Ocupação Turística (EOT) não sendo permitido a reclassificação do solo rural em urbano	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	

120	NEIR	Ao nível dos Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer (NDE -TL) devem-se definir as regras e parâmetros para a sua localização tendo em especial atenção a adequação das suas actividades aos espaços em que se integram, nomeadamente no respeitante a condições ambientais, de acessibilidade, e de relação com o povoamento e com a rede urbana e com os recursos endógenos	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
121	NEIR	Ao nível dos Núcleos de Turismo e Lazer (NTL) devem-se identificar as áreas a sujeitar a requalificação urbana, com especial incidência na melhoria dos espaços públicos, dos equipamentos e serviços, e na valorização do património edificado e dos centros antigos	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
122	NEIR	As áreas identificadas com potencialidades agrícolas e florestais, condicionar a ocupação e uso do solo à preservação e promoção do uso agrícola nos solos de maior capacidade produtiva, nomeadamente, onde se efectuaram ou se prevê efectuar investimentos significativos, públicos ou privados, ou onde se desenvolvam os sistemas culturais integrados em fileiras estratégicas regionais e/ou de qualidade (frutícolas, hortícolas, culturas industriais, vinha, olival) e os integrados na RAN e em aproveitamentos hidroagrícolas colectivos	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
123	NEIR	Promover o desenvolvimento sustentável em espaço rural contrariando a fragmentação das unidades culturais e as estruturas ou áreas de elevado interesse agrícola e paisagístico	Check list para o acompanhamento de PMOT, planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	
124	NEIR	No âmbito dos espaços florestais com funções de produção, silvopastorícia, caça e pesca promover sistemas de incentivos de forma a: i) Diminuir progressivamente a extensão territorial abrangida por povoamentos puros de espécies de rápido crescimento e sujeitos a silvicultura intensiva, alocando-os preferencialmente em zonas com maior produtividade ii) Aumentar a área sujeita a gestão florestal sustentável	Check list para o acompanhamento de PMOT, planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	

125	NEIR	No âmbito dos espaços florestais com funções de protecção e de conservação deve promover sistemas de incentivos de forma a fomentar as galerias ripícolas, com acções de manutenção e consolidação vocacionadas para a conservação dos recursos hidrológicos e de habitats específicos classificados, onde a exploração florestal estará subordinada aos princípios da conservação e protecção	Check list para o acompanhamento de PMOT, planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	
126	NEIR	As Câmaras Municipais, no âmbito dos PMOT e dos Regulamentos Municipais/processo de licenciamento, em áreas florestais com função de recreio e enquadramento paisagístico são responsáveis por: i) Diversificar e naturalizar a paisagem nas áreas sujeitas a empreendimentos turísticos relevantes, nomeadamente no que respeita aos povoamentos florestais monoespecíficos ii) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspectos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais	Check list para o acompanhamento de PMOT, planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	
Fragmentação Territorial						
127	DPG	Estabelecer normas que acautelem o agravamento da dispersão do edificado, derivada da instalação de resorts integrados em meio rural	Check list para o acompanhamento de PDM Indicadores 14, 15, 16 e 17 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	CCDR INE / CCDR	
128	DPG	Consideração dos efeitos da implantação de novas infraestruturas de internacionalização no sistema urbano existente e futuro, nomeadamente ao nível das estratégias de polinucleação e contenção da dispersão urbana	Check list para o acompanhamento de PDM	Em curso	CCDR	
129	DPG	Monitorizar a integração das orientações estratégicas regionais nas políticas, planos e programas municipais	-	-	-	Repetida em todos os FCD. Poderá ser eliminada e manter-se

						apenas nas diretrizes de monitorização.
130	DPG	Promover a monitorização da ocupação edificada fragmentada ou em mancha contínua ao longo da costa	Indicador 42 e Indicador 15 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA – Ações 1 e 2	1 – Por executar 2- Em execução	CIM, CCDR, CM	Preocupação também presente na diretriz 8 e 20
			Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
131	NEIR	Reforçar os subsistemas urbanos do Sorraia-Tejo, Benavente/Salvaterra de Magos/Coruche, de forma a responder às dinâmicas e novas exigências geradas pela atractividade do NAL em articulação com AML	Check list para o acompanhamento de planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas
			Indicador 16 da lista de indicadores por FCD Quadro 10		INE	
132	NEIR	Promover a sustentabilidade e a qualidade do crescimento urbano no Eixo de Conectividade com a AML, Torres Vedras / Alenquer / Benavente	Check list para o acompanhamento de planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	
			Indicador 16 da lista de indicadores por FCD Quadro 10		INE	
133	NEIR	Desenvolver uma política de ordenamento urbano que inove e aposte: na mobilidade urbana sustentável; na eficiência energética e na promoção de energias renováveis; nas tecnologias da informação e comunicação como instrumento para a promoção de cidades inteligentes e para a sua governação	Check list para o acompanhamento de planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	
134	NEIR	Investir no perfil estratégico desta área enquanto factor de inserção	-	-	-	Diretriz demasiado vaga.

		internacional da Região de Polarização Metropolitana de Lisboa, com tradução em acções/projectos ambiciosos de qualificação das infra-estruturas, equipamentos, serviços, espaço público e ambiente				Propõe-se que seja eliminada do programa de seguimento da AAE
135	NEIR	Definir, ao nível dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT), critérios de localização, nomeadamente de afastamentos mínimos entre eles, possibilidades de expansão de conjuntos turísticos existentes e afastamentos mínimos a usos existentes	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	Requisito a integrar na regulamentação de Áreas de Vocação Turística e Núcleos de Desenvolvimento Turístico
136	NEIR	Privilegiar, em relação às outras tipologias de turismo em solo rural, a implementação do TER, TN, TH e Hi em edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico nomeadamente, quintas tradicionais, edifícios de interesse municipal e aldeias cujas características rurais são preservadas	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicadores 30 e 55	Em curso	INE	
137	NEIR	Propor a criação de novas áreas urbanas ou expansão das existentes, obedecendo aos seguintes requisitos: - Demonstração da necessidade, considerando-se: i) Disponibilidade de áreas para reconversão e reabilitação de áreas urbanas existentes com usos urbanos obsoletos ou degradadas e possibilidade de preenchimento de vazios urbanos ii) Dimensionamento dos espaços de urbanização programada em função das necessidades demonstradas e da seguinte forma: iii) Admitir a expansão dos perímetros urbanos existentes apenas nos casos em que o somatório das áreas urbanas consolidadas e comprometidas atinjam os 70% (não contabilizando as áreas da estrutura ecológica urbana). iv) Condicionar a dimensão das áreas de expansão ao limiar máximo de 30% das áreas consolidadas e comprometidas, contabilizando o somatório das áreas urbanas ainda livres do perímetro urbano existente e as novas áreas de expansão.	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicadores 61 e 62	Em curso	CM	
138	NEIR	Considerar o princípio da reversão do solo urbano em solo rural,	<i>Check list</i> para o	Em curso	CCDR	

		nas seguintes situações: i) Reconfiguração de perímetros urbanos ii) Quando se verifique a sua dimensão excessiva face ao estabelecido nas normas anteriores iii) Quando se verifique que as áreas delimitadas como perímetro urbano não reúnam as condições para integrar solo urbano, podendo vir a integrar a aglomerados rurais ou áreas afectas a outras tipologias de povoamento em solo rural	acompanhamento dos PMOT			
			Indicadores 61 e 62	Em curso	CM	
139	NEIR	Não afectação de áreas de valores e recursos naturais fundamentais e de áreas de risco, salvo situações excepcionais, quando demonstrada a necessidade e inexistência de alternativas de localização e comprovada a salvaguarda de pessoas e bens	<i>Check list</i> para o acompanhamento de Planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	
			Indicador 44	Em curso	CM, CCDR	
140	NEIR	Qualificar o solo rural de acordo com os critérios constantes do quadro em anexo II ao PROT OVT e tendo em consideração as seguintes directrizes: i) Proibir a edificação dispersa, concentrando esse tipo de procura em espaços urbanos de baixa densidade, aglomerados rurais e outras tipologias específicas de povoamento em solo rural e orientando-a simultaneamente para a reabilitação do património edificado já existente ii) Condicionar a nova edificação isolada para fins habitacionais dos agricultores ou construções de suporte a actividades económicas valorizadoras do espaço rural a critérios de protecção dos recursos naturais e ambientais e dos valores paisagísticos, bem como a uma área mínima do prédio a definir em função de critérios de contenção da fragmentação da propriedade, tendo por referência a área média dos prédios de cada unidade espacial, e aos requisitos definidos na Directriz 1.2 das Normas Específicas de Ordenamento do Território, relativas à Qualificação do Solo Rural iii) Admitir as edificações enquadradas nas tipologias legais do Turismo em Espaço Rural (TER), Turismo de Habitação e Turismo da	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT		CCDR	
			Indicadores 57, 58, 59, 60 e 63	Em curso	CCDR, INE, CM	

		<p>Natureza, bem como hotéis isolados de categoria não inferior a 3 estrelas, desde que contribuam para a valorização económica e ambiental, que garantam a qualidade arquitectónica e a correcta inserção territorial e paisagística da área respectiva e que estejam associados a temáticas tais como turismo de saúde, de desporto, cinegético, da natureza, turismo social, educativo e cultural, entre outras</p> <p>iv) Identificar as edificações existentes em espaço rural não licenciadas onde funcionam actividades económicas industriais e agro-pecuárias e ponderar mecanismos que permitam a sua realocação ou legalização tendo por base a viabilidade económica e importância para a economia local, a adequabilidade da sua localização e os serviços em infra-estruturas e acessos</p>	Indicador 16 da lista de indicadores por FCD Quadro 10		INE	
141	NEIR	<p>Identificar as áreas fundamentais a integrar na estrutura ecológica municipal e urbana de acordo com os critérios que em seguida se identificam:</p> <p>i) Transposição da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental para a escala municipal nos termos do definido nas normas específicas do sector</p> <p>ii) Integração de áreas que assegurem bens e serviços ambientais necessários ao desenvolvimento das actividades humanas, bem como os recursos fundamentais de solo e água e as áreas de risco natural</p> <p>iii) Identificação das estruturas ecológicas urbanas integrando um conjunto de áreas verdes diversificadas e conectadas, aproveitando as linhas de drenagem natural, outras áreas com valor natural e cultural e as áreas de protecção a infra-estruturas e utilizações conflituosas com a fruição urbana</p>	<p><i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT</p> <p>Indicador 41</p>	Em curso	CCDR CCDR, CM	
142	NEIR	Destacam-se como especialmente importantes a implementação das normas propostas pelo PROT OVT aplicáveis às SubUnidades	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos	Em curso	CCDR	Estas normas devem ser ponderadas e

		14b (Charneca Ribatejana Sul) e 15b (Eixo Ribeirinho Benavente) tendo em conta a localização do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, Assim, devem a Administração Central e as Câmaras Municipais	PMOT			interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas
143	NEIR	i) Promover a elaboração de um estudo de estratégico, programático e de ordenamento, em articulação com a Área Metropolitana de Lisboa, para a área do Novo Aeroporto de Lisboa e áreas de influência directa que prospective as dinâmicas de crescimento em matéria de actividades e população	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Idem
144	NEIR	ii) Acolher as dinâmicas do Novo Aeroporto de Lisboa, promovendo a concentração de actividades e de crescimento residencial, apoiado nas centralidades formadas pelo Eixo Urbano Benavente - Samora Correia/ Salvaterra de Magos e Coruche e reforçando a protecção total das áreas de interesse agrícola e de conservação da natureza e biodiversidade	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Idem
145	NEIR	iii) Desenvolver e adoptar soluções técnicas na construção do Novo Aeroporto de Lisboa, que considerem a funcionalidade ecológica das linhas de água envolventes e a compatibilização de usos com a qualidade e produtividade do aquífero da Margem Esquerda do Tejo	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Idem
146	NEIR	iv) Articular a nova infra-estrutura aeroportuária com a rede de acessibilidades nacional e regional em todas as suas valências, considerando as novas realidades de logística	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Idem

Quadro 9– Diretrizes de Monitorização⁴¹

Diretrizes de Monitorização			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
147	DPG	Monitorizar, e manter atualizados, as principais fontes de poluição da Região	Levantamento das principais fontes de poluição	Por executar	CCDR	Preocupação também presente na diretriz 52
148	DPG	Promover a monitorização da ocupação edificada fragmentada ou em mancha contínua ao longo da costa	Indicador 42 e Indicador 15 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	CCDR	Preocupação também presente na diretriz 8, 20 e 130
			Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA – Ações 1 e 2	1 - Por executar 2 – Em execução	CCDR, CIM, CM	
149	DPG	Promover a monitorização da proliferação de iniciativas turísticas em meio rural sem garantia de viabilidade económica, ambiental e de enquadramento paisagístico com o meio rural envolvente	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	Preocupação também presente na diretriz 115 e 116
			Indicador 30		INE	
			Indicadores 14, 15, 16 e 17 da lista de indicadores por FCD Quadro 10			
150	DPG	Monitorizar a integração das orientações estratégicas regionais nas políticas, planos e programas municipais	Check list para o acompanhamento de PMOT, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	Preocupação presente em todos os FCD

^{41 41} Neste quadro não foi utilizado o novo acordo ortográfico, por se tratar de uma transcrição do conteúdo do RA do PROT OVT, aprovado em 2009

151	DPG	Monitorizar, em articulação com a APA, as emissões de CO2e regionais por sector de atividade e por unidade de PIB	Indicadores 3 e 4 da lista de indicadores por FCD Quadro 10	Em curso	APA	Aferir com o setor o reporte de informação. Preocupação também presente na diretriz 31
152	DPG	Promover o desenvolvimento de sistemas de alerta contra cheias e monitorizar as ocorrências extremas	PE – Riscos e Proteção Civil – Ação 8	Por executar	APA	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política Preocupação também presente na diretriz 53
153	NEIR	Monitorizar o cumprimento das disposições de ordenamento e gestão consagrados nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal do Oeste e do Ribatejo, com base na gestão florestal sustentável e no equilíbrio entre as funções sociais, económicas e ambientais da floresta	Modelo partilhado de integração de informação (a definir com o setor)	Em curso	ICNF, CCDR	Aferir com o setor o reporte de informação sobre a implementação dos PROF
154	NEIR	Monitorizar a conservação dos importantes sistemas ecológicos da faixa costeira, designadamente as arribas e faixas de protecção às arribas, os sistemas dunares, as lagoas costeiras e outras zonas húmidas, devendo em caso de degradação desenvolver as intervenções necessárias para restaurar a sua funcionalidade ecológica	Modelo partilhado de integração de informação (a definir com o setor)	Em curso	APA – ARH Tejo, CCDR	Aferir com o setor o reporte de informação sobre a implementação dos POOC
155	NEIR	Definir os procedimentos e metodologias relativos às redes e aos programas de monitorização da qualidade da água dos sistemas aquíferos de água subterrânea e das sub-bacias hidrográficas do Oeste e Vale do Tejo	Modelo partilhado de integração de informação (a definir com o setor)	Em curso	APA – ARH Tejo	Aferir com o setor o reporte de informação sobre a implementação dos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas do Tejo e Ribeiras do Oeste

156	NEIR	Constituir Agências Regionais de Energia com responsabilidades, partilhadas com os municípios, em matéria de planeamento e monitorização energético - ambiental ao nível de cada sub-região (Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo)	PE – Energia – Ações 1 e 3	Em execução	CIM	Preocupação também presente na diretriz 52
			PE – Energia – Ação 2	Por executar	CIM	
157	NEIR	Monitorizar o contributo das entidades públicas ao nível da disponibilização da informação de base que detêm de forma aberta e em formato digital para fomentar o desenvolvimento de conteúdos de valor acrescentado sobre a Região	Nível de carregamento de informação / indicadores no Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo (que integra a EMAG)	Em curso	CCDR	

Anexo 5 – Novos indicadores de monitorização resultantes da Avaliação e Controle Ambiental

Quadro 10 - Proposta de novos indicadores de monitorização resultantes da Avaliação e Controle Ambiental

Indicadores de Monitorização por Fator Crítico para a Decisão (FCD)				
N.º	Designação	Descrição / Método de Cálculo	Unidade de Medida	Fonte de Informação
FCD 1 – Recursos Naturais e Culturais				
1	PIB por hectare	Quociente entre o PIB pm e a área da unidade territorial de referência em hectares	K€/ha	INE – Anuários Estatísticos da Região Centro e Alentejo
2	Património imóvel classificado como monumento nacional	Conjunto de património imóvel classificado como monumento nacional (património imóvel + património arqueológico)	N.º	Direção-Geral do Património Cultural
FCD 2 – Energia				
3	Emissões de GEE per capita		Ton / habitante ano	APA
4	Emissões de GEE por setor		Ton	APA
5	Consumo de energia Elétrica por município, segundo o tipo de consumo	Consumo de energia elétrica – Doméstico Consumo de energia elétrica – Não Doméstico Consumo de energia elétrica – Indústria Consumo de energia elétrica – Agricultura Consumo de energia elétrica– Outros	N.º	INE Anuários Estatísticos Regionais
6	Consumo de energia final per capita		MWh EF/hab	DGEG – Balanço energético nacional
FCD 3 – Qualidade do Ambiente				
7	Qualidade da água superficial	Águas superficiais por regiões segundo a classe de qualidade	N.º	Instituto Nacional da Água / INE Estatísticas do Ambiente
8	Capitação Anual RSU	Resíduos Urbanos Recolhidos por habitante	Kg/hab	INE Estatísticas dos resíduos municipais e Anuários Estatísticos Regionais
9	Tratamento e destino final dos resíduos	Destino Final dos resíduos - Resíduos urbanos recolhidos por tipo de recolha e tipo de destino, por NUTSIII,	toneladas	INE Estatísticas dos resíduos municipais

Indicadores de Monitorização por Fator Crítico para a Decisão (FCD)				
N.º	Designação	Descrição / Método de Cálculo	Unidade de Medida	Fonte de Informação
				e Anuários Estatísticos Regionais
FCD 4 – Potencial Humano				
10	Índice de dependência total	Quociente entre o número de pessoas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 anos ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre s 15 e os 64 anos.	%	INE Anuários Estatísticos Regionais
11	Taxa bruta de escolarização do ensino básico	Proporção da população residente que está a frequentar o ensino básico, relativamente ao total da população residente do grupo etário entre os 6 e os 14 anos de idade (Alunos matriculados no ensino básico/ População residente com idade entre 6 a 14 anos)*100	%	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
FCD 5 – Acessibilidades e Mobilidade				
12	Tempo médio de deslocação entre sedes de concelho em transporte público coletivo	Tempo médio das viagens realizadas em cada par de concelhos por modo de transporte público coletivo	Minutos	INE Censos
13	Tempo mínimo de deslocação entre sedes de concelho em transporte individual	Distância entre sedes de concelho / velocidade máxima legal em transporte individual	Minutos	GEPERI (a integrar no Sist Estatístico Nacional)
FCD 6 – Desenvolvimento Rural / Relação Urbano-Rural e FCD 7 – Fragmentação Territorial				
14	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos face aos alojamentos familiares clássicos	%	INE - Recenseamento da População e Habitação
15	Taxa de variação da artificialização e aproveitamento do solo - CORINE classes nível 1	Taxa de variação das mudanças de território urbano para rural e/ou vice-versa ocorridas entre dois períodos temporais distintos, nomeadamente, entre 2000 e 2006. "Territórios Artificializados" - Corresponde ao nível 1 da nomenclatura CORINE Land Cover; "Áreas Agrícolas e Agro-florestais" - Corresponde ao nível 2 da nomenclatura CORINE Land Cover; "Outras" - Corresponde aos níveis 3,4 e 5 da nomenclatura CORINE Land Cover;	%	Corine / CCDR LVT

Indicadores de Monitorização por Fator Crítico para a Decisão (FCD)				
N.º	Designação	Descrição / Método de Cálculo	Unidade de Medida	Fonte de Informação
16	Evolução da População por dimensão dos lugares	População residente em lugares censitários (N.º) por Local de residência e Escalão de dimensão populacional (2001 – 2011)	N.º	INE Recenseamento da População e Habitação
17	Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal	Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal face aos alojamentos familiares clássicos (1991, 2001 e 2011)	%	INE – Censos, séries históricas

Anexo 6 – Quadro de Referência Estratégico da AAE do PROT OVT

Quadro 11 – QRE por FCD⁴²

Factores Críticos de Decisão	Objectivos e Metas	Quadro de Referência Estratégico
Recursos Naturais e Culturais	<p>Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural utilizando de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos;</p> <p>Promover estratégias económicas ambientais favorecendo uma maior eficácia do uso de recursos;</p> <p>Gerir ecologicamente os recursos naturais e paisagens;</p> <p>Desenvolver uma identidade urbana culturalmente dinâmica;</p> <p>Qualificar as infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos urbanos.</p>	<p>Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007 - 2013 e PO Lisboa</p> <p>(RCM n.º 86/2007 de 13 de Julho)</p>
	<p>Suster, até 2010, o declínio da biodiversidade assegurando a compensação das espécies e dos habitats afectados;</p> <p>Proteger os solos;</p> <p>Promover actividades florestais de maior valor acrescentado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 2015: aumento em 30% da SAU dos Sistemas agro-florestais com elevado interesse ambiental; <p>Fomentar uma gestão integrada da água para alcançar um bom estado das massas de água e um uso eficiente desta;</p> <p>Assegurar o património histórico e cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1% do orçamento do Estado para a despesa cultural; 	<p>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005 – 2015</p> <p>(RCM n.º 109/2007 de 28 de Dezembro)</p>
	<p>Dinamizar uma rede de equipamentos culturais;</p> <p>Reforçar a protecção do património natural – água, floresta, espaços naturais protegidos;</p> <p>Estimular o surgimento de redes de valorização do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural.</p>	<p>Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território 2007 - 2025</p> <p>(Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro)</p>
	<p>Prevenir os incêndios através de um correcto ordenamento do território;</p> <p>Promoção e valorização de serviços ambientais;</p>	<p>Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR) 2007 – 2013</p>

⁴² Neste quadro não foi utilizado o novo acordo ortográfico, por se tratar de uma transcrição do conteúdo do RA do PROT OVT, aprovado em 2009

Factores Críticos de Decisão	Objectivos e Metas	Quadro de Referência Estratégico
Recursos Naturais e Culturais (continuação)	Valorizar o património rural; Diversificar as actividades económicas complementares à agricultura;	
	Assegurar a estrutura e o bom funcionamento dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos e dos ecossistemas associados, de forma articulada com os usos e a fruição dos meios hídricos;	Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo (Decreto Regulamentar n.º 18/2001, Declaração de Rectificação n.º 21- E/2001)
	Apoiar a inovação nas actividades económicas das áreas classificadas valorizando os produtos únicos.	Plano Tecnológico
	Explorar os recursos energéticos endógenos em particular eólicos;	Estratégia Nacional para a Energia (RCM n.º 169/2005 de 24 de Outubro)
	Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos; Assegurar a integridade hídrica das regiões hidrográficas bem como a quantidade e qualidade da água e dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais;	Plano Nacional da Água 2002 - 2012 (Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de Abril.)
	Valorizar os resíduos sólidos urbanos e estimular a reciclagem e reutilização na fonte reduzindo a deposição em aterro e maximizando a vida útil destes. Metas: <ul style="list-style-type: none"> • Valorização orgânica e material (em milhares de toneladas): 974 (21%), 1274 (26%) e 1646 (36%) respectivamente em 2009, 2011 e 2016; • Reciclagem (em milhares de toneladas): 660 (14%), 282 (17%) e 823 (18%) nos mesmos horizontes temporais respectivos; • Variação de 64% em 2005 para 8% em 2016 dos RSU destinados directamente a aterro. 	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II (PERSU II) 2006 - 2016 (Portaria 187/2007 de 12 de Fevereiro)
	Promover a eco-eficiência do sector; Implementação efectiva das disposições da Lei da Água e da demais legislação ambiental directamente relacionadas com o abastecimento de água e saneamento de águas residuais e incentivo ao uso eficiente da água.	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Factores Críticos de Decisão	Objectivos e Metas	Quadro de Referência Estratégico
Recursos Naturais e Culturais (continuação)		(PEAASAR II) 2007 – 2013 (Documento Preliminar – Fevereiro 2006)
	<p>Promover a utilização e preservação dos recursos marinhos; Recuperar e tornar economicamente viável de forma sustentável a exploração dos recursos naturais empobrecidos;</p>	<p>Estratégia Nacional para o Mar 2006 - 2016 (RCM n.º 163/2006, de 12 de Dezembro)</p>
	<p>Melhorar a competitividade do sector florestal aumentando o valor económico directo e indirecto da floresta e reduzindo o risco de incêndio; Promover a diversificação integrada de actividades ligadas aos espaços florestais com planos de gestão multifuncional em áreas de pelo menos 1000 ha;</p>	<p>Estratégia Nacional para as Florestas 2007 - 2013 (Versão Preliminar para Discussão Pública de 26 de Março de 2006)</p>
	<p>Apostar em elementos diferenciadores para o desenvolvimento do sector (Clima, Recursos Naturais e Cultura); Proteger as orlas costeiras e requalificar vilas/aldeias; Desenvolver o Turismo de Natureza tornando o produto vendável turisticamente, preservando as áreas protegidas; Contribuir para criar uma identidade gastronómica portuguesa.</p>	<p>Plano Estratégico Nacional para o Turismo 2006 – 2015 (RCM n.º 53/2007 de 4 de Abril)</p>
	<p>Respeitar as capacidades de carga de cada local, em particular das áreas protegidas e incentivar práticas turísticas, de lazer e de recreio não nocivas para o meio natural; Promover o património natural e cultural bem como os produtos de base local e a sua comercialização e divulgar as manifestações tradicionais e etnográficas locais como forma de afirmação da identidade cultural.</p>	<p>Programa Nacional de Turismo da Natureza (RCM n.º 112/98 de 25 de Agosto)</p>
	<p>Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas protegidas;</p>	<p>Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB) (RCM n.º 152/2001 de 11 de Outubro)</p>
	<p>Conservar a diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem</p>	<p>Plano Sectorial Rede Natura</p>

Factores Críticos de Decisão	Objectivos e Metas	Quadro de Referência Estratégico
	como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.	2000 (RCM n.º 66/01, de 6 de Junho)

Factores Críticos de Decisão	Objectivos e Metas	Quadro de Referência Estratégico
Energia	Promover as energias renováveis. Melhorar a eficiência dos sistemas energéticos;	Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 -2013 (RCM n.º 86/2007 de 13 de Julho)
	Atingir a eficiência energética, aproveitando o potencial endógeno nacional; Metas: <ul style="list-style-type: none"> • 39% da produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável até 2010; • Redução do consumo final de energia em 1%/ano , relativamente à média do período 2001-2005. Combater as alterações climáticas apostando na descarbonificação da economia portuguesa, assumindo como meta: <ul style="list-style-type: none"> • Limitar a 27% o crescimento das emissões de GEE face ao registado em 1990 em 2008-2012. 	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005 – 2015 (RCM n.º 109/2007 de 28 de Dezembro)
	Dinamizar uma maior participação das fontes renováveis de energia na produção de electricidade, maximizando o aproveitamento eficiente do recurso geotérmico;	Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território 2007 - 2025 (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro)
	Explorar as fontes energéticas renováveis (energia eólica, a biomassa florestal e o potencial hídrico): <ul style="list-style-type: none"> • 5100 MW de fonte eólica. Aumentar a eficiência do transporte de passageiros pela qualificação e expansão racional do transporte público, bem como de mercadorias, pelo ordenamento logístico do território, incluindo infra-estruturas adequadas;	Estratégia Nacional para a Energia (RCM n.º 169/2005 de 24 de Outubro)

	<p>Metas para o período 2007 – 2010:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de electricidade com base em fontes renováveis: 45% do consumo bruto; • Energia hidroeléctrica: 7000 MW em 2020; 5575 MW em 2010; • Energia eólica: 5100 MW + 600 MW por upgrade do equipamento; • Biomassa: 150 MW; • Solar: 150 MW; • Ondas: 250 MW em zona piloto; • Biogás: 100 MW; • Biocombustíveis no transporte rodoviário: 10%; • Micro-geração: 50 000 sistemas. 	Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) 2007 – 2020
Energia (continuação)	Assegurar que a utilização energética da água contempla a potenciação e harmonização de objectivos ambientais.	Plano Nacional da Água 2002 - 2012 (Decreto-Lei nº 112/2002, de 17 de Abril.)
	Valorizar energeticamente os resíduos não-recicláveis, resultando também num contributo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, directa e indirectamente pelo fornecimento de matérias-primas não-poluentes a outras indústrias.	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II (PERSU II) 2006 - 2016 (Portaria 187/2007 de 12/Fev)
	Definir boas práticas de gestão de efluentes por forma a evitar a emissão de gases com efeito de estufa e escolher soluções técnicas de tratamento e valorização energética de resíduos para otimizar o balanço entre a energia consumida e a energia recuperada. Metas até 2010:	Estratégia Nacional para os Efluentes Agro – Pecuários e Agro-Industriais 2007 - 2013
	<ul style="list-style-type: none"> • Passar de 4% para 8% a proporção que a valorização energética da biomassa ocupa na utilização total de energia na UE (Plano de Acção para a Biomassa); • Reduzir 1,11 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, em resultado de um conjunto de intervenções que terão de se efectuar na gestão dos efluentes pecuários (Programa Nacional para as Alterações Climáticas). 	
	Apostar nas energias renováveis contribuindo para a redução da dependência energética externa e da emissão de gases com efeito de estufa, aproveitando os recursos existentes no mar. É reconhecida como acção estratégica a “promoção das condições para a	Estratégia Nacional para o Mar

	instalação destas indústrias e actividades no nosso país”.	2006 - 2016 (RCM n.º 163/2006, de 12 de Dezembro)
	Promover ganhos ambientais reduzindo as emissões poluentes e concentrando actividades que se encontram dispersas e mal localizadas. Aposta nos meios de transporte ferroviário e marítimo.	Programa Portugal Logístico
	Reforçar a o aproveitamento da biomassa florestal na produção de energia.	Estratégia Nacional para as Florestas 2007 - 2013 (Versão Preliminar para Discussão Pública de 26 de Março de 2006)
	Criar condições urbanas para a deslocação a pé e de bicicleta e assegurar a despoluição do ar.	Plano Estratégico Nacional para o Turismo 2006 – 2015 (RCM n.º 53/2007 de 4 de Abril)
	Meta para o período 2008 – 2012: aumento de emissões de gases com efeito de estufa referente a 1990 inferior a 27%.	Programa Nacional para as Alterações Climáticas (RCM n.º 104/2006 de 23 de Agosto)
Qualidade do Ambiente	Controlar a qualidade do ar e a minimização dos efeitos das emissões de poluentes atmosféricos; Desviar matéria orgânica de aterro e incrementar a valorização multimaterial.	Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 -2013 (RCM n.º 86/2007 de 13 de Julho)
	Assegurar serviços de abastecimento de água potável e de drenagem e tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade à generalidade da população; Promover uma política de gestão de qualidade do ar que salvguarde a saúde pública, em particular nos centros urbanos e nas zonas com forte concentração industrial:	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005 – 2015 (RCM n.º 109/2007 de 28 de Dezembro)
	Definir e executar uma política de gestão integrada da água; Construir sistemas ambientais que colmatem os défices existentes nos domínios dos efluentes e dos resíduos sólidos;	Programa Nacional para a Política de Ordenamento do

	Implementar infra-estruturas ambientais que minimizem as agressões das actividades económicas, em particular sobre os recursos hídricos.	Território 2007 - 2025 (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro)
	Cumprir a legislação nacional comunitária associada à qualidade dos meios hídricos; Resolver carências e disfunções ambientais associadas à qualidade dos meios hídricos; Adaptar as infra-estruturas associadas à despoluição dos meios hídricos à necessidade de melhoria da qualidade da água, de modo a que nas origens para mais de 10 000 habitantes a qualidade suba pelo menos uma classe; Elaborar um programa de reafecção/construção de infra-estruturas destinadas à defesa contra situações de cheias e programas de actuação em situações de seca;	Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo (Decreto Regulamentar n.º 18/2001 Declaração de Rectificação n.º 21- E/2001)
	Assegurar a quantidade e qualidade da água e dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais;	Plano Nacional da Água 2002 - 2012 (Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de Abril.)
	Reduzir a quantidade e perigosidade dos resíduos;	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II (PERSU II) 2006 - 2016 (Portaria 187/2007 de 12 de Fevereiro)
Qualidade do Ambiente (continuação)	Incorporar princípios subjacentes à estratégia nacional e comunitária para o desenvolvimento sustentável; Afirmar boas práticas ambientais, nomeadamente no âmbito da implementação da Lei da Água, ajudando, pelo exemplo, à evolução no mesmo sentido do tecido empresarial envolvente; Garantir universalidade, continuidade e qualidade do serviço graças a uma lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade.	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais (PEAASAR II) 2007 – 2013 (Documento Preliminar – Fevereiro 2006)
	Combater a desertificação;	Estratégia Nacional para as Florestas 2007 - 2013 (Versão Preliminar para Discussão Pública de 26 de Março de 2006)

	Cumprir o Normativo Ambiental e os Objectivos da Política de Ambiente;	Estratégia Nacional para os Efluentes Agro – Pecuários e Agro-Industriais 2007 - 2013
	Assegurar a limpeza e despoluição ao nível do solo, da água, do ar e o controle dos níveis de ruído nas zonas frequentadas por turistas, assim como boas condições de saneamento; Criar condições urbanas para a deslocação a pé e de bicicleta e assegurar a despoluição do ar.	Plano Estratégico Nacional para o Turismo 2006 – 2015 (RCM n.º 53/2007 de 4 de Abril)
Potencial Humano	Promover a qualificação dos portugueses estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação e a cultura; Qualificar e aumentar o emprego reforçando a empregabilidade e o empreendedorismo; Elevar o nível médio de qualificação escolar;	Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 -2013 (RCM n.º 86/2007 de 13 de Julho)
	Consolidar o ensino básico e expandir a educação e formação de nível secundário: <ul style="list-style-type: none"> • Garantir que 100% das crianças de 5 anos frequentem em 2009 a educação pré-escolar, chegando a 2010 com uma cobertura de 90% das crianças entre os 3 e os 5 anos; • Reduzir para metade o insucesso escolar nos ensinos básico e secundário até 2009; • 100% dos jovens até aos 18 anos a frequentar o ensino ou formação profissional até 2009; • 65% do grupo etário dos 20 aos 24 anos com ensino secundário até 2010; Dar um novo impulso à inovação empresarial e criar uma economia, orientada para actividades inovadoras: <ul style="list-style-type: none"> • Triplicar o esforço privado em I&D empresarial (atingir 0,8% PIB em 2010); • Duplicar o investimento público em I&D (atingir 1% do PIB até 2010); • Emprego nas indústrias de média e alta tecnologia e nos serviços de alta tecnologia de 4,7 e 1,8 em % do total do emprego, respectivamente, até 2010. 	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005 – 2015 (RCM n.º 109/2007 de 28 de Dezembro)
	Criar uma rede de espaços para instalação de serviços avançados e actividades de I&D;	Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território 2007 - 2025 (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro)
	Mobilizar Portugal para a Sociedade da Informação:	Plano Tecnológico

	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar para 15% a população em idade activa com diploma do ensino superior; • Duplicar os utilizadores regulares da Internet, que deverão ultrapassar 60% da população portuguesa, até 2010; • Triplicar o número de agregados familiares com acesso à Internet em banda larga até 2010; 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a taxa de emprego global para 69% em 2008 e 70% em 2010; • Aumentar a taxa de emprego das mulheres para 63% em 2008; • Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010; • Aumentar o número de empregos do sector das TIC para 3% do total do emprego até 2010. 	Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE) 2005 - 2008
Potencial Humano (continuação)	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a saída escolar precoce das pessoas com 18-24 anos para 30% em 2008 e 25% em 2010. 	Plano Nacional de Emprego 2005 - 2008
	<p>Reforçar a qualidade do Turismo português através da formação e valorização dos recursos humanos;</p> <p>Promover a inovação do sector através da adopção de práticas inovadoras pelas empresas</p>	Plano Estratégico Nacional para o Turismo 2006 – 2015 (RCM n.º 53/2007 de 4 de Abril)
Acessibilidades	<p>Reforçar a competitividade e a conectividade do território nacional à escala da UE e, em particular, à escala ibérica e consolidar uma área urbana de dimensão internacional através da interligação física e temporal das duas áreas metropolitanas e do espaço litoral intermédio.</p> <p>Melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano;</p> <p>Projectos específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Rede Ferroviária de Alta Velocidade/Velocidade Elevada, de ligação a Espanha e Europa; Novo Aeroporto de Lisboa (NAL); Construir uma rede nacional de plataformas logísticas intermodais; Completar os eixos rodoviários de integração metropolitana. <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Linha ferroviária de alta velocidade construída - 2015: 568 km; • Tempo de percurso da ligação directa em AV - 2015 : Lisboa – Madrid 2:45; Lisboa – Porto: =< 1:30; Porto – Vigo: =< 1:00 • Novo Aeroporto de Lisboa – Plataforma do Aeroporto terminada (lado ar) – 2010: Efectuado; 	Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 -2013 (RCM n.º 86/2007 de 13 de Julho)

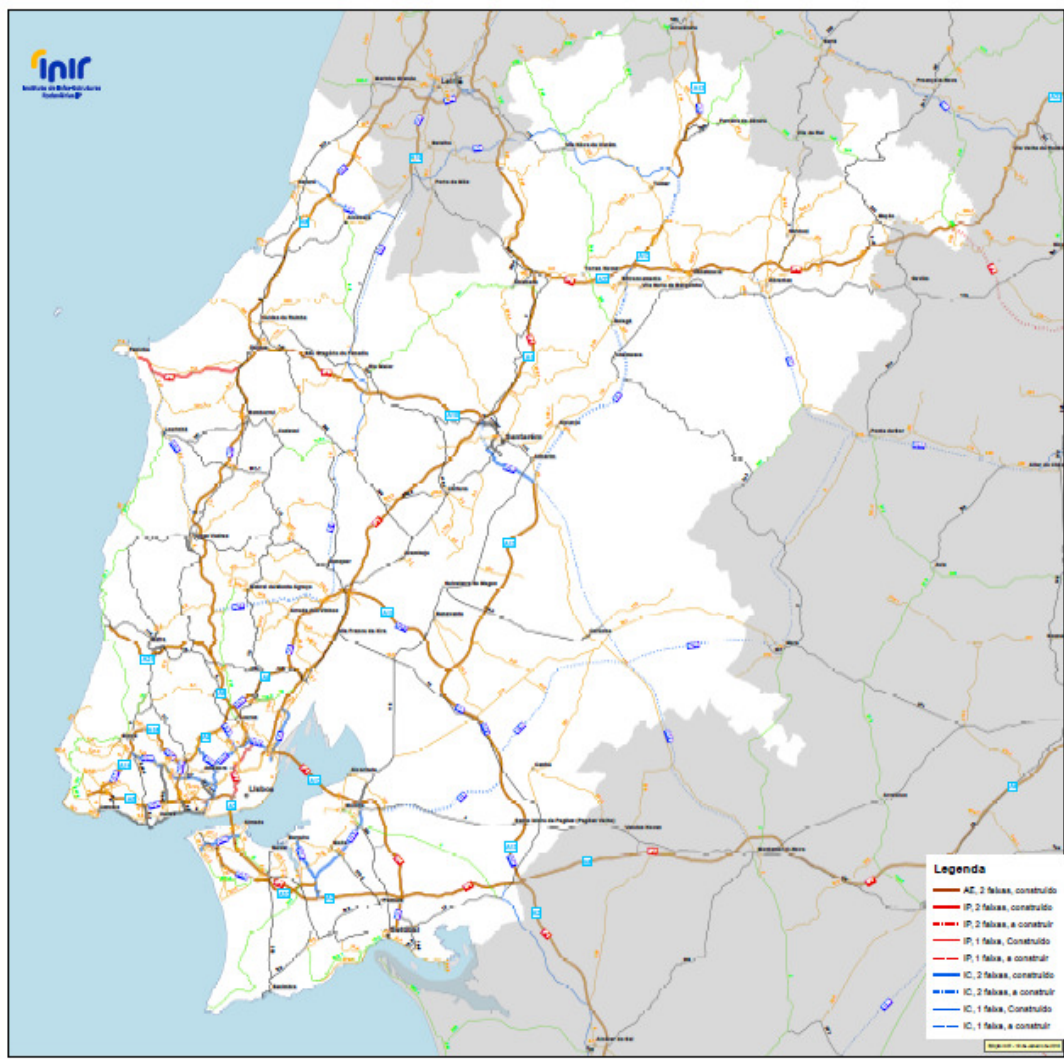
	<ul style="list-style-type: none"> • Construir um corredor multimodal para mercadorias que ligue o sistema portuário de Lisboa/Setúbal/Sines e Espanha ao centro da Europa; • Desenvolver a rede ferroviária de alta velocidade. <p>Estruturar o eixo Norte-Sul na vertente ferroviária em condições de complementaridade com outros meios de transporte;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quota de mercado da ferrovia – 2009: 26%. 	<p>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005 – 2015 (RCM n.º 109/2007 de 28 de Dezembro)</p>
	<p>Estruturar e desenvolver as redes de infra-estruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade; Reforçar as condições de equidade territorial e social dos serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade. Valorizar o potencial de interface entre a Europa e o Mundo da região de Lisboa e Vale do Tejo; Modernizar e reforçar a competitividade das infra-estruturas de conectividade internacional marítimas e aeroportuárias; Promover um modelo territorial que integre as centralidades intra-metropolitanas, dê coerência a sistemas urbanos sub-regionais e valorize a concentração do desenvolvimento urbano à volta dos nós/terminais do sistema de transportes públicos; Promover a elaboração de planos de mobilidade intermunicipais que contribuam para reforçar a complementaridade entre centros urbanos vizinhos;</p>	<p>Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território 2007 - 2025 (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro)</p>
Acessibilidades (continuação)	<p>Reordenamento e racionalização da capacidade logística instalada e do sistema de transporte e distribuição de mercadorias, com desenvolvimento de plataformas integradas, incluindo serviços de valor acrescentado.</p>	<p>Plano Tecnológico</p>
	<p>Apostar na competitividade dos portos nacionais e fomentar o transporte marítimo; Promover a articulação do transporte marítimo com outros modos de transporte.</p>	<p>Estratégia Nacional para o Mar 2006 - 2016 (RCM n.º 163/2006, de 12 de Dezembro)</p>
	<p>Fomentar uma adequada intermodalidade que tire partido das melhores “performances” ambientais dos transportes ferroviários e marítimos e da especial vocação do caminho de ferro para o transporte em massa a distâncias de médio e longo curso;</p>	<p>Programa Portugal Logístico</p>
	<p>Garantir menores tempos de deslocação, maior fiabilidade do sistema, economia de tempo e o encurtamento das distâncias; Alcançar uma rede de infra-estruturas e serviços articulada e hierarquizada. Metas para 2015:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Densidade de rede [m/1000hab.]: 418 (+54%); • População residente em Portugal que pode efectuar deslocações por modo ferroviário entre os principais centros urbanos 	<p>Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário 2015 (Versão para consulta – Outubro 2006)</p>

	nacionais, com um tempo global de viagem menor ou igual a 2 horas: 60% ; menor ou igual a 3 horas: 90%.	
	Apostar no funcionamento sistémico das redes e infra-estruturas de mobilidade que promovam a multimodalidade, a interconectividade e a conectividade internacional, de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética	Estratégia Lisboa 2020
Desenvolvimento Rural / Relação Urbano Rural	Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento; Aumentar a competitividade e atractividade do interior do território, potenciando a melhoria do ordenamento do território por estruturação da rede viária principal, (...), o reforço da conectividade interna e a hierarquização do sistema do sistema urbano constituído pelas cidades directamente ligadas; Melhorar a rede ferroviária convencional, permitindo a remoção de estrangulamentos operacionais e providenciando articulação com a nova rede de alta velocidade.	Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007 -2013 (RCM n.º 86/2007 de 13 de Julho)
	Reforçar o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do progresso do conjunto do território, incluindo o das áreas rurais e de mais baixa densidade. Reforçar os apoios a regiões com graves défices de desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none"> • PIB per capita das zonas rurais com crescimento igual ou superior ao do restante território nacional; • Inverter, em termos reais, a tendência de decréscimo do VAB da agricultura, pecuária, caça e silvicultura; • VAB / UTA com crescimento de 2% / ano. 	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005 – 2015 (RCM n.º 109/2007 de 28 de Dezembro)
	Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população; Reforçar os centros urbanos estruturantes das regiões, em particular nos espaços de urbanização difusa e nas regiões menos desenvolvidas. Promover um desenvolvimento rural ajustado à diversidade dos territórios, considerando em especial as necessidades e a especificidade das áreas mais vulneráveis e despovoadas; Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral; Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais;	Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território 2007 - 2025 (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro)
	Ordenar correctamente o espaço rural; Melhorar a qualidade de vida, diversificar a economia nas zonas rurais e reforçar a coesão territorial e social;	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural

		(PENDR) 2007 – 2013
	Explorar economias de rede, promovendo a interação entre os diferentes agentes da inovação, sem esquecer a sua ligação ao território;	Plano Tecnológico
	Diversificar as actividades ligadas aos espaços florestais apoiando planos de gestão multifuncional em áreas de pelo menos 1000 ha; Consolidar a floresta, promovendo a gestão activa dos povoamentos na área de produção lenhosa; Apoiar iniciativas inovadoras para produtos novos na área multifuncional; Fixar a população activa nos meios rurais;	Estratégia Nacional para as Florestas 2007 - 2013 (Versão Preliminar para Discussão Pública de 26 de Março de 2006)
Desenvolvimento Rural / Relação Urbano Rural (continuação)	Apostar em elementos diferenciadores e qualificadores do país para o desenvolvimento do sector (Clima, Recursos Naturais e Cultura); Proteger as orlas costeiras, requalificar vilas/aldeias e potenciar a diversidade concentrada de recursos atractivos a curtas distâncias para desenvolver o <i>Touring</i> Cultural e Paisagístico; Criar condições urbanas para a deslocação a pé e de bicicleta e assegurar a despoluição do ar;	Plano Estratégico Nacional para o Turismo 2006 – 2015 (RCM n.º 53/2007 de 4 de Abril)
	Criar infra-estruturas, equipamentos e serviços que contribuam para a adequada visitabilidade das Áreas Protegidas; Valorizar a recuperação e ou a reconversão dos elementos do património construído existentes, passíveis de utilização pelas actividades de turismo de natureza;	Programa Nacional de Turismo da Natureza (RCM n.º 112/98 de 25 de Agosto)
	Valorizar as áreas protegidas e promover o turismo sustentável nestas zonas respeitando a capacidade de carga do meio natural;	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB) (RCM n.º 152/2001 de 11 de Outubro)
	Garantir que os usos e os modelos de gestão aplicados nas ZPE e nos Sítios são compatíveis com a utilização sustentável do território.	Plano Sectorial Rede Natura 2000 (RCM n.º 66/01, de 6 de Junho)
Fragmentação Territorial	Desenvolver modelos territoriais baseados na cidade compacta e polinucleada assegurando que as cidades da Região se assumem como territórios de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de mobilidade e paisagem;	Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

	<p>Consolidar o reforço do sistema urbano; Conferir maior coerência às redes nacionais de equipamentos urbanos, contribuindo para a construção de sistemas urbanos mais policêntricos.</p>	<p>2007 -2013 (RCM n.º 86/2007 de 13 de Julho)</p>
	<p>Promover o policentrismo urbano e a coesão territorial.</p>	<p>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005 – 2015 (RCM n.º 109/2007 de 28 de Dezembro)</p>
	<p>Reforçar os centros urbanos estruturantes das regiões, em particular nos espaços de urbanização difusa e nas regiões menos desenvolvidas; Estruturar e desenvolver as redes de infra-estruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos; Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico incentivando o reforço de centralidades intra-urbanas; Racionalizar e qualificar os espaços para implantação de actividades económicas, tendo em vista a exploração de economias de aglomeração;</p>	<p>Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território 2007 - 2025 (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro)</p>
	<p>Reforçar da coesão territorial.</p>	<p>Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR) 2007 – 2013</p>
	<p>Promover a concentração territorial de actividades que se encontram dispersas e mal localizadas;</p>	<p>Programa Portugal Logístico</p>
	<p>Articular e conectar Lisboa, interna e externamente, através de um desenvolvimento Territorial Sustentado e Qualificado, nomeadamente através da aposta na Cidade Compacta e da Polinucleação.</p>	<p>Estratégia Lisboa 2020</p>

Anexo 7 – Rede viária da região – concretização das ligações viárias estruturantes do Modelo Territorial do PROT OVT



Fonte: Instituto Nacional de Infraestruturas Rodoviárias, Dezembro 2012